

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR



GILVANE CARVALHO FERREIRA

O SIGNIFICADO DA CULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Benedito Leite a partir das ações do segmento livro, leitura, literatura e biblioteca

São Luís
2018

GILVANE CARVALHO FERREIRA

O SIGNIFICADO DA CULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Benedito Leite a partir das ações do segmento livro, leitura, literatura e biblioteca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Cultura, Educação e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Conceição de Maria Belfort de Carvalho

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Gilvane Carvalho.

O significado da cultura no processo de desenvolvimento : a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Benedito Leite a partir das ações do segmento livro, leitura, literatura e biblioteca / Gilvane Carvalho Ferreira. - 2018.

137 f.

Orientador(a): Conceição de Maria Belfort de Carvalho.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Biblioteca Pública Benedito Leite. 2. Cultura e desenvolvimento. 3. Políticas culturais. 4. Programa Mais Cultura. 5. Segmento Livro Leitura Literatura e Biblioteca. I. Carvalho, Conceição de Maria Belfort de. II. Título.

GILVANE CARVALHO FERREIRA

O SIGNIFICADO DA CULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Benedito Leite a partir das ações do segmento livro, leitura, literatura e biblioteca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Conceição de Maria Belfort de Carvalho (Orientador)
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Ana Silvana Ferreira Fonseca
Doutora em Linguística
Instituto Federal do Maranhão

Ao meu bondoso, compassivo e misericordioso Deus.

À minha amada mãe Maria Cândida pelos obstáculos vencidos.

Ao meu amado pai Alfredo (*in memoriam*).

Aos meus irmãos.

Às minhas sobrinhas.

AGRADECIMENTOS

Não tenho conhecimento de quando a cultura mundial instituiu os agradecimentos, porém sei que o bom senso e a norma técnica o concedem um espaço no trabalho dissertativo, é claro que não como uma obrigatoriedade. Saliento que nem o bom senso e muito menos a norma me motivam a agradecê-los. Certamente cada um sabe o porquê agora os agradeço. Se não sabem, eu mesma trato de explicitar. Demonstro gratidão autêntica:

A Deus por ter me dado a sabedoria e a força, ingredientes fundamentais para que não desistisse de continuar.

A minha família pela alegria de tê-los ao meu lado, tanto em vida terrena quanto em vida espiritual. Destaco o agradecimento especial a minha mãe, Maria Cândida Nunes de Carvalho e ao meu pai Alfredo Sobrinho Cardoso Ferreira (*in memorian*) e as minhas irmãs: Simone Carvalho (*in memorian*) e Ana Ruth Carvalho Ferreira (*in memorian*) para as quais queria ter sido a inspiração para que elas, também, pudessem chegar até aqui. As minhas sobrinhas Aryadla Cleide Carvalho Nascimento e Brenda Thawany Ferreira Martins, pois colaboraram muito com leituras e ajustes. Quero vê-las alcançarem essa etapa, pois se mostram preparadas para isso.

A minha orientadora Prof. Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho, pelas sugestões durante a orientação e pelo apoio nas tribulações, os quais me impulsionaram para a conclusão dessa etapa. Ser professor é orientar nas alegrias e nas tristezas, e principalmente nas incertezas.

Às professoras da banca de defesa: Prof^a. Dr^a. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim e Prof^a. Dr^a Ana Silvina Ferreira Fonseca por suas leituras minuciosas e recomendação de reformulações precisas para imprimir qualidade a esta Dissertação. Agradeço também à Prof. Dr^a. Antonia da Silva Motta por ter me indicado redirecionar a pesquisa para a História do Tempo Presente e por outras recomendações. Outras leituras ampliam as histórias.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade que se faz interdisciplinar na sua metodologia de ensino e pesquisa e na sua forma de acesso. Pela competente equipe acadêmica e administrativa que o faz ser diferente e diversificado. Esse agradecimento é *et al.* Representando os professores, Façanha,

Luciano da Silva et al. e a equipe administrativa (bolsistas e técnicos), Sales, Adriana Silva et al. Muito obrigada!

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio Cultural pelas discussões suscitadas e pelos livros apresentados.

Aos amigos da Biblioteconomia e de outros cursos, principalmente dos da minha turma no PGCULT, Aloma, Diana, Luhilda, Denise Carvalho, Eliene, pois, a cada encontro, me apresentam um *insight* para novos questionamentos.

Aos meus colegas de trabalho, pois me forneceram mais que informação, deram-me alento para continuar. Meus agradecimentos a Rosana, Nely, Márcia, Daniella, Marla Silveira, Aracely, Aparecida, Rosivalda, Eliane, Jácia, Iole, Teresa, Fátima, Jousiane, Feliciano, Jane, Hercília, Tatiana, Erlane, Graceline, Regina, Stela, Nádia, Joseana, Deusirene, Eliziene, Sheila, Fábio, Maria das Graças, Ingrid e a Werlem Trajano (Bolsista) e aos bibliotecários da SECULT: Marta, Rita e Marcio Henrique. A biblioteca faz diferença por causa dos bibliotecários e dos seus muitos competentes bolsistas e funcionários.

À BPBL que, por suas muitas histórias já escritas e preservadas pelas ações de seus obstinados funcionários, me permitiu nesta dissertação escrever outro capítulo para alimentar outras de suas histórias. Um agradecimento especial à Rosa Maria Ferreira, à Porfíria, à Fátima e à Ana Maria.

A todos, muito obrigada!

“Um país se faz com homens e livros.”

Monteiro Lobato

RESUMO

A política cultural imbuí-se de uma concepção de cultura para a formulação das suas ações. O Programa Mais Cultura, criado pelo decreto Nº 6.226/2007 sob o discurso de ser a primeira política verdadeiramente pública para a cultura, adotou a tridimensionalidade da cultura (econômica, cidadã e simbólica) e abrangeu todas as ações e projetos da cultura, incluindo as políticas para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (LLLB). No Maranhão, as ações para esse segmento foram coordenadas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) da Biblioteca Pública Benedito Leite. Desta forma, a dissertação de mestrado intitulada “O significado da cultura no processo de desenvolvimento: a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Benedito Leite a partir das ações do segmento livro, leitura, literatura e biblioteca” tem o objetivo de analisar a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Benedito Leite no período 2007 a 2011. Para tanto, empreendem-se abordagens sobre políticas culturais e a noção de desenvolvimento. Situa-se a biblioteca pública e sua história atrelada ao livro e conseqüentemente à leitura até nas políticas culturais. Contextualiza-se e caracteriza-se o Programa Mais Cultura no âmbito federal e no Maranhão, sua repercussão nas bibliotecas públicas municipais maranhenses e especificamente na BPBL foco da análise para a questão norteadora da pesquisa: como o Programa Mais Cultura se configurou no Maranhão a partir das ações para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca articuladas pela Biblioteca Pública Benedito Leite? Outros questionamentos, também, são pertinentes como: A proposta desenvolvimentista do Programa Mais Cultura foi desenvolvida pela BPBL com ações em consonância com as suas dimensões de cultura? Quais ações a BPBL criou ou utilizou para articular as ações do Programa Mais Cultura no Maranhão, de forma a contornar seus desafios? Para isso, utilizam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa histórica, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, valendo-se da relação de complementaridade que elas apresentam na análise documental. A pesquisa revelou que a BPBL articulou as ações para o segmento LLLB atendendo às formulações do Programa Mais Cultura e do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) para a superação dos seus desafios no campo da cultura e educação. A transversalidade da cultura possibilitou a BPBL o

desenvolvimento de ações para o segmento voltadas para a valorização das expressões culturais e da diversidade cultural dos municípios. A cultura como estratégia do desenvolvimento promove o desenvolvimento cultural assim como o desenvolvimento da leitura pela biblioteca pública concorre para o desenvolvimento dessa instituição cultural.

Palavras-chave: Políticas culturais. Cultura e desenvolvimento. Programa Mais Cultura. Segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Biblioteca Pública Benedito Leite.

ABSTRACT

The policy cultural is imbued with a conception of culture for the formulation of its actions. The Mais Cultura Program, created by Decree No. 6.226/2007 under the first public policy for culture, adopted the three-dimensionality of culture (economic, citizen and symbolic) and encompassed all cultural actions and projects, including policies for the Book, Reading, Literature and Libraries (BRLL) segment. In Maranhão, actions for that segment were coordinated by the State Public Library System (SPLS) of the Public Library Benedito Leite. Thus, the dissertation entitled "The meaning of culture in the development process: the configuration of the Mais Cultura Program by the Public Library Benedito Leite from the actions of the book, reading, literature and library segment" has the objective of analyzing the configuration of the Mais Cultura Program by the Public Library Benedito Leite in the period 2007 to 2011. For that, approaches are taken on cultural policies and the notion of development. It is located the public library and its history linked to the book and consequently to reading even in cultural policies. The Mais Cultura Program is contextualized and characterized in the federal and Maranhão regions, its repercussion in the municipal public libraries in Maranhão and specifically in the PLBL focus of the analysis for the guiding question of the research: how the More Culture Program was configured in Maranhão from the actions for the articulated Book, Reading, Literature and Library segment by the Public Library Benedito Leite? Other questions, too, are relevant as: Has the development program of the Mais Cultura Program been developed by BPBL with actions in line with its cultural dimensions? What actions has BPBL created or used to articulate the actions of the Mais Cultura Program in Maranhão, in order to overcome its challenges? For this, the methodological procedures of historical research, bibliographic research and documentary research are used, using the relation of complementarity that they present in documentary analysis. It is concluded that the PLBL articulated the actions for the BRLL segment, responding to the formulations of the Mais Cultura Program and the National Plan of the Book and Reading (NPBR) to overcome its challenges in the field of culture and education. The culture transversal enabled the PLBL the development of actions for the segment aimed at valuing cultural expressions and cultural diversity of the municipalities. The culture as strategy of the development

promotes cultural development as the development of reading by the public library contributes to the development of this cultural institution.

Keywords: Cultural policies. Culture and development. Mais Cultura Program. Segment Book, Reading, Literature and Library. Public Library Benedito Leite.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Convite de lançamento da Revista Conversas Literárias	28
Figura 2 – Base das políticas para o segmento LLL na gestão cultural Lula/Gil/Juca Ferreira.....	89
Quadro 1 – Eixos estruturantes do PNLL com suas respectivas ações segundo Marques Neto (2010)	89
Quadro 2 – Folders de alguns encontros do PROLER no Maranhão.....	93
Quadro 3 – Encontros do PROLER no Maranhão de 2007 a 2011	94
Figura 3 – O que os leitores buscam numa biblioteca por Failla (2010).....	100
Figura 4 – Reunião do Secretário de Cultura com os escritores contemplados no Plano Editorial SECMA – Prêmio Gonçalves Dias	104
Figura 5 – Folder do Projeto Biblioteca Aberta	107
Figura 6 – Notícia divulgada no sítio da SECMA sobre o Projeto Biblioteca Dinâmica	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
CCJM	Casa de Cultura Josué Montello
CEC	Conferência Estadual de Cultura
CMC	Conferência Municipal de Cultura
CREA/MA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão
DLLLB	Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FeLiS	Feira do Livro de São Luís
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INL	Instituto Nacional do Livro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LLL	Livro, Leitura, Literatura
LLLLB	Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca
MinC	Ministério da Cultura
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGCult	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PEC	Plano Estadual de Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPA	Plano Plurianual
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
SAB-MA	Sociedade de Amigos das Bibliotecas do Maranhão
SABIP	Sociedade de Amigos da Biblioteca Pública “Benedito Leite”
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SEC	Sistema Estadual de Cultura
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão

SEMIC	Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Abordagem metodológica.....	24
1.2	Delimitação do estudo.....	29
1.3	Estrutura da dissertação.....	30
2	POLÍTICAS CULTURAIS E A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	32
3	BIBLIOTECAS PÚBLICAS	49
4	O PROGRAMA MAIS CULTURA: contextualização e caracterização	57
4.1	O contexto maranhense: a expressão da “maranhensidade”	66
4.2	A repercussão do Programa Mais Cultura no contexto das bibliotecas públicas municipais maranhenses.....	77
4.3	O Programa Mais Cultura e a Biblioteca Pública Benedito Leite: quanto mais cultura mais desenvolvimento?	82
4.3.1	A história da Biblioteca Pública Benedito Leite para a escrita de Mais Cultura na sua História	83
4.3.2	A configuração do Programa Mais Cultura a partir da BPBL: ações e implicações para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS.....	116
	ANEXOS	129

1 INTRODUÇÃO

Na disciplina História do Livro e das Bibliotecas, oferecida pelo Curso de Biblioteconomia, entendi que a criação de bibliotecas, no período da República no Brasil, estava condicionada ao desenvolvimento econômico, social, educacional e cultural do país (GOMES, 1983). Fato esse que também me alertou para a importância dessa disciplina e das disciplinas Fundamentos Socioeconômicos do Brasil Contemporâneo e História da Cultura, ministradas no curso, respectivamente, no primeiro e segundo períodos.

Na disciplina História do Livro e das Bibliotecas, também, tomei conhecimento do papel cerceador da biblioteca pública, mesmo em período de democratização e redemocratização no Brasil. O que experienciava na teoria, comecei a experimentar na prática do Estágio Não-obrigatório realizado na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), uma biblioteca secular que, apesar de estar abrigada em prédio próprio, conquista obtida após anos de solicitações de seus gestores e de intelectuais maranhenses, passava, justamente, no período proposto para esta pesquisa, por problemas na sua estrutura predial. Esse fato é irônico, uma vez que da política cultural adotada no país, as ações para as bibliotecas públicas se corporificavam em garantir sua presença física como representação da cultura da cidade, e, também por essa instituição cultural ser responsável por acompanhar as bibliotecas públicas municipais maranhenses contempladas nos editais de implantação e modernização de bibliotecas públicas.

Atualmente, condicionada pelo desenvolvimento socioeconômico-cultural, a biblioteca pública passa a ser estratégica para a sua promoção. E, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem-na alertado sobre esse papel, pois, para essa instituição, a biblioteca pública tem a seu favor a informação, que se constitui como produto, instrumento indispensável para a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como oferece serviços efetivos para promovê-lo.

Colocar a cultura como estratégia nas políticas de desenvolvimento tem sido a recomendação da UNESCO para as nações, sendo testemunhada em seus eventos, documentos e publicações. Sua trajetória para que desenvolvimento e cultura caminhassem no mesmo rumo começou em 1967 em Mônaco com a mesa-redonda sobre políticas culturais. Muitos eventos e documentos se materializaram,

tornando a relação cultura e política harmônica e colaborando para a constituição de um amplo conceito de cultura pela UNESCO, daquele ano até 2005 quando é criada a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, documento que deu impulso substantivo para que as nações, como a brasileira, se comprometessem a colocar a cultura na rota do desenvolvimento, pois, ele possibilitou à diversidade cultural ter a mesma importância que se tem dispensado a biodiversidade.

Seguir o caminho do desenvolvimento no Brasil consistia em desafiar mesmo a própria diversidade cultural que, para além das três raças e sua miscigenação, se fortalece com a migração, devido, entre outros fatores, ao processo de globalização que também direciona a política cultural para a corrida ao capitalismo com as leis de incentivo¹, o que tem concorrido para que a política cultural brasileira tenha no financiamento de projetos² uma das suas principais ações desde o governo José Sarney, atualizando-se com a política neoliberal no governo de Fernando Collor e reforçando e expandindo no curto governo de Itamar Franco com a Lei do Audiovisual (Lei Nº 8.685), sendo, ainda, mais propagada no governo Fernando Henrique Cardoso com a proposta de sua gestão cultural - “Cultura um Bom Negócio”³.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, também, não conseguiu desvencilhar as políticas culturais da prática de incentivos fiscais, mas buscou trilhar caminhos mais democratizantes com a sua utilização, promovendo reformulações na Lei Rouanet (Lei Nº 8.313). Aliás, a proposta do governo Lula para as políticas culturais foi mais audaciosa, não sendo despretensiosa, tratando-se de desenvolvimento via cultura, sendo alavancada, desde 2002, em sua campanha para a disputa à presidência, com o documento a “Imaginação a Serviço do Brasil” que apresenta as várias ações com a cultura despontando como uma das

¹ Segundo a pesquisadora Lia Calabre (2007), o governo Sarney (1985-1990) foi quem adotou, para impulsionar a produção artístico-cultural, as leis de incentivo fiscais quando cria a “Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney”. Aliás, a data de criação dessa lei nessa publicação diverge com a data (02 de julho de 1986) que se apresenta replicada em outros documentos, principalmente no de criação dessa lei.

² A pesquisadora Isaura Botelho tem se dedicado em estudos sobre o financiamento da cultura, para o qual se sugere a leitura do seu artigo – Dimensões da cultura e políticas públicas (Ver informações dessa publicação na seção Referências ao final do trabalho).

³ “Cultura um bom negócio” corresponde a uma cartilha elaborada pelo Ministério da Cultura no Governo Fernando Henrique Cardoso com orientações aos produtores culturais e patrocinadores sobre como participar dos editais de financiamento de projetos culturais do Governo Federal. Nesse caso como obter os recursos da Lei Rouanet para o desenvolvimento dos seus projetos de cultura.

estratégias desse governo para o projeto de desenvolvimento do Brasil. Fato que foi se sedimentando no seu primeiro mandato, mas que foi se concretizando no segundo mandato, quando um “Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil”⁴, vai se desprendendo do papel e se materializando em ações que se tornariam ações de uma política que colocaria de vez a cultura como vetor para o desenvolvimento, inserindo-a no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A política, primeira verdadeiramente pública segundo o discurso do presidente Lula, era o Programa Mais Cultura que foi criado pelo decreto nº 6.226 de 04 de outubro de 2007 e cuja assinatura contou com a presença de vários Estados da Federação, inclusive com o do Maranhão que apresentava a sua gestão cultural, nessa época, em sintonia com a gestão cultural do governo Lula, visto que o então, governador eleito, – Jackson Lago, também, apresentava a cultura como estratégia para o desenvolvimento com o documento “Maranhão cultural: a imaginação a serviço da cidadania e do desenvolvimento” que contém a sua proposta de governo, sendo o mesmo atualizado, ampliado e transformado no Plano Estadual de Cultura do Maranhão (PEC) para o quadriênio 2007-2010. Isso atesta que o Programa Mais Cultura também se concretizaria em solo maranhense. Todavia por ser ele um programa que congregava todas as ações já existentes para o setor cultural, e, tanto essas ações quanto as que viriam a ser desenvolvidas se apresentariam estruturadas em três dimensões: cultura e cidadania, cultura e cidades e cultura e economia que se articulavam entre si, já de início se constatava que sua implementação não seria tão fácil quanto aparentava pelo fato dos dois programas de governo estar em sintonia.

A implantação e a modernização de bibliotecas públicas eram ações já executadas por programas e ou projetos, como o Projeto Uma biblioteca em cada município, o Programa Fome de Livro e o Programa Livro Aberto. Essas ações eram executadas em todas as gestões culturais da esfera federal desde o período em que se concebe como originário das políticas culturais no Brasil. Todavia, a tridimensionalidade da cultura adotada na política cultural do governo Lula poderia abrir outras possibilidades e oportunidades para as bibliotecas, por exemplo, a

⁴ Trata-se de uma publicação do Ministério da Cultura, datada de 2006, que apesar de não deixar claro, como uma meta, a criação do Programa Mais Cultura, possui propostas, ações e características que convergem com as que se apresentam no Programa cuja criação se deu em 2007, o que concorre para se conjecturar que o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil contém as bases para a criação do Programa Mais Cultura.

possibilidade dos seus projetos de leitura serem contemplados nos editais de fomento à cultura, uma vez que a crítica desse governo sobre a condução das leis de incentivo à cultura pelas gestões anteriores estava direcionada ao não-acesso à cultura por toda a população brasileira.

À Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) com o papel de estruturar, dinamizar e executar ações culturais provenientes das instâncias federais, estaduais e municipais e das que são produtos dos seus projetos e programas para essas instituições, recairia a responsabilidade de mediação das ações para o livro, leitura, literatura e biblioteca do Programa Mais Cultura no Maranhão.

A filosofia do Programa Mais Cultura – que se traduzia em “desenvolvimento via cultura” pelo governo Lula e pela sua gestão cultural com Gilberto Gil e Juca Ferreira – seria também incorporada pela BPBL, podendo se configurar tal qual a proposta da esfera federal, mas também diferentemente dessa, pois a política cultural, sustentada pelo governo federal e a gestão cultural daquela época, não tinha a pretensão de fazer cultura à sua maneira, ainda que o Ministério da Cultura entendesse que fazer política cultural seja fazer cultura (PROGRAMA..., 2006), por isso a proposta do governo Lula é de fazer a política cultural com as culturas do povo, principalmente dos que estavam excluídos desse processo, com a diversidade cultural da sociedade brasileira, dando as estruturas para que seu protagonismo cultural não fosse desfeito pela cultura política partidária, onde o medo da mudança na administração governamental obscurecia a criatividade que sustenta a própria cultura em época de crise em todas as esferas da sociedade. Além disso, outros fatores, não somente culturais, mas de outras esferas se apresentavam, uma vez que a política cultural praticada tinha a transversalidade da cultura como um mecanismo para a sua realização.

A BPBL é um equipamento cultural, patrimônio cultural, bem cultural do povo maranhense. Administrativamente, é um órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA). Sua função de coordenação do SEBP a mantém em estreita harmonia com o que é proposto para o segmento do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (LLL) pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) que é a Instituição Cultural do Ministério da Cultura com competência para executar a política governamental para esse segmento.

O Programa Mais Cultura certamente lançava novos ares a BPBL, pois, essa biblioteca era quem estrategicamente poderia fazer esse programa acontecer no estado do Maranhão, no que tange às suas ações para o Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, mas também ampliava o grau de seu ângulo para os desafios que lhe apresentavam para a sua implementação no Estado. Desafios que a pesquisa “Informação e desigualdade social no Maranhão: as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação – desafios para pensar o Estado democrático”⁵, da qual participei como voluntária, apresentou em seu diagnóstico, que para além de se concentrar no quantitativo de bibliotecas e arquivos esse diagnóstico mostrou a realidade cultural dos vários municípios maranhenses, onde o acesso à cultura quando não era totalmente negado pela ausência ou fechamento das bibliotecas, era em parte, pois, quando a biblioteca se fazia presente, não havia profissional especializado para conduzir suas atividades⁶.

O acesso foi uma das motivações para a criação do Programa Mais Cultura (SILVA; ABREU, 2011). No Maranhão, o parágrafo anterior mostra que a sua negação se consumava pela ausência de bibliotecas, que são as instituições mais presentes nas cidades (MILANESI, 2003), e que representam, ao lado de outras instituições culturais, a cultura das cidades. (WAGNER, 2010). Sendo todas as ações do Programa Mais Cultura para o livro, a leitura e para a literatura articuladas no Maranhão pela BPBL, e, considerando que o próprio Ministério da Cultura reconhece que essas ações ganham projeção com as bibliotecas (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010), surge como questão norteadora desta pesquisa de mestrado investigar como o Programa Mais Cultura se configurou no Maranhão a partir das ações para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca articuladas pela Biblioteca Pública Benedito Leite? Outros questionamentos, também, são

⁵ A pesquisa era coordenada pela Prof^a. Dr^a. Maria Mary Ferreira com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), da Secretaria de Cultura – SECMA, atualmente, Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR) e da Universidade Federal do Maranhão/PIBIC/CNPq. Entre os seus objetivos estava o mapeamento dos equipamentos culturais dos municípios (Bibliotecas, arquivos, museus, cinemas, centros de cultura, teatros e etc).

⁶ Isso ficou comprovado quando em fevereiro de 2007, fui a campo para realizar a pesquisa e dos 5 (cinco) Municípios Maranhenses visitados (Grajaú, Barra do Corda, Fernando Falcão, Itaipava do Grajaú e Arame), apenas 2 (dois) apresentavam biblioteca pública – Grajaú e Barra do Corda, no entanto, em ambos não havia profissional bibliotecário para o planejamento e execução das atividades, sendo que em Barra do Corda, ainda havia o agravante de ter recebido o acervo do Farol da Educação, biblioteca criada para funcionar como escolar, ou seja, ainda que a biblioteca pública atenda ao público escolar, suas funções se diferem das desempenhadas pela biblioteca escolar.

pertinentes como: A proposta desenvolvimentista do Programa Mais Cultura foi desenvolvida pela BPBL com ações em consonância com as suas dimensões de cultura? Quais ações a BPBL criou ou utilizou para articular as ações do Programa Mais Cultura no Maranhão, de forma a contornar seus desafios?

A análise sobre a repercussão de um programa, a partir de uma instituição cultural como a biblioteca pública, se reveste de muito significado, principalmente para um Estado como o do Maranhão, onde o desenvolvimento se apresentava como algo inerte, estagnado e quando alcançava avanços significativos, os mesmos não atingiam a toda a população do Estado. Ao apresentar a cultura como o cerne do desenvolvimento, o Programa Mais Cultura conforma-se como uma proposta, adotada pela BPBL, para engrenar o desenvolvimento de um lugar, no caso em específico, o Estado maranhense.

Além disso, conforme consta na história das políticas culturais para as bibliotecas, as ações compreendidas nas dimensões cultura e cidadania e cultura e cidades – implantação e modernização de bibliotecas – não são inéditas. Elas já se apresentavam nas ações para a cultura no governo Vargas com o Instituto Nacional do Livro (INL), e, no governo Fernando Henrique Cardoso com o Projeto Uma Biblioteca em Cada Município. Logo, saber como essas mesmas ações se apresentaram na época do Programa Mais Cultura é interessante pela projeção dada à cultura como estratégica para o projeto de desenvolvimento empreendido pelo governo Lula e pelo fato de que “[...] as bibliotecas públicas, em particular, devido ao seu número, distribuição pelo País e perfil de frequência, são pontos especialmente importantes a considerar em uma estratégia nacional”. (TAKAHASHI, 2000, p. 64).

O Programa Mais Cultura foi criado com a meta de ampliar o número de pontos de cultura⁷, que era a principal ação do Programa Cultura Viva. Por eles, também, se iniciaria o processo de implementação de descentralização das ações do Programa Mais Cultura no Maranhão (ACORDO..., 2007, não paginado), no

⁷ O ponto de cultura é uma ação, juntamente com os pontinhos, pontões, ações grêo e cultura digital, desenvolvida pelo Programa Cultura Viva que se utiliza do protagonismo cultural dos indivíduos e ou organizações para dar-lhes as estruturas necessárias para se desenvolverem culturalmente. Isso é feito através de editais. (SILVA; ARAÚJO, 2010).

entanto, os documentos⁸ que colocam as suas ações em destaque, dão, também, ênfase ao número de bibliotecas públicas criadas ou modernizadas.

Por isso, se acredita que, nesse Estado, as ações do livro, leitura e literatura e biblioteca se sobressaíram sobre aquelas. Além disso, a BPBL por ser uma instituição centenária com experiência atestada no encaminhamento de ações, programas e projetos na área cultural, principalmente, às relacionadas ao livro e leitura se apresentava oportuna para o enfrentamento dos desafios, especialmente, verificados na relação do alto índice de analfabetismo e da precariedade dos equipamentos culturais, comprometedores da elaboração do Plano Estadual de Cultura no governo Jackson Lago e de sua gestão da cultura com João Batista Ribeiro Filho (RIBEIRO, 2007a). O plano era necessário para a implementação do Programa Mais Cultura no Maranhão.

A assinatura do Acordo de Cooperação para a Implementação Descentralizada das Ações do Programa Mais Cultura, em 13 de dezembro de 2007, pelo governo do Maranhão, afirma a implementação desse Programa no Maranhão. A gestão cultural do estado do Maranhão não relega a atuação da BPBL, pois essa gestão não era alheia ao contexto histórico da política cultural, tanto no Maranhão, quanto nacionalmente, onde à leitura se atribui papel fundamental no processo de desenvolvimento do país (FERREIRA, M., 2010; FERREIRA, J., 2010) para o qual o Estado Brasileiro enlevou iniciativas como a criação da Lei Nº 10.753 de 30 de outubro de 2003 (Lei da Política Nacional do Livro), a institucionalização do ano de 2005 como Ano Ibero-americano da Leitura – Viva Leitura, a implantação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), e outras ações e iniciativas colocando em evidência não somente a leitura, mas a literatura, o livro e a biblioteca.

Tais fatos e acontecimentos impulsionam a escrita da história do Programa Mais Cultura protagonizada com a sua implementação pela BPBL no período de 2007 a 2011, o primeiro correspondendo ao ano da sua criação oficial através do Decreto Nº 6.226 de 04 de outubro de 2007, e, o segundo compreendeu o ano previsto para o término do Acordo de Cooperação firmado entre o Governo do Estado do Maranhão e o Ministério da Cultura para a implementação descentralizada de ações do Programa Mais Cultura (ANEXO A). Todavia outros

⁸ A cartilha – Cultura, cidade e desenvolvimento local: como estruturar a política cultural em seu município e acessar os recursos federais – elaborada no governo Lula é um dos documentos que assinala esse fato em seu tópico sobre o Mais Cultura, ou + Cultura conforme consta nesse documento.

motivos se apresentam para que tal período se constitua como o recorte da pesquisa, como o fato dele corresponder com a gestão de Jackson Lago no governo do Estado do Maranhão e do seu programa de governo está afinado com o do governo federal. Além disso, a BPBL, instituição cultural com participação ativa no planejamento e execução de ações para o segmento LLLB, teve sua sede própria fechada, em agosto de 2009, pelo comprometimento de sua estrutura física, mas essa instituição continuou a desempenhar as suas funções em outro prédio de uma instituição cultural pertencente à SECMA.

O Programa Mais Cultura é muito abrangente, abarcou as ações já implementadas pelo Setor Cultural, e, ao projetar a cultura como estratégia para o desenvolvimento possibilitaria, com a transversalidade da cultura, que a diversidade cultural avançasse para a universalidade que deve ser o objetivo de todo o desenvolvimento que se pretende sustentável. Isso concorre para que a presente pesquisa seja desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar (PGCult). Além disso, à medida que participava das disciplinas no Mestrado constatava ainda mais a interdisciplinaridade da pesquisa. Sua realização sobre o Programa Mais Cultura no PGCult diminui, ainda que minimamente, a sua lacuna como objeto de estudo por outros Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

A história que se escreve do Programa Mais Cultura, a partir da BPBL, é apenas um recorte da história da política cultural maranhense, que a interdisciplinaridade, ponto mais essencial do PGCult, pode e deve complementar com outros estudos, especialmente a partir de outras instituições culturais do Maranhão. Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Benedito Leite no período 2007 a 2011, o qual se busca atingir a partir dos seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar e caracterizar o Programa Mais Cultura;
- b) Identificar as ações do Programa Mais Cultura para as bibliotecas públicas, no que concerne às suas dimensões;
- c) Relacionar as ações propostas no Programa Mais Cultura para as bibliotecas públicas e as ações realizadas na BPBL.
- d) Analisar as principais ações para a política do segmento LLLB do Programa Mais Cultura articuladas, supervisionadas e executadas pela BPBL.

1.1 Abordagem metodológica

Para a produção de uma pesquisa é necessário o desenvolvimento de uma gama de procedimentos metodológicos, os quais tomam como direcionamento os aspectos presentes na própria pesquisa para se atingir o seu objetivo macro.

Determinar o tipo de pesquisa consiste no passo inicial de muitos que se apresentam, dependendo da tipologia adotada. Para esta pesquisa adotou-se a pesquisa histórica, tendo as fontes impressas e eletrônicas como o principal insumo para a construção dessa História para qual o período adotado lhe configura como uma História do Tempo Presente.

O levantamento das fontes é a primeira etapa do processo de se escrever como dizia Hobsbawm (1995) “a história de seu próprio tempo”. Aliás, de início deparou-se com os obstáculos⁹ para a condução da pesquisa, o que nesse caso contribui para reforçar ainda mais os dilemas que tem cercado esse tipo de História, uma vez que ela tem no testemunho a fonte adequada para a sua escrita. (ALMEIDA, 2011).

O Programa Mais Cultura teve vigência de 2007-2009, segundo a publicação - *As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura* (2011) sob a organização de Frederico Barbosa da Silva e Luiz Eduardo Abreu, o que poderia sugerir pouca viabilidade¹⁰ para a investigação sob a perspectiva histórica, principalmente porque a história do tempo presente, mais adequada para a reconstrução histórica que aqui se propõe tem sido muito questionada, pois tem revelado limites e desafios.

Entretanto, como já foi anunciado, o Programa Mais Cultura era carregado de histórias, ou melhor, de historicidade que mesmo a História do Tempo

⁹ Em visita informal realizada na BPBL, para tomar conhecimento das fontes existentes sobre o Programa Mais Cultura, detectei que não constava nenhum dado ou informação sobre as ações relacionadas ao Programa e desenvolvidas pela BPBL, através do SEBP, pois segundo a coordenadora atual, a coordenação anterior levou todo o material informacional sobre o Programa, não deixou nenhuma informação nem mesmo no computador. Reis (2009) também encontrou dificuldades para um aprofundamento na gestão da cultura do Secretário Joãozinho Ribeiro, pois não teve [...] acesso aos relatórios de atividades da SECMA. (REIS, 2009, p. 29). Mas com a internet muitas possibilidades se ampliaram para a historiografia. As fontes digitais são tão recorrentes que todo fato, acontecimento vira notícia divulgada e, em sítios eletrônicos confiáveis, essas se tornam informações, que podem ser utilizadas na produção de qualquer tipo de conhecimento histórico, científico e etc.

¹⁰ Coloco também em voga tal fato, pois quando comentei com um amigo historiador, que faria pesquisa histórica, mostrou-se meio em dúvida, devido não ao curto período de existência do programa, mas ao pequeno intervalo entre seu término e a realização desta pesquisa. No entanto, logo, repensou e lembrou-se da escrita da história a partir da contribuição dos *Annales* que representou uma revolução no fazer historiográfico, lançando especiais contribuições à sua metodologia.

Presente com seus limites pode colaborar para a sua escrita no Maranhão. Pois, ele se comportou enquanto uma política pública que se fez a partir da conjuntura econômica; assinalo nesse caso o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (O Mais Cultura era o PAC da Cultura); da conjuntura política, a gestão do governo e da cultura era formada por integrantes do partido de esquerda, e segundo Coelho (1986) a intelectualidade cultural e artística de esquerda era quem detinha a maior parte na totalidade da produção cultural no Brasil, além disso, esse programa se mostra como resultado do Programa de governo do então presidente Lula, cuja elaboração é de autoria de muitos intelectuais¹¹ da esquerda; da conjuntura social, corresponde ao período, onde a cultura foi inserida na Agenda social do governo, reconhecida como um direito tal qual o direito à saúde entre outros direitos civis; e da conjuntura cultural, que propunha a cultura como estratégia do desenvolvimento e em conformidade com o “do-in antropológico” segundo o, então, ministro da cultura, Gilberto Gil.

No Maranhão¹², o Programa Mais Cultura tem influenciado as ações que atualmente dão vida a sua política cultural, conferindo-lhe a necessidade de estudo pelo viés metodológico da pesquisa histórica. Nesse caso, também, se comunga com a postura de que a escrita da história não se resume à recuperação do futuro do passado (ARÓSTEGUI, 2006), mas se estabelece a partir de questionamentos sobre o passado em sua escrita no tempo presente. A própria história da política cultural que se escreve é oriunda das ações para a cultura ou das políticas culturais anteriormente desenvolvidas.

¹¹ O texto do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, em 2002, contou com a colaboração de: Antonio Grassi, Hamilton Pereira da Silva, Marco Aurélio de Almeida Garcia, João Roberto Peixe, Márcio Meira, Margarete Moraes, Sérgio Mamberti, (Coordenadores) Alexandre Rands, Alfredo Bosi, Aloysio Guapindaia, Álvaro Banducci, Angelo Osvaldo, Antonio Albino Rubim, Arnaldo Godoy, Bernardo da Matta Machado, Beto Almeida, Carlos Porto, Celina Albano, Celso Schröder, Claudia Brito, Dalva Sampaio dos Santos, Daniel Hertz, Déa Fenelon, Edson Silva, Emiliano José, Eugênio Bucci, Fernando Mineiro, Fernando Ferro, Flávio Arend, Fred Zero 4, João Motta, José do Nascimento Junior, Juarez Dayrel, Juarez Guimarães, Lúcia Hussak, Luiz Marques, Marcelo Mário Melo, Marcelo Menna Barreto, Márcio Porto Carrero, Marcos Gomes, Mariana Sampaio, Marinor Brito, Marta Porto, Michele Arroyo, Mila Frati, Nelson Brito, Nilson Rodrigues, Paulo Simões, Paulo Vieira, Paulo Zílio, Ricardo Lima, Sandro di Lima, Télia Negrão, Vera Millet, Vítor Ortiz, Walmir Bispo Santos, Walnice Nogueira Galvão. (A IMAGINAÇÃO..., 2002). Constam aí relacionados personalidades e intelectuais militantes da cultura e da política, nesse caso, especialmente da esquerda.

¹² Compreende-se que o Projeto Mais Cultura e Turismo, desenvolvido na gestão da cultura do governo Flávio Dino (2015-2018), segue a proposta do Programa Mais Cultura. Também, entende-se que esse fato consiste em sua pretensão de formação de sua imagem política associada ao “MAIS” em oposição ao “VIVA” que representava o Projeto Viva do governo Roseana Sarney.

Apesar de se contar com poucos estudos produzidos na academia, tendo esse programa como objeto de investigação¹³, já se sabe que ele é um programa que tem muitas histórias para contar, oportunizando, desse modo, muitas formas para escrevê-la. No entanto, a pesquisa se atém a historiografar a relação da Biblioteca Pública Benedito Leite com o Programa Mais Cultura o que equivale a se deter às políticas para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, pois a história não se processa a partir de abstrações e as ações para esse segmento estão no campo de abrangência da BPBL (articulação/implementação) e do Programa Mais Cultura (formulação).

Fazer pesquisa histórica requer dar especial atenção ao tempo e ao espaço em que se desenvolvem e desenrolam os fatos, os eventos, os acontecimentos, por isso, ao se historiografar o Programa Mais Cultura, o qual tanto o intervalo de sua existência (2007-2009) quanto o intervalo de seu tempo de vigência e do estudo que ora se desenvolve são de curta duração, torna-se imprescindível debruçar-se sobre as fontes, pois elas podem desvelar muito mais histórias nesse curto tempo, podem mesmo fazer o tempo histórico se sobrepor a cronologia que o compreende. Aliás, conforme Aróstegui (2006, p. 342) “a cronologia é, desde já, o primeiro instrumento comparativo e hierarquizador do sucedido, mas é evidente que a data de uma situação histórica só a define em conexão com outras muitas determinações, nunca por si só”. Isso se mostra evidente, uma vez que, no Maranhão, o Programa Mais Cultura¹⁴ tinha a possibilidade, conforme o Acordo de Cooperação para a sua implementação, de permanecer em vigência até 2011 ou por mais algum tempo, haja vista se tratar de um acordo que prevê a sua renovação, contrapondo-se ao que já se mencionou sobre a data de seu término no ano de 2009 no plano federal, segundo uma publicação já referenciada.

¹³ A publicação em formato de livro - As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura sob a organização de Frederico A. Barbosa da Silva e Luiz Eduardo Abreu - é a obra com abordagem mais densa sobre esse Programa. Entre as dissertações e teses, segundo buscas feitas no sistema da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), as que o abordam, fazem em algumas páginas, pois não o têm como objeto, apenas o situam por ser parte da história da política cultural brasileira. Aliás, sobre as buscas realizadas no Sistema da BDTD, utilizando-se como palavra-chave “Programa Mais Cultura”, os resultados só remetiam para o Programa Cultura Viva, programa dado como substituto do Programa Mais Cultura, em 2009, conforme a publicação citada acima.

¹⁴ Até a presente data, buscas na internet comprovam que não foi constatada a revogação do Decreto de criação do Programa Mais Cultura. Aliás, ele que se originou para ser o vetor do desenvolvimento da gestão do então presidente Lula, também seria a alavanca para o projeto de desenvolvimento do governo Dilma Rousseff.

A História coleta experiência (BLOCH, 1995). E, é fato que o Maranhão viveu a experiência do Programa Mais Cultura, pois, conforme consta no documento Cultura, cidade e desenvolvimento local: como estruturar a política cultural no seu município e acessar os recursos federais ([2009]), ele é partícipe ¹⁵, juntamente com o Estado de Santa Catarina no projeto-piloto para a implementação do Sistema Nacional de Cultura. (CULTURA..., [2009]).

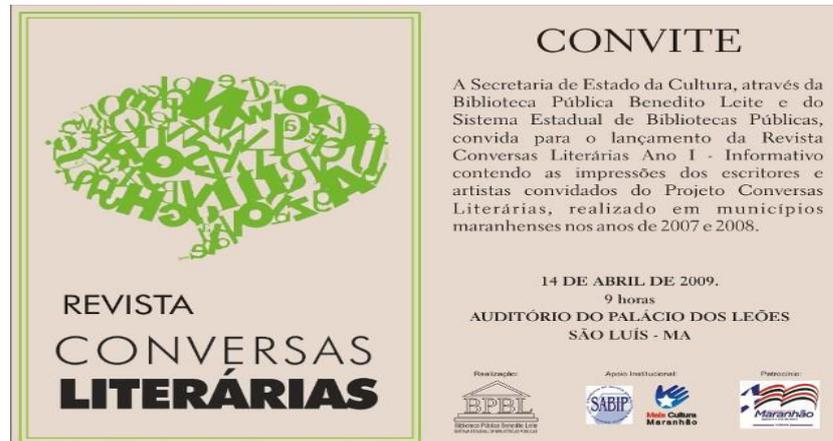
As muitas histórias que compreendem o programa nos impulsiona a recorrer aos pressupostos da micro-história, pois os esclarecimentos dos acontecimentos que se relacionam com a história do Programa direta e indiretamente, para desvelar os fatos, eventos e acontecimentos associados a sua implementação no Maranhão poderão emergir de mudanças processadas no modo de olhar essas histórias. E, como assinala Aróstegui (2006) uma mudança de escala de observação também resulta em alterações de fatos, acontecimentos e eventos já descritos e entendidos anteriormente. As ações que se sucederam no passado podem também ser esclarecidas no presente, pois ao se tratar do estudo de uma política, e verdadeiramente pública como foi pronunciada no discurso de seu idealizador, essa política pode estar se materializando, realizando no presente, momento em que se realiza essa pesquisa.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para o levantamento da literatura produzida sobre a temática, a qual subsidiou a análise, discussão e questionamentos a serem empreendidos a partir do que foi coletado nas fontes, principalmente as oficiais, tanto as produzidas em nível federal quanto as elaboradas no Maranhão. É bom lembrar que uma significativa publicação foi criada como exigência do Edital Microprojetos Mais Cultura, para o qual a BPBL foi contemplada com o Projeto Conversas Literárias. Trata-se de uma revista que tem o mesmo nome do projeto – Revista Conversas Literárias e constitui como seu informativo. Seu primeiro volume resgatou a execução do projeto nos municípios maranhenses de 2007 a 2008, conforme consta no texto de seu convite de lançamento (FIGURA 1). Neste sentido, essa revista também recupera a história da política do livro, leitura, literatura e biblioteca do Programa Mais Cultura no Maranhão, constituindo-se como uma fonte de informação imprescindível para a escrita da história do Programa Mais Cultura com a BPBL por conter os enunciados de práticas os quais permitiram que

¹⁵ A participação do Maranhão e de Santa Catarina acontecerá no mapeamento cultural, subsidiando a implantação dos seus Sistemas Estaduais de Informações Culturais. (CULTURA..., [2009]).

essa história seja escrita da “[...] realidade reconhecida a partir dos seus vestígios”. (CHARTIER, 1988, p. 85).

Figura 1 - Convite de lançamento da Revista Conversas Literárias



Fonte: (LANÇAMENTO..., 2009)

Utilizou-se como aporte teórico, para a constituição da fundamentação da pesquisa relativa ao assunto política cultural, principalmente dos estudos, em âmbito macro, de Rubim (2008; 2011; 2017), de Calabre (2007), de Coelho (1986; 2004), de Garcia Canclini (2008; 2010), sobre esse assunto, no âmbito dos estudos envergados no Maranhão, tomou-se o de Reis (2009), Nogueira (2005), Cardoso (2008), Mendonça (2012) e para atender a especificidade da política cultural para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca apoia-se nos estudos de Ferreira, M. (2006; 2007; 2010), Perrotti (1990), Milanesi (2002; 2003). Além disso, adotam-se as publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pois, a política cultural, objeto desta pesquisa, tem-na como eixo norteador da sua formulação para os seus diversos segmentos, especialmente para o segmento LLLB, bem como as publicações do Ministério da Cultura (MinC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Também, recorreu-se à pesquisa documental, pois sua “[...] fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorreu, ou depois.” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 176).

Considerando as aproximações da pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental, cujo ponto de afinidade entre ambas apresenta-se no uso de dados já existentes (GIL, 2010), o que remete, a alguns autores, caracterizá-las como sinônimas. E, tendo ciência da relação de proximidade ou complementaridade que entre si mantêm a pesquisa documental e a Historiografia, adotou-se para a análise e interpretação dos dados a triangulação possibilitada por elas, uma vez que para esta pesquisa historiográfica os documentos se constituem como as principais fontes utilizadas para a sua escrita.

A análise e a interpretação dos dados na pesquisa documental tende a variar conforme a natureza dos dados utilizados. Quando se trata de documentos de segunda mão, que já passaram por tratamento analítico, e que são apresentados como relatórios de empresas e de órgãos governamentais, tais procedimentos podem se tornar semelhantes aos adotados nas pesquisas bibliográficas. (GIL, 2010, p. 67).

As fontes aqui utilizadas foram recuperadas não em arquivo, local por excelência de guarda da documentação histórica, mas foram encontradas a partir da internet que tem se revelado como fonte de informação para uso pela história do tempo presente.

Ainda que essa história esteja se realizando no tempo presente, tal fato não significou facilidades para as fontes necessárias para se proceder à construção do discurso histórico. Todavia na pesquisa histórica “[...] o ‘documento indiciário’, e não a observação do fenômeno, é a ‘fonte de informação’ por excelência [...]” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 457). Esse autor ainda sugere que tal documento não seja mitificado como o fez a historiografia tradicional. Na história do tempo presente, esse problema parece ser minimizado, pois com a internet, e suas tecnologias hipertextos, o documento indiciário pode abrir caminhos para outras fontes, podendo o próprio documento que se tinha como indiciário perder esse caráter.

1.2 Delimitação do estudo

O estudo se limitou a explorar a configuração do Programa Mais Cultura a partir do que foi formulado no programa para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (LLLB) e foi implementado no Estado do Maranhão com a articulação, a supervisão e a participação da BPBL. Desta forma, uma das hipóteses que se

apresenta para a pesquisa é que essa Biblioteca foi estratégica na articulação desse programa no Maranhão.

1.3 Estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada com: a **Introdução** que apresenta o assunto da pesquisa pensado a partir de uma disciplina – História do Livro e das Bibliotecas – que mostrou a interdisciplinaridade para a sua realização através do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar. Desta forma, o assunto escrito se encontra entrelaçado à justificativa da pesquisa, consistindo mais nesta. Ela ainda abrange uma subseção para a **Abordagem metodológica** e uma para a **Delimitação do estudo** e explicar a sua estrutura, esta que se escreve. Logo em seguida se apresenta a seção **Políticas culturais e a noção de desenvolvimento** onde se resgata os sentidos de cultura, dedicando especial atenção para o conceito estabelecido pela UNESCO. Adentra-se sobre a noção de políticas culturais e sua relação com o desenvolvimento, enfatizando as ações da UNESCO para o desenvolvimento via cultura, principalmente com as políticas culturais no Brasil no governo Lula e sua gestão da cultura. Prosseguindo tem-se a seção **Bibliotecas públicas** na qual se faz o resgate de sua história, com ênfase para o Brasil, assinalando os problemas que elas apresentam e como chegam ao status de biblioteca cultural com as ações da UNESCO.

A seção, **o Programa Mais Cultura: contextualização e caracterização** pontua as ações envergadas pela política cultural dos governos que antecederam o governo Lula, as quais culminaram para a sua atuação frente a cultura diferentemente da encaminhada por aqueles governos. Resgata, então, o contexto que propiciou o surgimento do Programa Mais Cultura, caracterizando-o como uma política cultural, para o projeto de desenvolvimento do país que tinha a cultura como estratégia. Para focalizar a atuação do Mais Cultura no Maranhão cria-se a subseção **O contexto maranhense: a expressão da “maranhensidade”** que se atém especialmente ao contexto cultural da época dos três governos do executivo estadual: José Reinado Tavares (2003-2006), Jackson Lago (2007-2009) Roseana Sarney, que já havia governado por dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002) o Maranhão, assumiu o restante do mandato de Jackson Lago (abril/2009 a 2010) e foi eleita para um novo pleito de 2011 a 2014.

A repercussão do Programa Mais Cultura no contexto das bibliotecas públicas municipais maranhenses, subseção que situa as ações da política cultural para as bibliotecas desde a era Vargas com o INL, para então se ater ao governo Lula com o Programa Mais Cultura. Em seguida tem-se a subseção: **O Programa Mais Cultura na Biblioteca Pública Benedito Leite: quanto mais cultura mais desenvolvimento?** Que ao trazer em seu subtítulo um questionamento já demonstra se tratar da seção cerne desta pesquisa, e que as respostas a esse questionamento virão das subseções seguintes, neste caso, a subseção: **A história da Biblioteca Pública Benedito Leite para a escrita de Mais Cultura na sua História** na qual se buscou fazer o resgate da história da BPBL com o desenvolvimento cultural do Maranhão a partir das ações envergadas pelos órgãos competentes da cultura no âmbito estadual e federal e no municipal e das ações, projetos e programas desenvolvidos pela BPBL, detendo-se as que se planejaram, executaram a partir das formulações propostas no Programa Mais Cultura, o que nos permitiu observar como era essa atuação e o quê de mudança o Mais Cultura proporcionou na atuação da BPBL, e a subseção: **A configuração do Programa Mais Cultura a partir da BPBL: ações e implicações para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca** contém as ações, projetos e programas que correspondem a configuração assumida, no Maranhão, pelo Programa Mais Cultura a partir do que ele formulou para ser implementado para o segmento LLLB, contando com a BPBL através da sua coordenação do Livro e Leitura do Mais Cultura. A constituição dessa história faz-se com afirmações e também muitos questionamentos. A última seção apresenta as **Considerações finais** que se deteve, não apenas, em descrever a história do Mais Cultura e da Biblioteca Pública Benedito Leite, da relação desenvolvimento e cultura no Maranhão, mas se dedicou a levantar novos questionamentos, proporcionando novas escritas para essa história no Maranhão.

2 POLÍTICAS CULTURAIS E A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Ao se enveredar pela discussão das políticas culturais torna-se imprescindível trilhar pelas concepções de cultura que se desenvolveram e ainda se amoldam na contemporaneidade, visto que a política cultural, tanto para a construção de seu aporte teórico quanto para a sua realização prática demanda saber sobre o que é cultura, e para que ela serve, e sobre o que é política e como ela atua na promoção do desenvolvimento cultural. Tal conhecimento é ainda mais necessário quando nesse debate se entrelaça outro tema – o desenvolvimento – que é termo tão polissêmico quanto é a palavra cultura e que a relação do dele com a cultura não se encerra na promoção do desenvolvimento cultural e ou do crescimento econômico o qual ao se apresentar como sinônimo do desenvolvimento confundiu a verdadeira finalidade deste. (PERROUX, 1981).

A palavra cultura é carregada de sentidos. Seus significados e conceitos têm se modificado na mesma proporção em que às relações sociais vão sendo modificadas. Etimologicamente, é uma palavra originada de colere, verbo latim que em sentido primitivo significava “a operação de tratar a terra, enriquecê-la, fertilizá-la para produzir mais e melhor (terra culta = terra cuidada, preparada)” (MELO, 1974, p. 13). Ela, então passa a apresentar, em sentido figurado a ideia de cultivação do espírito.

Progressivamente, “cultura” se libera de seus complementos e acaba por ser empregada só, para designar a “formação”, a “educação” do espírito. Depois de um movimento inverso ao observado anteriormente passa-se de cultura como ação (ação de instruir a “cultura”) como estado (estado do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo “que tem cultura”). Este uso é consagrado no fim do século, pelo Dicionário da Academia (edição de 1798) que estigmatiza “um espírito natural” e sem cultura, sublinhando com esta expressão a oposição conceitual entre “natureza” e “cultura”[...]” (CUCHE, 1999, p. 20)

Este sentido foi redimensionado, sendo confundido com o conceito de civilização, trazendo à tona o termo *Kultur* da língua alemã, que desvincula esta noção, mas que, no entanto não se firma. Contudo a divergência entre os termos civilização e cultura possibilitou a E. B. Tylor, membro de minoria religiosa, criar em 1871, um conceito científico para a cultura. A definição dada por Tylor ao termo cultura foi segundo Laraia (2005, p. 28) como sendo “todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética, como diríamos

hoje”. Tal conceito foi impactante, levando, a partir daí, a novos estudos na tentativa de desenvolver novos conceitos ou mesmo ampliar os já existentes. O antropólogo Alfred Kroeber foi um dos muitos estudiosos que contribuíram para a ampliação do conceito de cultura. Laraia (2005, p. 48) resume os estudos de Kroeber nos seguintes pontos:

1. A cultura determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações, mais até mesmo do que a sua herança genética.
2. O homem age conforme os seus padrões culturais.
3. A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos, logo o que o homem altera é o seu equipamento superôrgânico e não o biológico.
4. De acordo com a afirmação anterior, o homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu hábitat.
5. A cultura leva o homem a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas.
6. É este processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística ou profissional
7. A cultura resulta de toda a experiência histórica das gerações anteriores. É por isso um processo acumulativo.
8. Os gênios para criar um novo objeto ou uma nova técnica recorrem aos conhecimentos construídos pelos participantes vivos e mortos de seu sistema cultural.

Alguns desses conceitos introduziram outro sentido para a definição de cultura, outros já nem tanto foram satisfatórios para traduzi-la ou interpretá-la, recebendo as devidas críticas e também necessárias refutações, redefinições, significações.

Para Geertz (1978, p. 24) a cultura é entendida como “[...] sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, sendo, portanto caracterizada pelo diálogo e pelo contexto [...]”. Nesse sentido ela não diz respeito apenas à evolução do indivíduo, ela se amplifica com a relação que os indivíduos mantêm no meio onde habitam. Para uma definição mais ampliada da noção de cultura, os Estudos Culturais se revelaram necessários, pois o sentido de cultura passa a abarcar questões antes adormecidas, silenciadas como as questões de gênero, as relações raciais e tantas outras que compreendem o fazer e o saber cultural.

[...] os Estudos culturais estão necessariamente e profundamente implicados em relações de poder. Eles são parte dos próprios circuitos que buscam descrever. Eles podem, tal como os conhecimentos acadêmicos e profissionais, policiar a relação entre o público e o privado ou eles podem criticá-la. Eles podem estar envolvidos na vigilância, da subjetividade dos grupos subordinados ou nas lutas para representá-los mais adequadamente do que antes [...] (JOHNSON; ESCOSTEGUY; SCHULMAN, 2000, p. 51).

O conceito científico de cultura foi formalizado e gradativamente estabelecido através da contribuição de várias ciências, mas a Antropologia se mostrou decisiva para um maior aprofundamento da cultura, que se efetivou por um fazer metodológico etnográfico fincado na experiência com vivência, no olhar de si por si mesmo, sendo este modo de estudar a cultura que o Estado também tem insinuado explorar, devendo mesmo usar para fazer e operacionalizar as políticas públicas para a cultura. Porém deve-se destacar que a Antropologia também tem sido alvo de críticas pela forma com que os antropólogos têm conduzido esse método nos seus estudos sobre a cultura.

A noção de cultura, imbricada na questão sociopolítica que permeia a própria noção de Estado, é expressa pelo contexto social estabelecido pelo ser e fazer do homem individualmente e/ou coletivamente na natureza, na comunicação, considerando as relações geográficas, étnicas e temporais. Uma vez estando intrinsecamente atrelada aos fenômenos sociais sobre ela recaem as mesmas influências, sejam elas positivas ou negativas que os acometem. Sendo assim, não se pode desconsiderar o influxo das relações de poder no âmbito cultural, visto que estas relações têm imposto ideologias difíceis de serem desenraizada de uma classe que ainda hoje se encontra dominada.

As hierarquias presentes na sociedade têm sido influentes na dicotomia cultura dominante e cultura dominada, cultura popular e cultura erudita, cultura da elite e cultura de massa. Essas classificações dadas à cultura ao passo que fortalecem ainda mais as desigualdades, também demonstram que não há uma única cultura que abarque toda uma sociedade. A sociedade convive com o multiculturalismo, sendo, pelos liberais bem intencionados, considerado como elemento para construir uma nação cívica ao estabelecer a todos igualdade, independentemente de raça, língua, origens, religião ou cultura. Já para os grupos étnicos radicais, ele se apresenta como uma ameaça à essência da nação. (DELORS, 2006, p. 250).

A globalização, fenômeno que influenciou e influencia todos os setores que compõem o Estado, e, dentre eles o setor cultural, traria para a cultura as aspirações de uma possível unificação, contudo ela acabou por torná-la um “jogo” ainda mais conflitante, pois “[...] está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo, aquela fragmentação de códigos culturais, aquela

multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural”. (HALL, 2011, p. 74). Essas características não são prejudiciais à cultura, no entanto sabe-se que nesse embate com a interdependência global, a concepção humanista dos bens culturais tem se tornado, muitas das vezes, na função consumista, de certo modo, tão presente na visão mais capitalista que social presente na missão das indústrias culturais.

As concepções distorcidas atribuídas à cultura estão sempre carecendo de serem desmistificadas. Pedro Demo, em seu livro “Dimensão cultural da política social”, considera algumas concepções, embutidas no fazer cultural, como sendo impróprias, inadequadas. Para ele é impróprio atribuir-lhe o sentido de manifestação elitista (a que contempla apenas as elites, o erudito, o clássico; culto é quem apreciar o teatro, a música clássica, quem cultiva o refinamento do espírito); manifestação supérflua (ela só é pensada depois de tudo que é prioritário e que apresenta certa utilidade, ou melhor, rentabilidade); manifestação artística (só há espaço para cultivar a arte, as demais manifestações não são valorizadas).

Para além desses sentidos, esse mesmo autor estabelece uma concepção de cultura que favoreça a todos, para tanto, ela deve ser uma cultura comunitária, uma vez que esta:

Solidifica-se, sobretudo em duas dimensões fundamentais: o *convívio comum*, que torna a todos participantes da riqueza e do poder, em termos relativos; e a *solução* dos problemas a partir de projetos auto-sustentados e dentro das próprias potencialidades, sempre que possível. A cultura por ser criatividade e participação, baseia-se em sujeitos não em objetos. É por isto mesmo o ambiente próprio da sociedade possível. É ao mesmo tempo a forma de dinamismo econômico e de estabilidade política. É a maneira inteligente de legitimar o processo de desenvolvimento social, político e econômico. (DEMO, 1982, p. 27).

Se nos seus sentidos mais primitivos, a concepção de cultura compreendia a forma como as relações de um indivíduo se estabelecem no seu grupo de convivência, hoje, ela se caracteriza como uma forma de pertencimento de um grupo, uma nação, uma sociedade, compreendendo tudo o está na sua realidade e que pode estar para além dessa, permitindo-lhe sua identificação com ela. Esta realidade é constantemente influenciada pela realidade cultural de outras sociedades, visto que “[...] nenhuma cultura existe em estado puro sempre igual a si mesma, sem ter jamais sofrido influência externa.” (CUCHE, 1999, p. 136). Nesse sentido trata-se de conhecer os processos que se bem trabalhados fortalecem as

matrizes culturais, mas, que em contrapartida ao serem mal desenvolvidos, podem descaracterizá-la ou contribuir para o fortalecimento da sua dominação. Dentre esses processos estão a enculturação e a aculturação. Ambos os processos não deixam de ser considerados no estudo de cultura, até porque não há uma cultura que não absorva de outra cultura determinados traços ou mesmo que não esteja em constante aprendizado de sua própria natureza cultural.

O imperialismo cultural¹⁶, que fazia uma raça, uma cultura achar-se superior e que por muito tempo moldou o caráter das mais diversas instituições (escolas, bibliotecas e etc.), está, paulatinamente, se dissolvendo pelo sentido democrático presente na própria essência que permeia o Estado democrático de direito. Nesse Estado, a cultura também deve ser democrática, e, se isso não se constitui como um direito consumado, apenas assegurado por lei, cabe a esse mesmo Estado providenciar a estrutura (equipamentos culturais, serviços) para garanti-lo. Para isso, dentre as várias intervenções, recorrer às políticas públicas tem lhe aferido melhores resultados, bem como alargado a sua atuação, especialmente, no caso da cultura.

Na cultura, a política pública se desdobra em várias ações que se apoiam na própria concepção de cultura e de sua importância para o bem-estar social. Nesse sentido, as dimensões simbólica, econômica, de direito e cidadania presentes na cultura, são articuladas através de ações orientadas nas prementes necessidades para garantirem uma verdadeira transformação social, dando outro sentido à vida individual e coletiva das pessoas por meio da própria cultura. Sendo assim urge saber o que é uma política cultural?

Política cultural é palavra composta. Formada por dois termos, semanticamente, bastante complexos, que se bem associados podem diluir essa tal complexidade em ações facilmente executáveis e com reais perspectivas de se consumarem como uma ferramenta cultural para o bem-estar de todos, com reais possibilidades de permitirem oportunidades sociais, no entanto, se mal direcionados, organizados, articulados e gerenciados podem proporcionar ganhos para apenas alguns. Pode ser um meio da política se impor ao cultural, onde as ações da cultura são forjadas para ditar o poder dos dominadores sobre os dominados. Coelho (2004,

¹⁶ “O conjunto dos processos pelos quais uma sociedade é introduzida no sistema moderno mundial, e a maneira pela qual sua camada dirigente é levada por fascínio, pressão, ou corrupção, a moldar as instituições sociais para que correspondam aos valores e estruturas do centro dominante do sistema, ou ainda para lhes servir de promotor do mesmos.” (SCHILLER apud MATTELART, 2001, p. 117).

p. 293-294) define a política cultural como sendo “[...] o conjunto de intervenções dos diversos agentes no campo cultural com o objetivo de obter um consenso de apoio para a manutenção de certo tipo de ordem política e social ou para uma iniciativa de transformação social.”. Trata-se de um conceito que possibilita à política cultural atirar para “dois lados”, acertando, muitas das vezes, apenas, a ordem, que se estabelece com a conformação e formatação da massa para esperar de seu principal promotor – o Estado – a tão almejada transformação pela cultura.

Em geral, o que mobiliza a ação estatal para a implementação de políticas culturais são as necessidades da população que vêm sendo cada vez mais induzidas, na atual conjuntura, pelos interesses do mercado, especialmente pelo produto cultural vendido pelas indústrias culturais com a força da publicidade propiciada, principalmente, com os modernos aparatos tecnológicos. Porém, em seu “Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário”, Coelho (2004) pede espaço para que também o desejo guie as políticas culturais, pois:

[...] Se a cultura for antes de mais nada, ou se ela for também uma questão de desejo, míngua-se o discurso que com base na idéia da necessidade da cultura e da arte, reivindicava a todo título um apoio constante para a produção. Se o comando for do desejo, o que era procurado num momento pode deixar de prender as atenções num segundo instante, o que interessa agora pode não interessar depois. O que for considerado uma necessidade (por exemplo, a construção cultural de uma identidade nacional) pode não ser tema de um desejo coletivo e o que motivar esse desejo coletivo pode querer propor-se como necessidade [...]. (COELHO, 2004, p. 14).

Sua orientação é coerente e merece ser repensada, uma vez que, a política cultural pensada como necessidade está sujeita a estagnação, pois se subtende que ao ser atendida, satisfeita a necessidade não há mais o porquê de se voltar as atenções para ela. No entanto, a própria evolução da palavra cultura testifica seu dinamismo que tem se intensificado com a globalização.

Por perseguir fins que aludem mais para o lucro sem mensurar as consequências que sua corrida, nessa perspectiva, pode trazer para a sociedade em termos sociais, econômicos, culturais, ambientais etc., é que o desenvolvimento, por longo período, manteve-se à distância da cultura. No entanto, as transformações ocorridas na contemporaneidade ao passo que tornam mais conflitante a relação cultura e desenvolvimento ou vice-versa também têm permitido que um encontrasse no outro as forças, sejam elas produtivas, para que tanto a cultura como o desenvolvimento possam se beneficiar do progresso que eles mesmos engendram.

Para Kliksberg (2010) há quem considere a cultura como única propulsora do desenvolvimento, sendo que ele mesmo não comunga com isso, pois assim sendo chega-se ao extremo de estabelecer que existem culturas superiores e culturas inferiores, o que colocaria impedimento ao desenvolvimento para os latino-americanos por possuírem deficiências culturais. O que então pode fortalecer a relação desenvolvimento e cultura? Pode se dizer que a política pública foi recurso importante para conter o desequilíbrio ou a insustentabilidade que demarcava essa relação, e sendo ela um recurso de uso tanto pelo Estado como pela sociedade, trata-se de querer saber como cada um deles têm conduzido suas políticas culturais para fortalecer essa relação? Responder a essa pergunta, não é das mais agradáveis, tomando-se por parte o Estado, e, isso se deve pelo menos, no caso brasileiro, pelo rumo que tomou a política cultural, mesmo quando isso representava associar a cultura ao desenvolvimento e vice-versa. É preciso pontuar que as políticas culturais, como intervenção do Estado, despontam no Brasil recentemente, coincidindo com a Era Vargas.

O Brasil só muito recentemente começou a apoiar sistematicamente a arte e a cultura. Como se verá na conclusão por iniciativa de Mário de Andrade e personalidades como Aloísio Magalhães, entre outros, somente a partir da década de 1930 o país começou a construir um aparato de instituições, leis e agentes estatais para administrar e estimular a preservação do patrimônio cultural e a projeção da cultura brasileira. (ALVAREZ, 2008, p. 71).

Esse período seria bastante promissor para a cultura, especialmente pelo projeto de desenvolvimento que também se encaminhava no país, se não carregasse as agruras da política dessa época, que, não por acaso, é, ao lado de outros contextos e fatores, pertencentes não apenas ao campo político-ideológico, mas social, econômico e cultural, determinante para que Rubim (2008) assinale que a história das políticas culturais no Brasil é demarcada por três tristes tradições, as quais ele adjetiva de ausência, autoritarismo e instabilidade. A ausência corresponde a um período onde o contexto colonial não era propício para as ações da cultura com caráter de política cultural. Nesse caso nem mesmo as ações empreendidas pela família real se comportavam como tal. Não se trata aqui de concordar ou discordar com posicionamento do autor¹⁷, porém é preciso compreender que, nesse

¹⁷ Trata-se de Antonio Albino Canelas Rubim que tem expressiva produção na área da cultura e políticas culturais, no Brasil e América Latina.

período, a concepção de política cultural talvez não se moldasse em nada com o conceito que se configura na atualidade. Além disso, há que se considerar que a política cultural toma como base a própria noção de cultura e que esta tem passado, ao longo do tempo, por sucessivas transformações ou “reinvenções”¹⁸. A explicação, dada por Silva (2007) sobre a configuração das políticas culturais, pode concorrer para se repensar sobre essa triste tradição de ausência na política cultural brasileira, uma vez que:

[...] a cultura não funciona como imperativo categórico, mas é carregada pela historicidade das instituições que a delimitam e que configuram as políticas públicas culturais. As decisões conceituais por um ou outro conjunto de significados são tácitas ou explícitas e impõem traduções institucionais e estilos de governo, embora esses derivem não apenas dos conceitos, mas do conjunto de forças sociais e políticas, concepções e interpretações sobre o objeto e as estratégias de intervenção. (SILVA, 2007, p. 13).

O relato acima, também, ajuda a esclarecer a outra triste tradição – o autoritarismo – que, não por acaso, põe em evidência a história da política brasileira compreendida no governo ditatorial do Estado Novo (1937-1945) e no governo dos militares (1964-1985). A política desenvolvida pelo Estado, em ambos os períodos, tinha como finalidade “[...] instrumentalizar a cultura; domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade.” (RUBIM, 2008, p. 187). Trata-se de um período em que ao mesmo tempo que representou o desenvolvimento significativo para a cultura em termos institucionais, foi altamente repressor quanto ao acesso e usufruto dos bens culturais, mostrando mesmo que principalmente o desenvolvimento da cultura a partir do desenvolvimento pela cultura deve ser planejado através de políticas culturais em conjugação com muitos momentos¹⁹, e que a modernização mesmo da cultura vai muito além da criação, ou modernização de equipamentos culturais, caso recorrente nas políticas culturais para a biblioteca, sendo necessário que esses equipamentos se comprometam com o *fazer cultural* usando a política cultural como recurso que tem como basilar a forma e o objetivo da ação cultural.

¹⁸ Para Roy Wagner (2010) a cultura é uma reinvenção, visto que os Antropólogos criam o seu conceito quando estão em contato com uma cultura.

¹⁹ Esses momentos são discutidos no Livro Cultura e políticas culturais de Antonio Albino Canelas (ver referência completa na seção destinada às referências utilizadas no trabalho).

O período de instabilidade que assinala Rubim (2008), também, não se afirma como promissor para o setor cultural justamente porque é o período onde as ações para a cultura têm como certo o seu fim (nesse caso não com sentido de finalidade, mas de descontinuidade mesmo), e isso se dá em grande parte porque se perde a estrutura institucional que lhe foi criada e lhe dava sustentabilidade. Em todos os governos brasileiros um desmonte, desativação ou substituição se processa na estrutura da área cultural, quer seja na forma de documentos, das legislações ou mesmo de sua estrutura física ou organizacional. Essa instabilidade se apresentou com certo ímpeto no governo Collor que concentrou o maior fechamento de instituições culturais, o Ministério da Cultura foi uma entre tantas desativadas, no seu governo, os programas, projetos e ações também são suspensos, pela falta de recursos (CALABRE, 2007), ou pela cultura política que acompanha, especialmente, o Brasil, onde as políticas dos governos antecessores são descartadas pelos governos posteriores, sem motivo evidente ou nenhuma avaliação. No entanto, sobressaiu no setor cultural do governo Collor, não porque foi inovador, mas por ser motivado por pressão popular, ainda que de uma minoria a qual já se beneficiava dessa ação, a Lei de incentivo: a Lei N° 8.313 - Lei Rouanet.

No dia 23 de dezembro de 1991, a Lei Rouanet foi promulgada pelo então Presidente Fernando Collor, sendo recebida como única possibilidade de avanço no setor cultural brasileiro, depois do nefasto desmonte por ele mesmo promovido de nossas instituições culturais de âmbito federal e da transformação do Ministério da Cultura em uma Secretaria, ligada à Presidência da República. No pior momento das nossas instituições culturais, surgia uma lei que viria a ser o principal mecanismo de financiamento da cultura brasileira. (MENEZES, 2016, p. 6)

Como se pode ver a Lei Rouanet, que se mostrava como um paliativo para o descaso do Governo Collor e de sua gestão da cultura com as instituições culturais, se tornou, também, a principal intervenção no campo cultural do governo que imediatamente o sucedeu – o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – Governo FHC e de sua gestão da cultura com Francisco Weffort – para apresentar a cultura como um bom investimento, merecendo a adesão nesse negócio das empresas, da iniciativa privada. A Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, esta criada na breve gestão do Presidente Itamar Franco, foram no Governo FHC aprimoradas. Apesar das críticas feitas às leis de incentivo, em relação especialmente ao seu alcance por toda a população brasileira não se negligencia a

sua relevância para o desenvolvimento cultural do país. Aliás, reconhece-se que justamente pelas críticas que lhes foram imputadas, as leis de incentivo à cultura impulsionaram ações mais planejadas para cultura, pode-se dizer que elas possibilitaram-na ocupar a agenda social do governo brasileiro.

A cultura passa a constar no Plano Plurianual (PPA)²⁰, sendo relacionada nos seus macro-objetivos para o exercício 2000-2003.

São os seguintes os macro-objetivos do Plano Plurianual 2000-2003: 1) Criar um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentado. 2) Sanear as finanças públicas. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental 3) Elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional. 4) Atingir US\$ 100 bilhões de exportações até 2002. 5) Aumentar a competitividade do agronegócio. 6) Desenvolver a indústria do turismo. 7) Desenvolver a indústria cultural. 8) Promover a modernização da infraestrutura e a melhoria dos serviços de telecomunicações, energia e transportes. 9) Promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no mercado interno. 10) Ampliar o acesso aos postos de trabalho e melhorar a qualidade do emprego. 11) Melhorar a gestão ambiental. 12) Ampliar a capacidade de inovação. 13) Fortalecer a participação do país nas relações econômicas internacionais. 14) Ofertar escola de qualidade para todos. 15) Assegurar o acesso e a humanização do atendimento na saúde. 16) Combater a fome. 17) Reduzir a mortalidade infantil. 18) Erradicar o trabalho infantil degradante e proteger o trabalhador adolescente. 19) Assegurar os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social. 20) Promover o desenvolvimento integrado do campo. 21) Melhorar a qualidade de vida nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas. 22) Ampliar a oferta de habitações e estimular a melhoria das moradias existentes. 23) Ampliar os serviços de saneamento básico e de saneamento ambiental das cidades. 24) Melhorar a qualidade do transporte e do trânsito urbano. 25) Promover a cultura para fortalecer a cidadania. 26) Promover a garantia dos direitos humanos. 27) Garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento. 28) Mobilizar governo e sociedade para a redução da violência. (GARCIA, 2015, p. 250-251)

É interessante notar que o PPA apresenta a cultura como fator para a cidadania, despontando, entre os 28 macro-objetivos, na posição 25 vinte e cinco, enquanto, outros objetivos da sua seara como a indústria cultural aparecem na 7ª (sétima) colocação. Tal fato parece denunciar que a dimensão econômica da cultura, nesse caso, representada pelas indústrias culturais, ainda se sobrepõe à cultura como garantia de direito e cidadania. Isso pode recair no seguinte questionamento: a indústria cultural é prejudicial à cidadania cultural? Chauí (2008), em seu artigo *Cultura e democracia*, mostra que a indústria cultural demarca a distinção entre

²⁰ O PPA é um importante documento com diretrizes, metas e objetivos para o bom gerenciamento das atividades do país, principalmente, por prevê a dotação orçamentária para o desenvolvimento das atividades planejadas. Conforme (SOUSA, 2011) é o instrumento estabelecido pela Constituição Federal de 1988 do Brasil para ser usado em substituição ao plano de desenvolvimento.

cultura dominante e cultura dominada, onde a cultura da elite é a dominante e a cultura popular é a dominada, logo, para esta a indústria cultural lhe trata como “[...] ‘espectador médio’, ‘ouvinte médio’ e ‘leitor médio’, aos quais são atribuídas certas capacidades mentais ‘médias’, certos conhecimentos ‘médios’ e certos gostos ‘médios’, oferecendo-lhes produtos culturais ‘médios’ [...]” (CHAUÍ, 2008, p. 60). Dessa forma, a indústria cultural dita o que é a cultura do povo, fabrica-a, direcionando-a na contramão do seu próprio conceito, uma vez que a cultura é a essência do que é do povo e não do que lhe é imposto sem que esteja no seu *querer-ser*.

Há nas políticas culturais, principalmente, com as mudanças provocadas pela globalização, um constante dinamismo que acaba por redirecioná-las para formas peculiares de comportamentos culturais dos habitantes, grupos, populações para as quais devem atender. Garcia Canclini (2010), no livro *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*, alerta sobre o comportamento dos movimentos culturais populares e de como eles impingem dificuldades às políticas que se desenvolvem para programas de ampla escala, pois

As políticas culturais dos movimentos populares são políticas do que está próximo, sem muito interesse por macroquestões, como a ecológica, ou pelos programas das grandes instituições. Mesmo quando esses movimentos locais se agrupam, sua visão da cidade é a de uma soma de fragmentos, e é difícil coordenar e hierarquizar as demandas de cada um em programas de ampla escala. (GARCIA-CANCLINI, 2010, p. 102).

A problematização acima assinalada traz para o bojo das discussões a necessidade de se repensar o desejo impregnado no discurso do Estado de criação de uma política cultural de amplitude nacional com o objetivo de chegar a todos prevalecendo sobre o de contemplar o desejo de todos, satisfazer as necessidades culturais de todos. Tomando essa direção um projeto nacional de desenvolvimento, tendo a cultura como meio e fim se mostra ameaçador tanto à identificação quanto à diferença cultural. É por esse motivo que o desenvolvimento à moda da globalização da economia capitalista se insinua uma ameaça para a cultura, por entender que todos têm os mesmos desejos e satisfações quando o assunto é consumo cultural.

Todavia é do conhecimento de muitos estudiosos e formuladores de políticas culturais que a globalização tem relação direta com a conformação promissora, competitiva e rentável da cultura e principalmente com os novos rumos que ela vem tomando na planificação do desenvolvimento. Sendo, para isso,

necessário estabelecer a sintonia entre políticas culturais e políticas de desenvolvimento. Isso porque ao se relacionar cultura e desenvolvimento deve se ter conhecimento sobre qual desenvolvimento se pretende alcançar quando se lança a cultura em sua proposta. No caso brasileiro, há a necessidade de um desenvolvimento que se detenha em elevar não somente os índices econômicos, mas as oportunidades sociais. Porque o Brasil se mostra despontando muito bem no ranking dos países com os maiores Produtos Internos Brutos – PIB, e isso devido à economia da cultura que tem obtido crescimento significativo em comparação mundial, mas também o país tem se projetado muito mal nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Acontecimento que se mostra inverso em muitos países desenvolvidos onde o IDH elevado corresponde à qualidade de vida da maioria da população. Sendo esse o fator que pode estar influenciando sobre o tipo de desenvolvimento requerido pelo povo brasileiro. Algumas características do desenvolvimento desejado são apresentadas por Garcia (2015, p. 189).

O desenvolvimento, como o que a sociedade brasileira está, difusamente, a reclamar, tem que se manifestar em todas as dimensões relevantes da vida nacional: social; cultural; política; institucional; econômica; financeira; científico-tecnológica; regional: comunitária; ambiental; administrativa etc. Tem que se espalhar por todo o território, rural, urbano, metropolitano. Tem que articular direcionadamente todos os poderes da República: o Executivo; o Legislativo; o Judiciário. Tem que envolver virtuosa e integradamente todas as instâncias federativas: a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Isto é o que revela, hoje, os países considerados desenvolvidos. (GARCIA, 2015, p. 189).

Depreende-se que a sociedade brasileira reclama um sentido de desenvolvimento praticado pelos países desenvolvidos, pois a cultura desenvolvimentista por eles se mostra a melhor praticada, pelo menos é o que os meios de comunicação nos fazem acreditar. Aliás, a cultura do desenvolvimento impõe uma nova cultura às políticas culturais voltadas para o desenvolvimento. E, tendo o povo brasileiro um modelo de desenvolvimento desejado, compete questionar qual o conceito de desenvolvimento o Estado brasileiro tem adotado quando se propõe a fazer políticas culturais para promover o desenvolvimento? Esse sentido de desenvolvimento leva em conta a ampliação do conceito de cultura?

No governo Lula, vê-se em seu discurso uma concepção de desenvolvimento condizente com a tridimensionalidade da cultura, ou seja, com uma concepção de cultura que compreende o econômico, a cidadania e o simbólico e

que não se realizam à distância, porque devem estar fincados na experiência, no protagonismo cultural e na realidade do povo brasileiro. Essa é a proposta de desenvolvimento que se encontra planejada no seu Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, e que esse governo vem tentando implantar desde seu primeiro mandato com a criação do Sistema Nacional de Cultura. Todavia se sabe que o discurso deveria embasar a prática, no entanto ele muita das vezes destoa-se dela.

Atualmente, no campo das políticas culturais, tem-se que a cultura é o fim, e, a política se constitui no meio (RUBIM, 2011). Nesse sentido cabe se perguntar: e quando se propõe a formulação e execução de políticas culturais para o desenvolvimento quem se apresenta como recurso e como meio? A política parece, ainda, ser preponderante enquanto recurso, e, como meio podem estar presentes tanto o desenvolvimento quanto a cultura, no entanto há que se alertar para o fato da possibilidade de que um ou outro não venha a se constituir como um recurso dispensável o que certamente afetará o que se propõe ao fazer políticas públicas pensando em beneficiar a ambos.

A relação da cultura com o desenvolvimento é antiga, ainda que não tenha sido conformada nos moldes da política pública, pois o que se viu, principalmente no Brasil, durante muito tempo foram políticas de desenvolvimento dissociadas das políticas culturais, não conseguindo atingir nem o desenvolvimento cultural, quanto mais outros desenvolvimentos, apenas fortalecendo o crescimento econômico. Das iniciativas governamentais empreendidas no Brasil para a inclusão da cultura no projeto de desenvolvimento, a de Ney Braga, ministro do Governo Geisel, foi a que conseguiu esse intento. (MICELLI, 1984 apud CALABRE, 2007). Aliás, ele já pensava na transversalidade da cultura pois:

formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo, o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas. (MICELLI apud CALABRE, 2007, não paginado).

O projeto de desenvolvimento de um país não pode desconsiderar o poder da sua cultura. Celso Furtado²¹ que esteve a frente do Ministério da Cultura do Brasil no Governo de José Sarney (1985-1990) atesta isso no seu livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*.

Impulso em ritmo acelerado foi dado à relação cultura e desenvolvimento com as políticas culturais do governo Luís Inácio Lula da Silva. Muitas ações para o setor cultural brasileiro foram potencializadas com a proposta instituída em seu governo, sob a denominação de Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). No bojo dos desdobramentos assumido pelo PAC de acordo com as suas diversas áreas de atuação, o “Programa Mais Cultura²²” se constituiu como o “PAC da cultura”, reforçando mais ainda o discurso do presidente da República Federativa do Brasil de que esse programa se constituía na primeira política pública para a cultura criada no país (PARA LULA..., 2007).

Não se pode olvidar que congregar as políticas culturais com as políticas de desenvolvimento concorre mesmo para o desenvolvimento cultural. Isso se comprova, pelos eventos promovidos e documentos elaborados pela UNESCO. Também, não se pode deixar de alertar que desenvolvimento cultural pode não corresponder a desenvolvimento socioeconômico, dependendo do local para o qual o desenvolvimento cultural é proposto, se este se concentra apenas no aparelhamento de uma instituição cultural, como o que é recorrente nas políticas para as bibliotecas, e se estas não se aventuram a empreender ações com e para a cultura, ou seja, se essa não se lança ao projeto da ação cultural, dificilmente a biblioteca pode fazer com que a cultura promova a transformação necessária ou mesmo o desenvolvimento cultural ou mesmo qualquer outro desenvolvimento na cidade onde está localizada.

Desta forma, o que se poderia fazer para a promoção do desenvolvimento cultural quando este se estrutura como política de desenvolvimento? Uma das formas de tornar essa relação tão espinhosa numa mais amigável pode vir de uma concepção de cultura, no tempo e espaço comprimidos da globalização que valorize tradição e modernidade de forma que uma não se sobreponha a outra, que se abra

²¹O reconhecimento da contribuição de Celso Furtado para os estudos sobre a relação cultura e desenvolvimento é tão expressivo, decorrendo em vastas publicações sobre o seu pensamento referente a esse tema.

²² O referido programa é objeto de estudo desta dissertação, que dedica um capítulo específico, envergando-lhe aprofundamento teórico abrangente para analisá-lo com mais precisão e clareza.

para as potencialidades das tecnologias sem se descuidar das suas desvantagens, que se dispense a atenção às indústrias culturais por oportunizarem acesso aos bens culturais à população, suprimindo até mesmo as deficiências do Estado na garantia de tal acesso.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem envergado iniciativas das mais diversas para dar voz e vez à cultura na política desenvolvimentista dos países. Passo significativo foi dado com o documento *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento* (1997) e atualmente vem se sedimentando com a publicação *Repensar as políticas culturais: 10 anos de promoção da diversidade das expressões culturais para o desenvolvimento* (2016). Este documento nos possibilita verificar a atuação dos países ao lançar suas propostas de desenvolvimento via cultura, uma vez que essa publicação “[...] visa a coletar, analisar e disseminar informações sobre as muitas e diferentes formas pelas quais países de todo o mundo vêm integrando a cultura em suas políticas e em programas de desenvolvimento sustentável.” (UNESCO, 2016, p. 2).

Atuação da UNESCO é tão presente que suas ações para a promoção do desenvolvimento cultural têm servido de guia para as diversas instituições e órgãos ligados a cultura. Para isso, essa instituição tem se utilizado de um conceito de cultura abrangente, o qual é ela define como:

[...] o conjunto dos traços distintos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social e que engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de se viver junto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 2002, não paginado).

Como se pode ver esse conceito possibilita a cultura andar *pari passu* com a perspectiva do desenvolvimento humano. Fato que ganha, ainda, mais sentido quando a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2004, inclui os indicadores culturais como importante medida para atestar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). (RELATÓRIO..., 2004). Isso concorre para as políticas culturais se afirmarem na agenda governamental como condicionante e condicionadora da vida sociocultural dos indivíduos, colaborando para que as ações do segmento livro e leitura assumissem a relevância na agenda social e cultural da gestão cultural do então ministro à época, Gilberto Gil, que assim se pronuncia:

Encaramos o conjunto de políticas que possibilitam a ampliação do acesso ao livro e à leitura como políticas fundamentais para a construção plena da cidadania em nosso País. Acompanhamos as indicações da Organização das Nações Unidas (ONU), que incluiu no Relatório de Desenvolvimento Humano, o acesso a bens, serviços e equipamentos culturais como componente do Índice de Desenvolvimento Humano. (BRASIL, 2008, não paginado)

Percebe-se que um novo olhar nas políticas culturais deveria ser lançado à leitura, o que já era de se esperar, pois ela, além de pertencer à esfera da educação, também, se confirmava, com o relatório da ONU, como uma questão da cultura para a concretização do desenvolvimento, o que já era confirmado por diversas pesquisas na área de leitura e já se constitui diretriz de programas no Brasil como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER).

A cultura é um campo onde estão circunscritas muitas questões – sociais, econômicas, políticas, educacionais, tecnológicas, etc. – que se fazem presentes e influentes nas políticas culturais. O viés mercadológico está entre as questões que suscitam muitos debates nas políticas culturais, o qual estas não podem negligenciar. Aliás, as políticas culturais tem sido a força motriz para colocá-lo como indutor do desenvolvimento econômico, mas também, do cultural, afinal, em época de crise econômica, o mercado cultural tem sido um combatente criativo e lucrativo, por isso tudo, é um componente cultural que vem adquirindo cada vez mais força no domínio das políticas culturais direcionadas para o desenvolvimento integral, mas que também tem suscitado inúmeros conflitos, porque acirram ainda mais uma política cultural voltada para o privilégio de uma manifestação cultural em detrimento de outras, do enaltecimento de uma “alta cultura” em relação a uma “baixa cultura”. No entanto, com a globalização cultural propiciada com os meios de comunicação de massa “[...] não se sabe exatamente o que privilegiar, por não mais existir aquele núcleo delimitado funcionando como estoque central dos valores culturais de uma nação, ou de um país [...]” (COELHO, 2004, p. 295). Fato que concorre para que esse autor dê destaque para a articulação da política cultural com o sistema de produção cultural.

O mercado vem com as indústrias culturais redimensionando esse sistema. Nesse cenário da cultura como produto para consumo desregrado, os bens culturais adquirem projeções no tempo e espaço, onde sua valorização financeira tem se sobreposto ao seu culto tradicional.

A globalização se configura como propulsora das muitas transformações que vem ocorrendo no cenário cultural, pois não há como negar que seu maior impacto dá-se mesmo na esfera cultural, até porque tudo que se circunscreve no espaço e tempo como ação humana, ou ações para homens e mulheres é concebido como cultura. Por isso, o projeto de desenvolvimento, que tem sido recomendado às nações especialmente pela UNESCO, para ser sustentável tem que tomar as diretrizes das políticas culturais. As políticas que já se encaminham no rumo da promoção do desenvolvimento devem ser redimensionadas para atingir os objetivos do projeto de desenvolvimento. Dessa forma, as bibliotecas públicas, pelas funções no campo da educação, informação, cultura e lazer, têm um papel fundamental na promoção do desenvolvimento das cidades o que lhes imputa ser uma das instituições culturais estratégicas para o projeto nacional de desenvolvimento.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS

À biblioteca não é mais, por consequência, um mero depósito de livros: esse o mais importante de todos os pontos característicos na evolução do seu conceito. À sua *passividade* substituiu-se um salutar *dinamismo*, a iniciativa de uma obra que é, ao mesmo tempo de socialização, especialização, democratização e laicização da cultura. (MARTINS, 2001, p. 325).

Para a biblioteca chegar a esse status não foi fácil. Ela foi marcadamente uma instituição que viveu no esplendor e no abismo, na luz e nas trevas, no sagrado e no profano. Sua origem antecede o surgimento do livro, contudo sua história não o deixa de lado, e isso é perceptível ainda, hoje, pois quando se pensa em biblioteca, logo lhe vincula o livro; até as políticas públicas de cultura para a biblioteca estão direcionadas também para o livro e a leitura. Foi devido a ele (livro) que ela (biblioteca) por um longo espaço de tempo perpetuou a função de preservação, de guardiã, tanto pelo que suas características físicas quanto pelo que seus conteúdos (informação, conhecimento) enunciavam, denunciavam, é claro que mais por este último.

As bibliotecas surgiram não como um bem público, mas privado e secreto, rodeada de mistérios. Sua localização favorecia a sua não utilização pelos profanos e, conseqüentemente, a não difusão dos conhecimentos perniciosos, ou melhor, pecaminosos dos documentos ali presentes. Aos que ousavam propagá-lo, restava – lhe sofrer as sanções da Inquisição. Tudo isso foi desencadeado na Idade Média, época em que o poderio da Igreja se refletia nos segmentos políticos, sociais, culturais e por isso mosteiros e conventos apresentavam-se como bibliotecas. Martins (2001, p. 71) considera que:

[...] as bibliotecas medievais são, na realidade, simples prolongamentos das bibliotecas antigas, tanto na composição, quanto na organização, na natureza, no funcionamento: não se trata de dois tipos de biblioteca, mas de um tipo que sofreu modificações insignificantes decorrentes de pequenas divergências de organização social. (MARTINS, 2001, p. 71)

As grandes bibliotecas da Antiguidade, status que lograram por acomodarem expressiva quantidade de volumes de manuscritos, eram as de Alexandria e de Pérgamo. Outra singularidade dessa época no que concerne a biblioteca “é a sua constituição com tabletas de argila ou, posteriormente, com rolos

de papiro e pergaminho: o manuscrito enrolado se mantém até ao ano 300, mais ou menos, aparecendo o codex por volta do século IV.” (MARTINS, 2001, p. 80).

O que caracterizou a biblioteca como expoente tanto na Antiguidade quanto na Idade Média, não foi o que a distinguiu na Modernidade, pois a “[...] biblioteca passa a gozar, nos tempos modernos, do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas.” (MARTINS, 2001, p. 323).

É com o intuito de se adequar às novas necessidades que ela vai evoluindo de uma instituição cultural arraigada, ainda, à cultura do silêncio para propor-se como promotora de uma cultura de libertação, transformação; de um recurso para qualificar a mão de obra para um instrumento de construção/promoção de cidadania.

Essa evolução foi desencadeada durante o Movimento Cultural Renascentista e fortalecida com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa que impõem, não somente à biblioteca, mas a todas as instituições repensarem suas ações e atuações para toda a humanidade. Tudo, a partir daí deveria voltar-se para as necessidades de cada indivíduo. E, por isso, a biblioteca “vestiu - se a caráter” de seu público, passando a adquirir novas denominações, dentre elas, a de biblioteca pública. A biblioteca pública como o próprio nome já diz é de todos os públicos (crianças, jovens, adultos, idosos, donas de casa, estudantes, pesquisadores, etc), apresentando, portanto um acervo heterogêneo e uma variedade de serviços para atender as necessidades da comunidade.

O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. [...]. A biblioteca pública é um elo de ligação entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizada e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias, discutir problemas, auto-instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17).

Considerada como uma invenção do século XIX, mais precisamente, advinda da Revolução Industrial, tendo desta forma a função de subsidiar a qualificação da mão de obra. Ela primeiramente se estabeleceu nos Estados Unidos.

No Brasil, segundo Suaiden (1995), a origem da biblioteca pública data de 1811, a partir de projeto apresentado por Pedro Ferrão Castello Branco ao então governador da Capitania da Bahia, Conde dos Arcos. “Nascia então ali, a primeira biblioteca pública do Brasil, visto que as bibliotecas já existentes, neste caso as dos conventos não eram públicas, e, a Biblioteca Real do Rio de Janeiro fora apenas transferida de Portugal para o Brasil” (SUAIDEN, 1995).

A partir dessa data a implantação de bibliotecas tornou-se “moda”, pois não se considerou, fielmente, a necessidade e exigência da sociedade. Contudo, a quantidade existente, ao menos uma por município brasileiro, ainda não conseguiu banir ou mesmo amenizar os elevados índices de analfabetismo que imperam no Brasil. Isso mostra que, é preciso ir além do incentivo de criar bibliotecas, porque estas não cumprirão sua verdadeira função sem profissionais habilitados e sem os recursos e instrumentos adequados para o planejamento e execução de suas atividades, as quais extrapolam o simples ato de tornar acessível o livro, o periódico, os audiovisuais e todos os demais documentos nas suas formas diversificadas de suporte que compõem o seu acervo.

O incentivo à implantação de bibliotecas, objetivo do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), e, conseqüentemente, dos vários Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas integrados a ele, pode ser considerado importante, todavia não deve ser tomado como preponderante em detrimento a outras ações que devem ser formuladas nas políticas para as bibliotecas. Estas instituições devem ser criadas para possibilitar soluções para os problemas que atingem a população (PERROTTI, 1990) e que têm impossibilitado o desenvolvimento cultural o que literalmente significa impedir o seu próprio desenvolvimento.

O sentido de biblioteca não se expressa apenas com um prédio e muito menos com um amontoado de livros, ou mesmo com eles enfileirados, organizados. Ela tem sentido quando permite à população encontrar nela o sentido para o seu pertencimento, para a sua identificação com a sua cultura. Dessa forma, as políticas para as bibliotecas, ou, as políticas para o livro e leitura devem se empenhar em priorizar o que dá sentido à população da qual atenderá os desejos, as necessidades de informação e leitura.

A concepção de biblioteca foi redimensionada, recontextualizada com as transformações que vêm acontecendo na dinâmica social e cultural do Estado. Ela

deixa de ser, tradicionalmente, conhecida como biblioteca arquivo-museu, para ser modernamente concebida como centro de documentação e informação, centro de cultura. Isso se deveu como assevera Frago (2000, p. 27).

[...] a inclusão de material audiovisual (videoteca, fonoteca, miiliateca) e informático em seus conteúdos, assim como a criação de salas especiais (hemeroteca, de estudo, de consulta, de audições musicais, de publicações periódicas, de uso comum, de computadores), de caráter geral e publico, além da realização, nas mesmas, de exposições, de conferências, projeções, recitais e outras atividades, fez delas centros culturais ou foi a origem de instituições desse tipo nas quais a biblioteca é apenas, uma parte, entre outras, das possibilidades oferecidas.

Com todos esses aparatos indicadores dessa concepção de biblioteca como centro cultural, e tendo em vista a precariedade convivida pelas Bibliotecas Públicas Brasileiras, como o fato de muitas delas não terem sequer prédios próprios, chega-se a achar utópico que estas se constituam como centros de cultura. Estar tecnologicamente aparelhada pode configurá-las como centros de cultura, todavia outras características são necessárias para que suas ações convirjam para com a sua função no âmbito da cultura. Aliás, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) pressionada pelos movimentos sociais contestatórios empreendidos na década de 60 e 70 sobre o Estado, ou melhor, sobre a ausência de ações eficientes dele para com a maioria da população, estabelece para a biblioteca a função cultural, incumbindo ao Estado um novo olhar para as políticas culturais para as bibliotecas públicas.

Entre as reivindicações desses movimentos estava a inclusão da maioria da população excluída das benesses da cultura. Dessa forma, a biblioteca, como um bem cultural posto a serviço da população, constitui esse sentido com a democratização da cultura, devendo por isso promover a democracia da cultura às classes menos favorecidas. Isso é reforçado pela UNESCO com a publicação do Manifesto para as Bibliotecas Públicas, outorgando-lhe como função: educação, cultura, lazer e informação. Para consubstanciá-las, são apresentadas doze missões, que devem estar contempladas na essência dos seus serviços, sendo elas, a saber:

1. Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
2. Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis.
3. Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo;
4. Estimular a imaginação e criatividade da criança e dos jovens;

5. Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
6. Propiciar acesso às expressões culturais das artes em geral;
7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária;
10. Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesses;
11. Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador;
12. Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 22).

Ao estabelecer essas missões reafirma-se para a biblioteca pública além da organização e da preservação do patrimônio cultural intelectual do povo, fazer com que essas suas funções ampliem as possibilidades de valorização e aprendizagem da cultura. Nessa perspectiva, “[...] não convém à biblioteca trabalhar a concepção vulgar de cultura, ou seja, como sinônimo de erudição já incorporada e difundida na sociedade e que tem contribuído para a separação da comunidade em duas categorias: os letrados e os iletrados” (TARGINO, 2006, p. 63). Sendo assim, urge perguntar-nos como a biblioteca pode e deve atuar de forma a não se constituir em um espaço de exclusão, segregação dos menos favorecidos?

Responder a essa problemática presente na cultura que sustenta e é, muitas das vezes, defendida nas bibliotecas, requer uma análise da própria atuação dos profissionais, quer seja dos que estão hierarquicamente na sua direção, quer seja dos que estão no planejamento, elaboração e execução das atividades. Pois, a transformação do real para o ideal necessário para a sociedade só será viável e possível com menos ações vazias e mais ideias concretas e realizáveis dos/as bibliotecários/as, e demais profissionais que atuam na biblioteca. Ademais, “[...] na nova caminhada que começa até os oprimidos se desfaça de todas as marcas autoritárias e comece, na verdade, a acreditar nas massas populares. Já não apenas fale a elas ou sobre elas, mas as ouça, para poder falar com elas”. (FREIRE, 2006, p. 31).

Para que esse diálogo flua satisfatoriamente é preciso que um(a) se torne conhecido(a) do(a) outro(a). Na biblioteca, o conhecimento da realidade dos usuários ou da comunidade implica na realização de um estudo acurado de tudo que faz parte dos seus usuários individualmente, mas também compreendendo as

relações que eles estabelecem com o outro ou com os outros, em grupo, em comunidade, em sociedade. Abrange, dessa forma, o conhecimento dos aspectos geográficos, sociais, econômicos, ambientais, e, principalmente, culturais, os quais culminarão com precisas ações formuladas pela biblioteca para satisfazer as necessidades de informações para a cultura, a educação, o lazer e o prazer.

É justamente nesse aspecto que a biblioteca pública, ou melhor, os bibliotecários que nelas atuam têm pecado, visto que muitos deles desconhecem as necessidades dos seus usuários e por não satisfazê-las, estes desconhecem a utilidade dos seus serviços. E, isso leva à consequência muito mais grave que é a não concretização da tão almejada função sociocultural da biblioteca.

Os estudos de comunidade, condição precípua para tornar os serviços e produtos da biblioteca eficientes e eficazes, tornam-se indispensáveis. Na maioria das bibliotecas públicas, só despontam no documento que formaliza a sua política de formação e desenvolvimento de coleções, uma vez que esta sabe que é de todos e, principalmente, do público escolar, já que especialmente no Brasil, ela continua a cumprir a função da biblioteca escolar, hoje, nem tanto pela ausência de uma estrutura física, mas pela falta de recursos humanos especializados para a execução de suas atividades e para o atendimento do público cada vez mais exigente e diferenciado na sua forma de receber informação e de praticar as suas leituras.

Isso de certa forma demonstra que os seus discursos de inclusão das questões de gênero, de raça e etnia, dos portadores de necessidades especiais são tolerantes; contudo não atuantes, ou melhor, o seu discurso de tolerância, desrespeita a sua prática. E se “o respeito vai além da simples tolerância; implica a adoção de uma atitude positiva em relação aos outros, a satisfação relativa à diversidade de modos de vida e à sua diversidade criadora” (CUÉLLAR, 1997, p. 22). Torna-se, então necessário à biblioteca abrir-se a outros horizontes, a não apenas tolerar a cultura do índio, do negro, do branco, dos imigrantes, as quais constituem a cultura brasileira, mas a dialogar com todas elas, para tanto é imprescindível uma ação cultural libertadora, preconizada por Mario de Andrade, quando alerta o Brasil para o uso da arte-ação e consubstanciada por Paulo Freire.

A biblioteca pública desenvolve atividades de ação cultural. O planejamento desses serviços, no seu recinto ou externamente a ele, propicia a comunidade refletir sobre seus problemas, pois “[...] toda atividade cultural pressupõe liberdade de informação, ensino e pesquisa, provoca discussões, análise

e controvérsias e propõe mudanças e alternativas, ou seja, a verdadeira atividade cultural exige liberdade de produção e de expansão [...]” (ARAÚJO, 2002, p. 44).

Nesse sentido, a biblioteca pública deve ir além de promover cultura baseada apenas no acesso aos bens culturais. É necessário possibilitar uma ação, onde o indivíduo deixe de ser contemplador dos bens culturais e passe a ser sujeito importante na produção e difusão desses bens. Sendo, para tanto, necessário o comprometimento do bibliotecário em fazer de sua práxis social uma verdadeira ação cultural. Essa perspectiva parece um tanto comprometida, especialmente, nas bibliotecas públicas municipais brasileiras, pois ao longo da história da política cultural, as ações encaminhadas pelo Estado no campo da cultura para essas instituições, ainda que se atenham ao livro e leitura, desconhecem a necessidade da atuação do profissional bibliotecário para a dinamização das atividades e serviços culturais que o livro e a leitura podem propiciar.

As ações de implantação de bibliotecas envergadas como políticas culturais para o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas até apresentam como contrapartida do município a existência de um lugar e de um profissional especializado para desenvolver as atividades nesse espaço, mas não exigem e nem fiscalizam que esse profissional deve ser um bibliotecário. O pensamento é que um professor impossibilitado de exercer sua função em sala de aula pode muito bem prestar atendimento nessas instituições, que não por acaso, segundo Milanesi (2002) se comportam como bibliotecas escolares, comprometendo-se com a educação que também é cultura, mas sendo negligente com a população em suas outras necessidades culturais, uma vez que no universo cultural da cidade, os seus públicos são a expressão da diversidade cultural.

As bibliotecas públicas municipais, são, na prática, bibliotecas escolares. Perdeu-se a idéia da informação pública para que fosse possível sobreviver uma prática de pesquisa que pouco se relaciona com educação. As bibliotecas fizeram, pois, no século XX, um trajeto rumo aos currículos escolares, e, por isso, entre outros motivos, deixaram de lado a população. (MILANESI, 2002, p. 47)

Essa peculiaridade que demarca um problema da biblioteca pública em sua atuação no campo da cultura e da educação tem ampla possibilidade de ser sanada com a UNESCO, através dos esforços que esse organismo vem envidando há longas datas para que a cultura ocupe posição e atuação de destaque, considerando a sua diversidade e transversalidade na universalidade que abrange

um desenvolvimento pleno e integral, pois a UNESCO tem incluído as bibliotecas públicas, enquanto instituição cultural, em suas estratégias para a inserção da cultura no projeto de desenvolvimento das nações.

As bibliotecas públicas, já com reconhecida atuação nas funções previstas no Manifesto da UNESCO, são estratégicas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) que norteia todo o projeto de desenvolvimento das nações.

Os projetos de desenvolvimento que estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são mais eficazes quando aproveitam os recursos existentes e as instituições locais que as pessoas já conhecem e confiam, como as bibliotecas públicas, ao invés de financiarem novas infra-estruturas não comprovadas. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 2017, não paginado, tradução nossa)

O desenvolvimento deve caminhar a partir de boas práticas já consolidadas, das oportunidades que lhe são lançadas na forma de documentos, estruturas e ações. Ele busca melhorar o que já vem dando certo e vem colocar no plano o que ainda se apresenta como desafio. Foi por, ainda, diagnosticar desafios no setor cultural que o presidente Lula criou o Programa Mais Cultura no segundo mandato de seu governo.

4 O PROGRAMA MAIS CULTURA: contextualização e caracterização

A concretização de um novo cenário para a cultura, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva é reflexo de antecedentes históricos não muito satisfatórios dos governos do executivo federal que o precederam. Na gestão do presidente Fernando Collor, a cultura foi marcada pelo desmantelamento de várias instituições culturais, exemplo disso foi o Ministério da Cultura que passou a atuar como secretaria ligada a presidência da república. A institucionalização da Lei nº 8.313 de 23 de novembro de 1991 – Lei Rouanet – foi a ação ensejada, pela pressão do povo da cultura, para o setor nesse período (MENEZES, 2016), representando o diferencial das ações para a cultura dessa gestão. Aliás, essa proposta de financiamento da cultura também foi reproduzida na gestão de Fernando Henrique Cardoso - FHC, que mostrava que o investimento em “Cultura é um bom negócio”, pois apesar de assinalar como motivo o fato da cultura juntamente com o econômico e o social serem o apoio da cidadania de um povo (BRASIL, [1995]), esse programa se tornou a ação predominante para o Estado conseguir novos ganhos para a sua receita e ainda retirar de sua esfera maiores responsabilidades com a cultura.

Mais que uma visão cidadã e para o bem coletivo, as ações para a cultura nas gestões de Collor e de FHC se conformaram preponderantes na dimensão econômica da cultura, beneficiando o mercado em detrimento dos artistas e produtores de cultura. Quando chegava a estes um grupo bem seleto se fazia contemplado, em geral, os que se destinavam a uma cultura de entretenimento.

Esse contexto de pouca atenção com a diversidade cultural brasileira fez com que a candidatura à presidência de Luís Inácio Lula da Silva elaborasse um programa de governo para a cultura a partir das vozes de todos os brasileiros e principalmente das boas iniciativas para a cultura das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) nos municípios brasileiros. (A IMAGINAÇÃO..., 2002). Desta forma, o discurso para um novo projeto para o Brasil no setor da cultura que se anunciava no campo político eleitoral, se concretizou com sua vitória nas eleições presidenciais em 2002. (ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2016). Nesse governo, a cultura passa a assumir no plano das políticas de Estado democrático de direito outra visão. Isso nos leva a querer saber e conhecer essa outra visão pelo fato de se tratar de um governo de esquerda, e porque no Brasil, as políticas culturais sempre

se mostraram novas, apenas, nos nomes que as identificam, mas nas ações se comportam com velhas práticas, se constituindo, por isso, os grandes desafios de fazê-las responder às dinâmicas culturais em uma época onde se necessita congregação tradição e modernidade de forma harmoniosa. E não se pode esquecer, que apesar de se tratar de novo governo, com outra cultura política²³, o cenário que o espera ainda é de crise, o que lhe sugere, principalmente, no contexto de globalização do mercado capitalista “[...] redobrar seus esforços para criar novas necessidades nos outros, enfatizando o cultivo de apetites imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso [...]” (HARVEY, 2010, p. 103) o que torna propenso enveredar-se por um desenvolvimento via cultura.

A outra visão que assegura ter o presidente Lula encontrava-se estruturada no documento “A imaginação a serviço do Brasil” que propunha colocar a cultura dos guetos sociais nas propostas da agenda governamental e redirecionar o Ministério da Cultura para uma gestão central nas políticas públicas para a cultura. (ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2016).

Esse documento não apenas demonstra a visão diferenciada e acertada de se fazer política cultural no Brasil, pois esta passa a ser implementada por quem e para quem faz cultura – o povo – e gestada por quem realmente foi decisivo, com todas as dificuldades que lhe acompanharam nas gestões anteriores, nas ações para a cultura – o Ministério da Cultura. Como um programa de governo, ele mesmo se mostra como inconcluso, todavia as suas propostas se apresentam contempladas e complementadas e revestidas de ações com características de políticas públicas de cultura no Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, publicado em 2006, que se lançava:

[...] para a construção de novos paradigmas de políticas. A gestão pública e as instituições estão absorvendo riquezas, inteligências e valores ocultados por anos de falta de apoio e reconhecimento do Estado. A cultura passa, enfim, a estar presente na agenda do país. Esperamos, assim, encerrar um ciclo de descompromisso do Estado para com o desenvolvimento cultural do Brasil. (PROGAMA..., 2006, p. 8).

Muitas ações se apresentam na outra visão do Governo Lula, mas o que se percebe é que, para a sua gestão cultural, fazer política pública para cultura, no

²³ Cultura política é entendida como a que “[...] Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. [...]” (RENNÓ, [S.d], p. 71). Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file>>

Brasil, torna-se imprescindível uma nova forma de se fazer política de governo, de Estado, diferente da que vinha sendo desenvolvida nos governos antecessores, que não conseguiram fazer política cultural pela “[...] dificuldade de definir o papel do Estado, sua importância para o desenvolvimento cultural [...]” (PROGRAMA..., 2006, p. 9). Além disso, a gestão da cultura Lula/Gil, no primeiro mandato, tomou como basilares os seguintes paradigmas:

- Se o desenvolvimento econômico expressa o bem-estar material de uma nação, é o desenvolvimento cultural que define a sua qualidade.
- A cultura é um direito básico do cidadão, tão importante quanto o direito ao voto, à moradia, à alimentação, à saúde e à educação.
- A sociedade brasileira é a razão de ser das políticas culturais, e o acesso universal aos bens culturais, à memória e ao patrimônio artístico e histórico deve ser o objetivo dessas políticas.
- Deve-se conjugar a política pública de cultura com as demais políticas governamentais e sintonizá-las com um novo projeto de desenvolvimento para o país.
- O Brasil demanda políticas públicas que, ao mesmo tempo, promovam o desenvolvimento cultural geral da sociedade, contribuam para a inclusão social e para a geração de ocupação e renda e afirmem a nossa singularidade diante das demais culturas do mundo.
- O reconhecimento dos saberes e conhecimentos culturais dos brasileiros deve ser uma tarefa permanente do Estado brasileiro e de suas instituições. (PROGRAMA..., 2006, p. 13).

A gestão da cultura que se pretende realizar no governo Lula é a de que desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural se apresentam como uma relação complementar para uma proposta maior de um projeto nacional para o desenvolvimento do Brasil. Constitui um novo desenvolvimentismo, onde a cultura passa a fazer parte das políticas de desenvolvimento, se articulando com todas as esferas que compõem o Estado. Mas, não se pode negar que a relação da cultura com desenvolvimento põe em evidência a economia da cultura, que no seu discurso de desenvolvimento econômico com promoção de desenvolvimento sociocultural, pode fazer predominar apenas o econômico. Isso se torna uma possibilidade provável quando a concepção de desenvolvimento se apresenta equivalente a de crescimento econômico, pois segundo Perroux (1981) ainda que o crescimento econômico tenha uma forte relação com o desenvolvimento, aquele não o engendra. Para Kliksberg (2001) os propósitos do desenvolvimento não se configuram diretamente em termos de pecúnia, lucratividade financeira. E isso se expressa quando para ele

[...] Os objetivos finais do desenvolvimento têm a ver com a ampliação das oportunidades reais dos seres humanos de desenvolver suas

potencialidades. Uma sociedade progride quando os indicadores-chaves, como anos de vida das pessoas, qualidade de vida e desenvolvimento de seu potencial, avançam. [...]. (KLIKSBERG, 2001, p.109)

A gestão cultural de Gilberto Gil estruturou suas políticas para um desenvolvimento via cultura utilizando-se de um conceito de cultura compreendendo as seguintes dimensões: a econômica que trata a cultura como fonte de renda e emprego, a simbólica, onde seu conceito assume o propõe a vertente antropológica e a cidadã que tem a cultura como um direito do cidadão. (PROGRAMA..., 2006). Essa base sustentava a palavra chave das políticas culturais – o acesso, principalmente, para maioria da população para quem a forma e o papel como essas políticas eram conduzidas pelo Estado, ainda se constituía inalcançável. No segundo mandato, o acesso se constituiria uma realidade, pois, no primeiro ano do segundo mandato do presidente Lula, despontava para agregar todos os feitos na forma de ações, programas e projetos para a cultura do mandato anterior – o Programa Mais Cultura, que tinha como palavra-chave – o acesso, que se constituiu na principal justificativa para a sua criação.

No segundo mandato, apesar dos enormes avanços verificados, em especial com a execução do Programa Cultura Viva, e dos editais em diversos segmentos da cultura, ficou claro para o Governo que não estavam vencidos ainda os desafios de garantir o **pleno acesso à cultura**, de estruturar uma indústria e um amplo e diversificado mercado cultural, que assegurassem o livre manejo de nossa diversidade. Para vencer esses desafios, o Governo Federal tem criado instrumentos capazes de catalisar as energias e a inteligência de inúmeros atores políticos, econômicos, sociais e culturais. Dentre esses instrumentos, ganha relevo o **Programa Mais Cultura**, que se transforma no grande guarda-chuva das políticas e dos programas para o setor. (BRASIL, [2011], p. 285, grifo nosso)

Como um programa, que congregaria todas as ações já planejadas e em execução na esfera cultural, sua criação se deu com a projeção que sua estrutura institucional de política pública lhe outorgava, sendo então instituído pelo Decreto Nº 6.226 de 04 de Outubro de 2007, tendo sua redação alterada nos artigos 5º e 6º pelo Decreto Nº 6.630 de 04 de Novembro de 2008. Tamanha era a sua proposta para o campo das políticas na área de cultura, sendo considerado como a primeira política verdadeiramente pública para a cultura no Brasil, bem como, e talvez como consequência de ser o vetor da cultura para o desenvolvimento (PARA LULA..., 2007) o que vai ao encontro do projeto de Nação envergado pelo presidente Lula cujo desenvolvimento é pela cultura.

Ao seguir os mesmos passos da proposta de desenvolvimento tendo a cultura como meio, o Mais Cultura tem-na dimensionada sobre a perspectiva de cultura e cidadania, cultura e cidades e cultura e economia, correspondendo respectivamente ao que prevê o 1º Artigo do decreto 6.226 de 04 de Outubro de 2007 que o institui para:

- I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
- II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
- III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro. (BRASIL, 2007, não paginado)

Para consolidar esses objetivos, ele se propunha a uma atuação do poder público e da sociedade civil, sendo essa uma característica marcante que certamente ganharia impulso quando se efetivasse a pactuação dos entes – União, Estados e Municípios. Desta forma, ampliavam-se as possibilidades da descentralização das ações que se concentravam no MinC através dos editais.

A aposta numa política de editais; não era exclusividade do Programa Mais Cultura, já se apresentava nas políticas de financiamento cultural via leis de incentivo dos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso e nas várias ações, programas e políticas já implementados no Governo Lula, a exemplo do Programa Cultura Viva. Mas se mostrava interessante no Programa Mais Cultura, uma vez que ao abranger todos os projetos culturais, possibilitava uma atuação transparente do Programa, por primar pelo acesso aos recursos dos incentivos à cultura para todos, mas também se apresentava como um instrumento ameaçador para a realização da própria cultura nos municípios onde havia dificuldade de acesso às tecnologias como a internet, ou seja, onde a exclusão digital e por consequência informacional e comunicacional, ainda, se conforma um agravante, principalmente, porque se destinava às “[...] áreas situadas nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, prioritariamente com índices significativos de violência, baixa escolaridade e outros indicadores de baixo desenvolvimento.” (BRASIL, 2007, não paginado).

A descentralização dos editais do Programa Mais Cultura para os órgãos estaduais de Cultura trouxe a necessidade de articulação de torná-los acessíveis através da aprendizagem e formação dos agentes e gestores. A criação da portaria

Nº 29 de 21 de maio de 2009 que “Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura.” (BRASIL, 2009, p. 1), também, concorreu para uma gestão mais eficiente dos editais da cultura, pois os editais apresentavam uma elaboração padronizada.

A história do Programa Mais Cultura é povoada de muitos acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais, sobressaindo, principalmente, os acontecimentos na esfera cultural, pois muitas ações, projetos e programas daí decorrentes tem participação na sua criação, e também foram redimensionados com a sua atuação. As políticas culturais serem impulsionadas pelas ações já existentes no próprio campo cultural não é novidade. Esse fato se revelou na França, pois lá a política cultural se constituiu do desenvolvimento de ações em diversos segmentos administrativos, de organismos diversos e do meio artístico. (URFALINO apud CALABRE, 2007).

No Brasil, durante o governo Lula, a criação institucionalizada de organismos, organizações, no âmbito da própria cultura e as ações que se desencadearam a partir e com eles, bem como de seus instrumentos e documentos, culminaram com a criação do Programa Mais Cultura, pois segundo a publicação, do Ministério da Cultura Brasileiro, intitulada “Cultura em números”, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC), seriam importantes na institucionalização da Política Nacional de Cultura que se implementaria no Brasil.

Outro ponto relevante é o papel que o SNIIC exercerá na institucionalização da política cultural no Brasil. Juntamente com o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais compõe um dos três pilares essenciais ao fortalecimento da Política Nacional de Cultura. A complementaridade entre as três ações se dará da seguinte forma: o SNC, como chave central para a organização e articulação dos gestores públicos favorecerá a consolidação do PNC, que por sua vez estabelecerá objetivos, políticas, diretrizes e metas para a preservação e o fortalecimento das expressões culturais, e finalmente o SNIIC se integrará a ambos com a função de atuar tanto nos processos organizativos dos atores que compõem o SNC, como no acompanhamento da evolução das metas do PNC, sempre por meio da geração de informações e de indicadores. (BRASIL, 2010, p. 33).

A participação do SNC, do PNC e do SNIIC para a institucionalização da política nacional de cultura se mostra fundamental. Isso porque eles compreendiam ações que há muito tempo se constituíam como desafios para a realização das

políticas culturais no Brasil, e, para os quais a gestão do governo Lula se dedicou. O fato da área cultural dispor de poucos indicadores para formulação e execução das políticas culturais e dela não se ater às informações sobre esse tema presente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, [2011]) comprova a relevância do SNIIC. Já o SNC apresenta-se importante, pois se detém a um problema que comprometia a própria sustentabilidade das políticas de cultura – a institucionalização. Além disso, o SNC traria juntamente com o próprio SNIIC soluções para os desafios – a diversidade, a economia da cultura e o fortalecimento das instituições públicas. Sendo, principalmente, estes desafios que fazem o SNC despontar entre as 6 (seis) frentes prioritárias do Ministério da Cultura na gestão do presidente Lula:

- 1) implementar o Sistema Nacional de Cultura com a articulação de sistemas setoriais de cultura (museus, bibliotecas, arquivos, patrimônio e pontos de cultura, que pretendem criar uma rede nacional de circulação da produção cultural) e o fortalecimento do MinC;
- 2) articular iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais;
- 3) mobilizar a sociedade civil e os gestores públicos de cultura na institucionalização de um sistema participativo, por meio de conselhos deliberativos e paritários nas diversas esferas de governo;
- 4) democratizar o sistema de financiamento e reorientar suas iniciativas segundo orientações públicas;
- 5) aumentar os recursos destinados à cultura, estimulando suas diversas cadeias produtivas; e
- 6) valorizar a diversidade cultural com a criação da rede de diversidade cultural e do Programa Identidade e Diversidade Cultural. (SILVA, 2007, p. 94)

Não é só o aparecimento do SNC como o pioneiro das seis frentes para sanar os desafios já citados no campo da cultura que lhe garante um espaço nessa seção, mas o fato do Programa Mais Cultura ser “[...] exercício do SNC [...] e que [...] à medida que as ações e subprogramas que compunham o Mais Cultura desenrolavam-se, mais claras ficavam as contradições entre o sistema e o programa que lhe serviria como exemplo e base empírica.” (SILVA; ABREU, 2011, p. 11). O que sugere alguns questionamentos, a saber, onde as ações do sistema se desencontram das ações que compreendem o programa? E por que isso se sucedeu? Emitir tais respostas requer o conhecimento das ações de ambos.

Conforme consta no 2º Artigo do Decreto 6.226, o Programa Mais Cultura compreende ações voltadas:

- I - à democratização do acesso a bens e serviços culturais;

II - ao fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos sócio-culturais de incorporação de populações excluídas e vulneráveis;

III - ao fortalecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida de populações tradicionais;

IV - à disseminação de valores democráticos, republicanos e solidários, de justiça social, da cultura e da paz;

V - à promoção dos direitos culturais assegurados pela Constituição, respeitando as questões de gênero, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural;

VI - à qualificação do ambiente social e cultural das cidades e do meio rural;

VII - à valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;

VIII - à incorporação de jovens ao mundo do trabalho cultural;

IX - à capacitação e valorização de trabalhadores da cultura;

X - ao desenvolvimento da habilidade e do gosto pela leitura e pela escrita;

XI - à promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão cultural; e

XII - ao fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para empreendimento, planejamento e gestão de micro, pequenos e médios negócios na área cultural. (BRASIL, 2007, não paginado).

As ações do Programa Mais Cultura, se não se apresentam tais quais as ações propostas no SNC, elas convergem com a proposta dele de congregar as políticas públicas de cultura de forma pactuada nas três esferas - federal, estadual e municipal (CULTURA..., [2009]). Ademais, a relação de interseção e articulação entre o sistema e o programa se estabelece estruturada organicamente através da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) que é responsável pela coordenação executiva do Mais Cultura, devendo com isso promover a:

i) articulação e integração intersetorial necessárias ao programa; ii) articulação federativa (negociação e pactuação com as unidades federativas) para estruturar e consolidar o SNC; iii) coordenação das conferências nacionais de cultura e coordenação e supervisão das representações regionais do MinC; e iv) celebração e prestação de contas de convênios, acordos etc., envolvendo transferências de recursos do OGU em sua área de atuação. (PATURY, 2011, p. 55).

Percebe-se o importante papel que o Mais Cultura tem na concretização do SNC que se constitui como um anseio do campo cultural anterior ao governo Lula, mas que se insere, neste governo, como uma das grandes preocupações para a construção das políticas públicas de cultura, fato que não por acaso está condicionado a estrutura desse programa, o qual, como já se sabe, se apresentou para aquele presidente como a primeira política verdadeiramente pública para a cultura. (PARA LULA..., 2007).

O SNC tem um importante papel nas políticas culturais. O Mais cultura enquanto a política cultural da gestão Lula/Gil deveria andar *pari passu* com o SNC,

pois o descompasso no sistema pode concorrer para o desencontro do programa. Por isso, Rubim (2011) é incisivo na constituição de um sistema cultural que possibilita efetiva vida à cultura se apresentar os seguintes momentos ou movimento:

1. Criação, invenção e inovação; 2. Divulgação, transmissão e difusão; 3. Distribuição e circulação; 4. Troca, intercâmbio e cooperação; 5. Preservação e conservação; 6. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 7. Formação; 8. Consumo; e 9. Organização. Sem considerar a presença de cada um desses momentos – e da articulação e qualidade deles – não se pode, a rigor, falar em uma efetiva vida cultural, pois a conformação do sistema implica a presença essencial de cada um desses momentos e movimento. Sem tal concepção dificilmente pode-se pensar em políticas culturais, pois elas estão sempre conectadas, de modo sistemático, a todos esses componentes da cultura. (RUBIM, 2011, p. 106).

De fato a não constituição de um sistema compromete a perenidade das políticas culturais. O Mais Cultura foi um programa que vivenciou essa experiência, pois, apesar de apresentar “[...] um papel fundamental na articulação dos entes federados para a implantação de uma série de projetos culturais, tais como o Ponto de Cultura” (ROCHA, 2014, p. 27), o programa se findou em 2009 (SILVA; ABREU, 2011), antes da própria institucionalização do SNC em 2010. Apesar de sua atuação breve enquanto política pública de cultura sustentada pelo SNC, o Mais Cultura:

[...] era um programa ambicioso, reconheça-se. Tentou, com graus discutíveis de sucesso, reorganizar vários projetos que já estavam em andamento – alguns de média duração —, e criou alguns novos, dando-lhes, no plano das justificativas e organizações conceituais, uma estrutura coerente com algumas das grandes preocupações do então governo: combate às desigualdades, redistribuição de recursos para os municípios mais pobres, reinvenção do pacto republicano, reinvenção do Estado, ênfase na participação popular etc. (SILVA; ABREU, 2011, p. 9).

Como se pode ver o Mais Cultura foi um Programa que se comportou para a cultura como uma política com o caráter de política nacional, tendo incluído ações que já se apresentavam com comprovado sucesso, como as ações dos pontos de cultura, desenvolvidas pelo Programa Cultura Viva.

[...] entre os programas desenvolvidos pelo MinC, merece destaque o Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Devido à sua natureza e à extensão dos seus propósitos, este contribui para mais de uma das dimensões inicialmente referidas neste texto. Trabalha simultaneamente para o estímulo da produção artística, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da economia da cultura. O Cultura Viva objetiva promover a produção e garantir o acesso, por parte das comunidades mais excluídas, aos bens culturais. Em termos mais específicos, o programa pretende

enfrentar problemas relativos às carências de instrumentos e estímulos para a produção e a circulação de expressões de culturas locais. Por isto, pauta sua atuação na ampliação do acesso das comunidades às novas tecnologias e aos meios de produção e educação artístico-culturais. Estrutura-se em cinco eixos (Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs – Mestres dos Saberes e Escola Viva), sendo os Pontos de Cultura o principal destes. (PATURY, 2011, p. 65)

O Cultura Viva é um programa que se estabeleceu de forma eficiente, apresentando resultados significativos para o desafio da diversidade cultural que por longo período dificultou avanços mais expressivos para o setor cultural brasileiro, principalmente em âmbito local, para o qual contou com o reforço do Programa Mais Cultura que com o seu objetivo de descentralização das ações culturais ampliava ainda mais as possibilidades do protagonismo cultural ser ativado nas comunidades, nas localidades, e nas municipalidades brasileiras, principalmente no Estado do Maranhão, onde as ações executadas no campo da cultura mais contribuíam para dar continuidade ao descaso com o desenvolvimento do estado do que para impulsioná-lo.

4.1 O contexto maranhense: a expressão da “maranhensidade”

A política cultural ainda que se conforme com o envolvimento privado e da sociedade civil, no Brasil, ela tem o Estado como principal responsável por sua promoção. (BEZERRA; GUERRA, 2012; RUBIM, 2011). Além disso, o período (2007-2011) para a escrita da história da política cultural maranhense corresponde à postura e à atitude de uma gestão ministerial, como já se mencionou, que não desejava fazer cultura para os brasileiros, ainda que entendesse que fazer política cultural seja fazê-la (PROGRAMA..., 2006). Desta forma, trazer à tona a atuação dos governos do executivo estadual no Maranhão, situando os aspectos socioeconômicos e políticos, porém com ênfase para os aspectos culturais, pode nos conduzir a desvelar qual a cultura, ou melhor, considerando o Programa Mais Cultura, qual a dimensão cultural foi privilegiada pelos governos maranhenses de 2003 a 2011, uma vez que esse programa foi tratado, pelo menos discursivamente, como política cultural? O que de diferente a proposta do Programa Mais Cultura possibilitou a esses governos na elaboração de políticas culturais para o Maranhão? Esses questionamentos se tornam necessários, uma vez que se sabe que o governo José Reinaldo Tavares correspondeu ao período em que se articulou na esfera

federal a criação dos instrumentos para a institucionalização da cultura, a exemplo do Sistema Nacional de Cultura que se consolidaria a partir da criação de seu congêneres no âmbito estadual e municipal.

O governo Jackson Lago (2007-2009) que compreendeu o período da criação oficial do Programa Mais Cultura, selando a sua relação com ele através do Acordo de Cooperação para a Implementação Descentralizada de suas Ações (ACORDO..., 2007). E, o governo Roseana Sarney assumiu, por ordem judicial, em abril de 2009, ficando até 2010, renovando o seu mandato para mais 4 (quatro) anos, permanecendo de 2011 a 2014. Sendo que ela já havia governado o estado de 1995 a 2002 e cuja administração tem sido responsabilizada, de acordo com opositoristas e estudiosos, por muitas das mazelas que ainda atingem o estado e que de certa forma influenciaram e ainda influenciam os desafios que se apresentaram e ainda são vigentes no setor cultural maranhense.

A vitória de Lula para a presidência do Brasil reacendia no povo brasileiro a esperança de dias melhores. Seu discurso pós-vitória a “esperança venceu o medo” reafirmava isso. No caso maranhense, tal perspectiva não se mostraria tão evidente, visto que o governo só mudaria de nome, mas o endereço e a política que se iria praticar era velha e muito bem conhecida do povo maranhense. Quatro décadas eram mais que suficientes para comprovar esse fato, pois governaria o estado maranhense, em 2003, início do primeiro mandato do presidente Lula, José Reinaldo Tavares, “trigésimo quarto candidato do grupo Sarney eleito no Estado” (BORGES, [2004]). Todavia o que parecia comprometer o desenvolvimento do Maranhão se mostrou foi mais promissor, ainda, para o projeto de desenvolvimento do Maranhão²⁴, pois esse “[...] governador rompeu com a oligarquia Sarney em 2004 e auxiliou a oposição nas eleições de 2006, o que contribuiu para a eleição de Jackson Lago.” (SOUSA, 2011, p. 206). O que concorreria para o enfraquecimento dessa oligarquia na política maranhense, que se pretendia inabalada, pois:

O grupo Sarney apresenta-se com trunfos acumulados em décadas de experiência político-administrativa e ocupação de posições importantes, que

²⁴ Compreende-se que o governo Jackson Lago, no executivo estadual, apesar de sua vigência muito curta (2007-2009), empreendeu significativos avanços, nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais, para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, os quais alguns destes são assinalados na pesquisa: Alguns desafios ao planejamento e desenvolvimento do Maranhão, Brasil: contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação de autoria do pesquisador Jhonatan Uelson Pereira Sousa.

se desdobram em notáveis recursos de poder, tais como: dinheiro, suportes midiáticos de grande alcance, popularidade/visibilidade e, sobretudo, inserções na esfera governamental (estadual e federal) que lhes favorece o acesso a recursos e instâncias decisórias, ampliando seu papel redistributivo, ou seja, sua capacidade de distribuir benefícios coletivos e seletivos. (BORGES, [2009], p. 2).

Tais fatores mostram que o embate do governador José Reinaldo Tavares com a família Sarney lançaria entraves para a sua proposta governamental no Maranhão. Querendo ou não, no estado maranhense, a política sarneyista está enraizada há décadas e ainda é fortalecida por ser a representação da cultura política que prepondera em todos os âmbitos da cultura brasileira. Além disso, apesar de seu rompimento com a oligarquia Sarney, seu programa de governo²⁵ tinha a finalidade de dar continuidade às realizações do governo Roseana Sarney (1995-2002) que estampadas nas propagandas publicitárias dos veículos de comunicação do estado maranhense²⁶, mostravam um “Novo Tempo” para os maranhenses, divergindo do atraso que assolava o Estado e que era atestado pelas pesquisas encomendadas pelos órgãos federais, onde, em muitas esferas, o Maranhão despontava nas piores posições, o que o fazia apresentar um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os Estados da federação.

Sendo assim a melhoria do IDH se constituiria para o então governo de José Reinaldo o ponto de partida e de chegada, o que lhe obrigaria a olhar o social a partir do econômico, do cultural, principalmente deste, pois esse governo estava inserido em um contexto muito mais amplo no qual o projeto nacional de desenvolvimento tinha a cultura como estratégia para movimentá-lo, pelo menos, como já é sabido, era o que o discurso do presidente enunciava. Isso sujeitaria, entre outras medidas, ao governador refazer o seu planejamento para o Estado, pois em seu “discurso de posse²⁷”, apesar do termo cultura compreender ações e relações cultivadas pelo homem em tudo o que ele faz, não foram referenciadas, pelo governador, ações contundentes para a cultura, principalmente para a dimensão cultural adotada pela gestão ministerial.

²⁵ Em seu discurso de agradecimento, ao tomar posse, a então Senadora Roseana Sarney, José Reinaldo disse “Este mandato que recebo tem muito do seu esforço e se materializa na continuidade dos seus programas e trabalho em favor da população.” Disponível em: <<http://imirante.com/maranhao/noticias/2003/01/01/jose-reinaldo-agradece-apoio-durante-sua-posse.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

²⁶ Neste caso sobressaem os meios de comunicação do Maranhão comandados pelo grupo Sarney.

²⁷ O citado discurso encontra-se na publicação impressa do dia 01/01/2003 do Jornal o Estado do Maranhão.

Sua mobilização para elevar o IDH, pode até ter sido planejada em 2003, seu primeiro ano de governo, mas não foi executada neste ano, visto que segundo BORGES ([2009]) suas ações foram marcadas pela continuidade do governo anterior. No entanto, certamente foi se efetivando com o seu rompimento com o Grupo Sarney, pois em discurso proferido na Assembleia Legislativa, José Reinaldo assim se pronunciou:

Como governante, tenho sido vítima da maior campanha difamatória e caluniosa já sofrida por um chefe de Executivo neste Estado, nas últimas décadas, mas tive a coragem de romper as amarras que me prendiam a um grupo que nada fez pelos milhares de infelizes que se encontram abaixo da linha de pobreza. Agora que empunho a bandeira da liberdade dos meus atos na perspectiva de poder realizar um trabalho voltado para o bem-estar e o progresso da nossa terra, quero tê-los, nobres parlamentares, como meus aliados nessa histórica mudança de página. Para tanto, tenho certeza agora de que poderei contar com o apoio de parlamentares, senhor presidente, comprometidos, exclusivamente, com a possibilidade de transformação social deste Estado. (TAVARES, 2005, não paginado).

O compromisso do então governador José Reinaldo Tavares com a transformação social e bem-estar da população maranhense consistia em se diferenciar também do governo passado, neste caso do governo Roseana Sarney e seu também já que foi seu vice-governador naquela gestão. Sendo assim, o PPA de sua gestão para o período 2004-2007, regulamentado pela Lei nº 8.051 de 19 de dezembro de 2003, colocava como ação desse governo a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, utilizando-se, conforme artigo 3º da lei acima citada, das seguintes definições de estratégias de desenvolvimento:

I - inserção dinâmica da economia maranhense nos sistemas econômicos do Nordeste, do Brasil e do exterior; II - competitividade sistêmica da economia local; III - transformação econômica do Estado, promovendo a mudança quantitativa e qualitativa do sistema produtivo maranhense; IV - transformação social, visando fazer de cada maranhense um cidadão; V - economia baseada no conhecimento; e VI - adoção da sustentabilidade como valor de planejamento e ação governamentais. (MARANHÃO, 2003, não paginado).

Nota-se que, principalmente, no inciso VI as estratégias de desenvolvimento do Maranhão deveriam incluir a cultura, porém em 2004, a inclusão dos indicadores culturais, como medida de avaliação do IDH das nações, sentenciou que o governo de Tavares deveria se ajustar a essa nova sistemática de colocar a cultura como estratégia do desenvolvimento maranhense se quisesse alcançar o próprio desenvolvimento do Estado. Isso requereria a sua gestão um planejamento

com a cultura como meio e fim de todas as outras esferas, não apenas como coadjuvante do planejamento turístico do Estado onde suas ações se concentravam em intervenção no patrimônio edificado e eventos para o turismo cultural, mas a colocava como protagonista, para o próprio setor cultural e para as demais esferas, de ações com a amplificação sociológica e antropológica de seu conceito.

Em 2005, o governador José Reinaldo assinou o protocolo de intenção de adesão do Maranhão ao SNC, ato que também contou com a assinatura dos municípios de Barreirinhas, Bom Jesus das Selvas, Amapá do Maranhão, Pedreiras, Cururupu e Santa Rita do Maranhão (MARANHÃO..., 2005). Aquele documento colocava as ações da cultura no estado maranhense na rota da política cultural prevista com o projeto nacional de desenvolvimento do País que se espelhava em projetos já desenvolvidos, mas que buscava se diferenciar deles, principalmente, por privilegiar a mobilização e participação da sociedade a partir de instrumentos que propiciassem isso, a exemplo da realização da I Conferência Estadual de Cultura (CEC) ocorrida nesse governo, de 1 a 3 de dezembro de 2005 e da I Conferência Municipal de Cultura (CMC).

A I CMC aconteceu na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (MARANHÃO..., 2005), de 19 a 22 de outubro de 2005, contou com a participação, nas mesas-redondas, conferências e grupos de trabalho, com professores dessa Instituição e de outras Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, de produtores culturais, principalmente maranhenses e de personalidades da política envolvidas com a causa da Cultura no Legislativo Municipal de São Luís. Durante a CMC, o Prefeito de São Luís, Tadeu Palácio, assinou o protocolo de intenção de adesão ao SNC, conforme consta na programação da I CMC de São Luís (ANEXO B). Tanto a CEC quanto a CMC tiveram como eixos estruturantes os previstos na Conferência Nacional de Cultura (CNC).

O documento síntese com as propostas da I CEC a serem enviadas para compor o relatório da CNC traz um total de 107 propostas. Para fundamentar as análises da pesquisa, apresentam-se, a seguir, algumas das propostas que assinalam ações para o fortalecimento do segmento LLLB nos 5 (cinco) eixos estruturantes: **1) Gestão pública da cultura** que tinha entre outras propostas a implantação do SNC; **2) Economia da Cultura** que previa o encaminhamento para a Assembleia Legislativa do Maranhão do Projeto de Criação do Sistema Estadual de Cultura; **3) Patrimônio Cultural**, esse eixo que apresentava como proposta:

recomendar a elaboração de Lei de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural em cada município; **4) Cultura é Cidadania e Democracia (Cultura é Direito e Cidadania)**, constava entre as propostas, para esse eixo, a criação com inclusão digital de bibliotecas públicas municipais e a modernização das existentes, principalmente com a revitalização dos seus acervos bibliográficos; **5) Comunicação é Cultura**, as propostas desse eixo tratavam do caráter comunicativo que abrangia a cultura, principalmente com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Para as bibliotecas públicas, as propostas se pautaram na criação de sistemas informatizados interligados à internet para pesquisas (DIRETRIZES..., 2005).

A adesão e a realização de conferências consistiam nos passos iniciais para que o Estado do Maranhão também institucionalizasse a sua Cultura, pois conforme já relatado, para criação do SNC era necessário que os sistemas estaduais e municipais também fossem criados. Além disso, o SNC é composto por outras estruturas: Órgãos Gestores da Cultura, Conselhos de Política Cultural, Conferências de Cultura, Planos de Cultura, Sistemas de Financiamento à Cultura, Sistemas Setoriais de Cultura (quando pertinente), Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites, Sistemas de Informações e Indicadores Culturais, Programa de Formação na Área da Cultura (BRASIL, 2012).

Essa estrutura também deveria se fazer constar nos SEC e nos SMC. No entanto, os sistemas setoriais de cultura só se constituiriam se fosse pertinente, pois é de conhecimento de todos que muitos municípios, a exemplo dos maranhenses, podem não contar com uma biblioteca, seja ela pública ou escolar, quanto mais com um número suficiente para a constituição de um Sistema. Além disso, os sistemas setoriais abrangem outros equipamentos e instituições culturais, os museus, que também deveriam se articular de forma sistêmica, mas o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) “[...] criado pelo decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revogado pelo decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 [...]” (SISTEMA..., 2018, não paginado), certamente também tem dificuldades de conseguir essa integração nos municípios.

A empreitada do governo José Reinaldo para colocar a cultura na rota do desenvolvimento do Maranhão foi decisiva, empreendendo estratégias pontuais para o principal desafio que atormentava esse Estado – o IDH que indicava parte da população maranhense abaixo da linha de pobreza. Sendo também fundamental o

seu rompimento com o grupo Sarney, iniciando o movimento político contra a oligarquia sarneyista intitulado Frente de Libertação que foi decisivo para a eleição do candidato a governador Jackson Lago para o pleito 2007-2009 (CABRAL apud FERREIRA, F., 2009).

Quando assumiu em 2007 o governo do Estado, Jackson Lago não negligenciou o processo, já em curso no estado, para a cultura. Esse governo deu prosseguimento a ele. O seu Programa de Governo se redimensionou e passou a ser o Plano Estadual da Cultura (PEC) 2007-2010 que encabeçaria a sua ação governamental, tendo a cultura como estratégia do desenvolvimento do Maranhão. (MARANHÃO, 2007).

Para a gestão da cultura no Estado, ele nomeou como secretário estadual de cultura João Batista Ribeiro Filho, político e artista com experiência já atestada pelo governador Jackson Lago desde 1998 quando este, no seu governo no executivo municipal de São Luís, o designou para o cargo de gestor da Fundação Municipal de Cultura (FUNC). Essa indicação do secretário também se mostrava conectada com a política cultural e cultura política que se apresentava no governo federal, o que poderia concorrer para ampliar as possibilidades de avanços na política cultural do Maranhão. Sobre sua gestão a frente da cultura, tanto no estado do Maranhão, quanto no Município de São Luís, Ribeiro afirma que nas duas gestões se fez política cultural. Na sua gestão da cultura no âmbito estadual, fato que interessa para esta pesquisa, o que caracteriza a política cultural é os 3 (três) Dês significando Democracia, Diversidade e Descentralização das ações (DDD) (REIS, 2009).

O então secretário não evidencia essas características por acaso, pois elas se apresentavam na essência, justificativa e finalidade da política cultural que se efetivou, no âmbito federal com o MinC, principalmente através do Programa Mais Cultura.

A verdade é que na sua gestão na Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, justamente a descentralização das ações foi decisiva para o empreendimento de fazer cultura a partir da política cultural, fato que se consolidou em 13 de dezembro de 2007, quando o governo do Estado, através do governo Jackson Lago e a União, por meio do MinC, assinaram o Acordo de Cooperação para a implementação descentralizada das ações do Programa Mais Cultura. (ACORDO..., 2007). A partir daí essas três palavras dariam a conformação para a

política cultural do Estado no que diz respeito às estratégias para a sua ação nos 12 focos seguintes:

1. A cultura na agenda estadual de desenvolvimento;
2. Cultura e educação;
3. Cultura e comunicação;
4. Economia da Cultura;
5. Maranhensidade;
6. Financiamento, fomento e investimento;
7. Implantação pactuada com os Municípios do Sistema Estadual de Cultura;
8. A participação popular organizada: Seminários, fóruns, conselhos e conferências;
9. Direito à memória, à identidade e à diversidade cultural;
10. Censo cultural do estado do Maranhão;
11. Livro, linguagem e leitura;
12. Intercâmbio cultural. (MARANHÃO, 2007, não paginado).

Constatando também no foco relativo ao livro e a leitura quando o então gestor da cultura assim se pronuncia sobre o desenvolvimento da política para o segmento LLL no Maranhão nos dois anos que correspondem a sua gestão.

[...] a política do Livro, Leitura e Literatura praticada nos dois últimos anos no estado do Maranhão deu saltos significativos no que diz respeito à descentralização das ações, à democratização do acesso aos serviços e bens culturais e ao respeito à diversidade cultural do nosso estado. (RIBEIRO, 2009, p. 3).

Com relação a esse segmento, esse fato deve-se à BPBL, sendo reconhecido pelo secretário, pois através do SEBP, ela prestava supervisão para as bibliotecas públicas criadas ou modernizadas pelos programas e projetos pertencentes ao SNBP/FBN. Além disso, essas ações da BPBL possibilitavam ao governo Jackson Lago cumprir as cláusulas do Acordo de Cooperação, pelo menos no que diz respeito às políticas para o Livro e Leitura do Programa Mais Cultura. Aliás, para esse segmento o governo do Maranhão contou ainda mais com a FBN quando as ações sob a sua coordenação são incorporadas a lógica do Programa Mais Cultura com a Portaria Ministerial.

Considerando a já comprovada experiência da FBN na implantação e modernização de bibliotecas públicas, na formação de mediadores culturais, no programa de incentivo à leitura, articulado com Comitês regionais e municipais, na editoração de livros, na difusão da informação, tem sido natural, simples e conveniente a sua função coordenadora de algumas das ações do Programa Mais Cultura. Para que ficasse bem caracterizada essa nova cooperação, a amplitude e setores desse apoio, foi de todo oportuna a Portaria Ministerial que disciplina a matéria, atribuindo à FBN as suas outras e novas competências. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 10).

As ações da BPBL eram necessárias para o governo do Maranhão implementar o Mais Cultura. No entanto, essas mesmas ações teriam sua efetividade comprometida, no Estado, se os mecanismos para a institucionalização da cultura não fossem constituídos. Desta forma, muitos instrumentos foram instituídos, a exemplo da Lei estadual nº 8.912 de 23 de dezembro de 2008 que altera e consolida o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura (SEGIC) do Estado do Maranhão e que foi uma das ações criadas, no governo do então Jackson Lago, com esse intuito e para manter a congruência com a política cultural do Brasil que se caracteriza pelo uso das leis de incentivo a cultura. Aquela como se pode constatar pela sua natureza, substitui a Lei nº 8.319 de 12 de dezembro de 2005, alterando o seu objetivo único de “[...] consolidar as políticas e ações do Governo do Estado, na área da cultura, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura” (MARANHÃO, 2005, p. 1) para os muitos objetivos apresentados, a saber:

- I - apoiar as manifestações culturais, com base na pluralidade e na diversidade de expressão;
- II - facilitar o acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais incentivados pelo SEGIC;
- III - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as suas regiões, de maneira equilibrada, valorizando o planejamento e a qualidade das ações culturais;
- IV - apoiar ações de manutenção, conservação, ampliação, produção e recuperação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Estado;
- V - proporcionar a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura;
- VI - promover o intercâmbio cultural com outros estados brasileiros e outros países, neles fomentando a difusão de bens culturais maranhenses, enfatizando a atuação dos produtores, artistas e técnicos de nosso Estado;
- VII - propiciar a infra-estrutura necessária à produção de bens e serviços nas diversas áreas culturais abrangidas por esta Lei;
- VIII - possibilitar a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, através do estímulo ao estudo e à pesquisa nas diversas áreas culturais;
- IX - difundir na rede estadual de ensino fundamental e médio um conceito amplo de cultura, entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, valorizando a diversidade cultural maranhense;
- X - trabalhar a cultura como questão estratégica para a construção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para o Maranhão, visando à geração de emprego e renda, através do estímulo às indústrias criativas e aos arranjos produtivos locais. (MARANHÃO, 2008, p. 1).

Percebe-se que a alteração da lei no que tange ao seu objetivo consistiu em através do quantitativo abranger a essência do qualitativo que a cultura possibilita ao desenvolvimento. O que imputa ao Estado ir além de pensar a política

cultural como um agregado de ações para a cultura sem significado para quem realmente faz a cultura – o povo. Para isso, os fóruns de cultura, realizados, não apenas, em São Luís, mas em municípios referências das cinco mesorregiões maranhenses se apresentavam como o principal instrumento para a garantia de uma política cultural encharcada da maranhensidade. Esta foi invocada no Fórum Estadual de Cultura do Maranhão, realizado de 14 a 16 de dezembro de 2007, com o tema a força e a maranhensidade da cultura do nosso estado. A partir daí as principais manifestações culturais do estado passaram a representar essa maranhensidade.

Maranhensidade é carnaval e academia; são João e literatura; educação e cultura; turismo e tecnologia; intercâmbio e identidade; pertencimento e trocas; tolerância e diversidade; música e magia; conhecimento e universalidades; saberes e fazeres; direitos e liberdade para exercê-los: à livre expressão e manifestação artística, jornalística, do pensamento; enfim, do engenho e arte daquilo que temos de melhor para contribuir com a cultura da paz e com o reencantamento da Humanidade. (RIBEIRO, 2008 apud REIS, 2009, p. 30).

O termo maranhensidade representa para o governo do então Jackson Lago e de sua gestão cultural a forma de afirmação da identidade cultural maranhense de forma que ela passasse a expressar para todo o povo maranhense, não apenas para São Luís, até o encantamento com o patrimônio cultural da humanidade que era um dos “[...] trunfos de promoção do estado [...]” (REIS, 2009, p. 25) do governo de Roseana Sarney.

Quando em abril de 2009, por decisão judicial, Roseana Sarney tomou o governo de Jackson Lago certamente se deparou com um plano de governo que sinalizava para novos rumos para o desenvolvimento do Estado. Rumos que, da forma que se configurava, eram alheios a sua ação governamental, a frente do governo estadual nos dois mandatos, os quais compreendem o período de 1995 a 2002, principalmente no que dizia respeito à cultura, pois suas ações nesse caso se conformavam na projeção da sua imagem para fins políticos-eleitoreiros. (CARDOSO, 2008; MENDONÇA, 2012; NOGUEIRA, 2005, REIS, 2009). Tratava-se esta de uma concepção de cultura da qual as duas gestões governamentais anteriores (José Reinaldo Tavares e Jackson Lago) buscaram se libertar, pois a situação decadente em que se encontrava o Estado maranhense atestava que ela não tinha espaço em um planejamento onde a cultura seria a alavanca do desenvolvimento.

Isso reafirma que o governo de Roseana Sarney não podia mais retroceder no processo em curso e o Programa Mais Cultura não lhe permitia fazer isso, sendo, portanto enfatizado nos Seminários Territoriais de Cultura que para ele acontecer nos municípios maranhenses era necessário à adesão deles ao Sistema Nacional de Cultura. Isso é afirmado pelo Secretário de Cultura da gestão da cultura do governo Roseana – Luiz Bulcão no primeiro Seminário Territorial de Cultura em Santa Inês.

Acontece que, para que esses recursos cheguem aos grupos e manifestações folclóricas, os municípios necessitam estar com o setor de Cultura devidamente institucionalizado. Isso significa estar de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura (SNC). É exatamente isso que pretende a Secretaria de Estado da Cultura e, para tanto, realiza os Seminários Territoriais de Cultura, que reunirá representantes de todas as cidades maranhenses. (SANTA..., 2009, p. 1).

É perceptível que essa gestão deu ênfase ao orçamento que a cultura no município passaria a ter com o Programa Mais Cultura, mas se nota que ela sabia das perspectivas que ele traria para o desenvolvimento local. Por isso, nas várias ações que eram executadas por esse governo não se deixava de tornar explícito que esse Programa tinha um significado para o desenvolvimento como garantia de cidadania para os brasileiros.

O Mais cultura integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Agenda Social e envolve parcerias com grande parte dos ministérios, como o da Justiça, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Já está presente no Maranhão, com a criação de arquivos, implantação e modernização de bibliotecas. Mas ainda há muito para ser aproveitado do Programa. 'São ações que visam proporcionar não só cultura, mas a cidadania para os brasileiros', explica o secretário de Estado da Cultura Luiz Henrique de Nazaré Bulcão. (MAIS CULTURA..., 2009, p. 2).

A gestão cultural do governo Roseana torna evidente que os caminhos tomados pelas gestões culturais anteriores já haviam realizado as ações propostas no Mais Cultura para o segmento do LLLB, a exemplo da criação e modernização de bibliotecas. No entanto, essa gestão, também, tinha conhecimento que esta ação estaria comprometida com o fechamento da BPBL em agosto de 2009. Desta forma, um questionamento faz-se necessário: o que a sua gestão fez para avançar nas possibilidades a mais que o Maranhão poderia aproveitar do Mais Cultura nas ações para o segmento LLLB, tentando reverter essa situação?

O decreto emergencial, de nº 25.225 do governador Jackson Lago publicado no Diário Oficial do Estado, desobrigando o processo licitatório para a contratação de construtora para a reforma do prédio da BPBL, devido ao seu estado calamitoso de risco para a preservação do patrimônio cultural e integridade física da sociedade (ASSIM..., 2009); o Edital Mais Cultura de Apoio às Bibliotecas Públicas para o ano de 2010, que previa investimento de “[...] mais R\$ 14,3 milhões em equipamentos de grande porte e bibliotecas onde funcionam as coordenações estaduais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) [...]” (MINC, 2010, p. 1) e a pressão dos movimentos da biblioteconomia maranhense impulsionada pelo fato da BPBL está fechada a mais de 1 (um) ano sem que a sua reforma fosse encaminhada por parte do governo do estado poderiam ser utilizados como justificativas para agilizar a sua reforma.

Como um Programa do PAC, o Mais Cultura injetava recursos financeiros para a realização de ações de grande porte do setor cultural, o que colaborou para a reforma da BPBL consoante com a de uma instituição que contribui para o desenvolvimento cultural do Estado do Maranhão. Nessa reforma, a BPBL teve todos os seus espaços reestruturados, agregando também um novo espaço, a Biblioteca do Bebê, ampliando com isso as possibilidades para a promoção do desenvolvimento da leitura e de outros desenvolvimentos, pois estes poderiam ser concretizados com a cooperação das bibliotecas públicas municipais maranhenses, que poderiam contar com a estrutura da BPBL, principalmente, com seus projetos e programas planejados para torná-las ativas no cenário cultural maranhense.

4.2 A repercussão do Programa Mais Cultura no contexto das bibliotecas públicas municipais maranhenses

Numerosos estudos, como já se mencionou, demarcam a década de 1930 como início das políticas culturais no Brasil, refutando, dessa forma, os estudos que compreendem as realizações da família real portuguesa, como a criação da Biblioteca Real em 1810, correspondendo a ações da política cultural no Brasil àquela época. Desta forma, é necessário fazer o resgate de como vem se desenhando as políticas culturais para a biblioteca pública, no âmbito do governo federal, a partir do início das políticas culturais no Brasil, com destaque para a repercussão do Programa Mais Cultura no contexto das bibliotecas públicas

municipais maranhenses. Isso porque o que se mostrava recorrente nas políticas culturais para essas instituições era fazer com que os municípios despontassem nas estatísticas das pesquisas do setor cultural, contabilizando um equipamento cultural, ainda que sua presença se materializasse com uma fachada com o nome Biblioteca Pública Municipal.

Além disso, como já foi assinalado, para o setor cultural brasileiro, entre os seus desafios se apresentava o fortalecimento das instituições. As instituições, na história da política cultural brasileira, foram quem realmente enfrentaram a tradição de instabilidade (RUBIM, 2008). E as bibliotecas públicas, não foram as únicas instituições a sofrer com as consequências dessa tradição, os museus também se viram prejudicados, pois [...] os sistemas estaduais de museus foram desarticulados no início dos anos 1990 [...] (POLÍTICAS..., 2003, p. 68). No caso das bibliotecas públicas, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, também, tinha seu bom desempenho comprometido, por não contar com a integração estadual oficializada de todos os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas. Fato que se apresentava no Maranhão, pois o SEBP, cuja coordenação é de responsabilidade da BPBL, desenvolvia suas funções na informalidade²⁸. Dessa forma, um questionamento é pertinente: o que um Programa, como o Mais Cultura, com a proposta de desenvolvimento a partir da própria cultura, poderia possibilitar para a biblioteca pública também ser estratégica no desenvolvimento do município onde está instalada, quando ele não possui um órgão de gestão cultural instituído oficialmente?

Na década de 1930, a biblioteca pública passou a contar com o Instituto Nacional do Livro (INL) para ser contemplada nas políticas culturais brasileiras, pois no artigo 2º do decreto Nº 93 de 21 de dezembro de 1937, que o criou, constava entre as suas competências: “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional” (BRASIL, 1937). Poderia se dizer que com a criação do INL, a vida cultural dos municípios brasileiros não seria a mesma, pois, com ele, a biblioteca pública ganharia o conteúdo necessário para o fomento de outras práticas culturais e sociais. No entanto não foi isso que aconteceu, pois segundo Milanese (2003) a doação se constituiu como a principal forma de constituição do acervo, chegando a ser a única, não se permitindo a interferência da população nesse processo. Desta forma, pode-se dizer que as

²⁸ Atualmente, o SEBP do Maranhão não se encontra mais na informalidade, pois o então governador Flávio Dino regulamentou sua criação com a lei Nº 10.613 de 5 de julho de 2017.

bibliotecas passaram um longo período, assumindo apenas a função de depósito de livros.

Como já foi dito, a biblioteca pública passou a ser considerada uma responsabilidade do Estado na década de 1930, com as mudanças institucionais colocadas em marcha pelo governo Vargas. Em nível federal, o Instituto Nacional do Livro - INL representou a principal e mais longa ação envolvendo bibliotecas públicas no país, entre 1937 e 1990. Mais recentemente, outras iniciativas foram executadas. (MOZER, 2006, p. 46).

De fato a permanência e atuação do INL se estenderam até 1990, pois ele não resistiu ao desmonte da cultura na gestão do governo Collor que desativou, nesse ano, a Fundação Pró-leitura que o abrigava, sendo, em 1991, extinto definitivamente com a Lei Nº 8.029 que cria a Fundação Biblioteca Nacional. A continuidade das ações de criação e organização das bibliotecas públicas, nos municípios brasileiros, a que se refere à autora acima, foi retomada com o governo FHC através do Projeto “Uma Biblioteca em Cada Município”.

Desde 1996, o Ministério da Cultura (MINC) executa o programa “Uma Biblioteca em Cada Município”, visando a implantar bibliotecas em municípios delas desprovidos. A ação é sempre conveniada com municípios (ou estados), cabendo à parte local fornecer instalação física, conexão telefônica e funcionários, bem como formalizar, por lei, a existência da biblioteca. (TAKAHASHI, 2000, p. 64).

Ações semelhantes tiveram prosseguimento, na gestão do Presidente Lula e de sua gestão ministerial com o Programa Livro Aberto, que, além da exigência de participação do governo municipal na concretização de sua proposta, já prevista nas ações dos governos anteriores, esse programa adéqua a biblioteca pública à conjuntura da Sociedade da Informação, Sociedade em Rede, garantindo a difusão cultural através do livro e das mídias eletrônicas²⁹, podendo ser conforme Mllanesi (2003) mais que um repertório literário, uma instituição de informação. Além das ações de implantação e modernização de bibliotecas públicas, esse Programa também cria pontos de leitura, bolsas para escritores e prêmios literários. O Programa Livro Aberto foi criado em 2004, sob a coordenação SNBP/FBN, que tem

²⁹ O Programa Livro Aberto contemplava os Municípios que não possuíam bibliotecas públicas. A instalação dessas instituições se estabelecia pelo repasse de verba do Governo Federal e de um acervo de dois mil títulos (obras literárias, técnicas e de referência), móveis, computador, aparelho de som e DVD. (BRASIL, [2004]). Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/programa-livro-aberto-149141/11043/maximized.

a sua coordenação-geral atribuída ao Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (DLLLLB).

É com o Programa Mais Cultura que as ações voltadas para as bibliotecas públicas poderiam expandir para além da quantidade, convergindo para a qualidade. Pois, o Programa Livro Aberto constava no PPA, podendo com isso fazer uso dos recursos do Programa Mais Cultura que com a sua proposta de desenvolvimento compreendendo a tridimensionalidade da cultura abria amplas possibilidades às bibliotecas públicas de contribuírem para o desenvolvimento da leitura, mas também para o desenvolvimento integral, uma vez que a própria prática leitora conduz a outras práticas sociais e culturais.

Em resposta a questão inicial da seção, esse é apenas um dos fatores que poderiam prenunciar um devir para as bibliotecas públicas no campo da cultura com o Programa Mais Cultura. Porém, para o município, também, se comprometer com a(s) cultura(s) do seu povo e conseqüentemente com a biblioteca pública ou com qualquer outro equipamento cultural, o Programa Mais Cultura foi mais ousado para causa da pobreza e da desigualdade conforme consta na publicação que traz o balanço do governo brasileiro no período de 2003 a 2010 para o setor cultural.

Ao trazer o município para o centro de gravidade das políticas de cultura, o Mais Cultura incorpora, efetivamente, à ação dos poderes públicos, o ativo simbólico como um importante valor para o desenvolvimento e como elemento da política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade.

Ao mesmo tempo, incorpora outros programas exitosos do Ministério, como o Cultura Viva, com seus Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura; **ações de livro e leitura**, de audiovisual e de desenvolvimento da economia da cultura. (BRASIL, [2011], p. 283, grifo nosso)

O Mais Cultura agregaria as diversas ações, políticas, programas e projetos para o setor cultural já existentes no MinC, inclusive os programas voltados para as bibliotecas públicas, que nesse caso, como já se sabe, compreendem o Programa Livro Aberto e demais políticas para o Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. No entanto, a intenção do ministério é fazer desse programa vetor para a construção de instrumentos institucionais nos municípios e estados articulados com os em âmbito federal, nesse caso com o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura, o Fundo Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Informações Culturais e da Lei de Incentivo à Cultura. Até o plano de livro e leitura

poderia ser criado no município concatenado com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

A prefeitura ou secretaria de cada município poderá criar seu próprio Plano Municipal de Livro e Leitura, com base na experiência já realizada pelo PNLL, e fazer as adaptações locais necessárias. Para isto, é condicional a criação prévia de uma legislação municipal na qual seja possível ancorar as diretrizes para o setor. (CULTURA..., [2009], p. 23).

As bibliotecas tinham então muitas justificativas para se mobilizarem em torno da consolidação do Programa Mais Cultura e, principalmente, tinham a possibilidade de que essa primeira política pública, para a cultura no Brasil, pudesse contemplá-las com ações para que fossem além de um espaço para comportar o livro e subsidiar a leitura, ações que não diminuem a função de uma biblioteca, mas também para que elas assumissem papel fundamental no desenvolvimento da cidade onde eram implantadas.

Sobre o Programa Mais Cultura recaíam interesses maiores para garantir a sustentabilidade da diversidade cultural brasileira, onde a garantia de recursos financeiros, para proporcionar a política cultural se tornar uma política de Estado, não sucumbindo às intempéries das administrações governamentais seguintes, se constituía na mais urgente. A estruturação dos instrumentos institucionais era condição premente para conseguir esses propósitos. Desta forma as Conferências de Cultura se constituíam nas ações que encaminhariam a reviravolta na política cultural da esfera federal, estadual e municipal. O ano de 2005 seria crucial para o início da empreitada de uma cultura com a participação popular e a articulação dos três entes públicos (União, estados e municípios). Essa aproximação dos gestores, produtores e públicos da cultura, propiciada nas Conferências, se constituía em possibilitar a estruturação sistêmica do setor cultural brasileiro em um instrumento institucional muito maior e poderoso para garantir cada vez mais cultura para a população brasileira e conseqüentemente maranhense, o acesso à cultura como um direito garantido, pois esses instrumentos possibilitariam ao Mais Cultura se consolidar como uma política de Estado.

Um desvio no rumo da história de qualquer ação repercute de várias formas e diferentes sentidos nas pessoas e nas estruturas que compreendem essa ação, principalmente quando essa ação faz parte do desejo e necessidade de um povo. Por isso, quando o Mais Cultura toma para si o objetivo do SNC de colocar a

cultura na agenda social do município, propondo um novo rumo para o desenvolvimento do município a partir da cultura, sendo que para ele a sua cultura é sua biblioteca, ele causa repercussão nos municípios, e principalmente nas bibliotecas públicas, pois, entre os fatores, para a sua pouca atuação no desenvolvimento cultural, se apresentavam a falta de um órgão gestor da cultura para elas recorrerem, principalmente nas suas reivindicações de recursos para o desenvolvimento das atividades. A lei que a regulamenta no município poderia se tornar uma realidade.

As bibliotecas públicas dos municípios maranhenses precisavam aprender sobre o Programa Mais Cultura, pois, ele as colocava no rumo do desenvolvimento a partir de ações das quais, no Maranhão, muitas das bibliotecas públicas, implantadas pelo Programa Livro Aberto, não realizavam, como as direcionadas para a leitura e para a informação (FERREIRA, M., 2010). Por isso, os editais de modernização e implantação de bibliotecas públicas do Programa Mais Cultura ratificam para elas características que se enquadrem na:

a) promoção da leitura na sede do município e em seus distritos, quando for o caso, contribuindo para o fomento da prática leitora no Brasil; b) democratização do acesso; c) formação de mediadores; d) valorização da leitura e da informação; e) envolvimento e participação da comunidade na gestão da iniciativa segundo suas próprias necessidades de informação e fruição; f) fomento à produção, ao intercâmbio e à divulgação de informações; g) estímulo à formação de redes sociais e culturais; e h) estimular a acessibilidade. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 1).

Aliás, história é mudança de curso, isso tem se confirmado com a relação cultura e política, pois no passado a relação entre eles se processava diferentemente do que se observa no presente e poderá se conformar ainda mais diferente no futuro. A relação cultura e desenvolvimento também tem se apresentado diferente na atualidade, chegando mesmo a representar outros rumos para outros setores da sociedade.

A noção contemporânea de desenvolvimento nos sugere um novo papel para a cultura. Cultura é desenvolvimento não apenas porque produz emprego e renda, mas também por contribuir com o fortalecimento do pertencimento e das identidades, com suas conseqüentes repercussões políticas, culturais, econômicas e existenciais. (CULTURA..., 2014, p. 19).

Fica evidente que a concepção de desenvolvimento não descarta o fator econômico, mas busca transcendê-lo. E, tal desenvolvimento conduzido pela cultura contribui para a construção e fortalecimento das esferas econômicas, sociais, políticas, mas principalmente culturais.

4.3 O Programa Mais Cultura e a Biblioteca Pública Benedito Leite: quanto mais cultura mais desenvolvimento?

O período que compreende a análise da pesquisa se traduz na escrita da história protagonizada pela cultura, que, nesse caso, é representada pela BPBL, e de sua ação e atuação estratégica para o projeto de desenvolvimento do Brasil, que se sustenta, também, pelo Programa Mais Cultura que é referenciado como uma política pública de cultura pela gestão cultural tanto da esfera federal quanto da estadual para o período que compreende a pesquisa.

Desta forma, esta seção, cume da pesquisa, dedica-se a análise e discussão dos dados, que se traduzem em fatos, em acontecimentos, do período de 2007 a 2011, que compreendem o Programa Mais Cultura e a lógica específica que ele confere ao segmento do LLLB, tendo a BPBL como a principal articuladora de suas ações, projetos e programas no Maranhão.

4.3.1 Um pouco da História da BPBL para a reescrita de Mais Cultura na sua História

Nesta seção apresenta-se a trajetória da Biblioteca Pública Benedito Leite, enfocando a sua atuação no desenvolvimento cultural a partir das políticas culturais destinadas ao segmento Livro, Leitura e Literatura no âmbito estadual e federal, as quais são influenciadas, principalmente, pela UNESCO como agência internacional. Além disso, se entende que a história, principalmente, a que aqui se escreve é de uma instituição secular que sobrevive porque faz as histórias das culturas circularem, se manifestarem e se recriarem tradicionalmente ou com os ares de modernização de que a cultura está imersa.

A Biblioteca Pública do Maranhão foi criada em 29 de setembro de 1829, porém sua abertura ao público deu-se em 3 de maio de 1831. (MORAES, 1973). Seu nascimento, entre outros fatores, correspondeu à busca por um ideário de modernidade. Fato que se evidencia com o estranhamento da intelectualidade

maranhense pela ausência de um espaço da envergadura de uma biblioteca em um Estado próspero e com uma expressiva elite pensante. (CASTRO; SILVA; CASTELLANOS, 2011).

A história da BPBL tem sido marcada por avanços e retrocessos. Apesar dos embates que a perseguem, desde a falta de recursos de todas as tipologias, mudanças de prédios que mais comprometiam a sua atuação no desenvolvimento cultural maranhense. Ainda assim, ela é uma instituição que acompanha as mudanças processadas em cada época e que sempre ousa inovar em suas atividades e serviços. Pode-se dizer que desde sua criação, durante o período em que inexistiam políticas de cultura para a biblioteca, a Biblioteca Pública do Maranhão contou com a visão empreendedora das personalidades, mesmo daquelas que não possuíam formação em Biblioteconomia, que estavam à frente de sua gestão, para ser reconhecida como uma instituição cultural importante para a sociedade maranhense, abrangente a públicos diversos desde crianças, homens e mulheres para os quais ousou mudar e garantir acesso ao livro e à leitura, usando de estratégias próprias da área biblioteconômica para atendê-los. Nesse sentido, a atuação de Antonio Lobo merece ser destacada por empreender ações na Biblioteca Pública do Maranhão nesse período onde a cultura no Brasil só contava, para o seu desenvolvimento, com ações para as dificuldades mais gritantes e oriundas da pressão dos intelectuais.

Durante o período de 1898 a 1910, em que atuou como diretor da Biblioteca do Maranhão, Antônio Lobo contribuiu para o desenvolvimento desta instituição, criando estratégias para democratizá-la e, ao mesmo tempo dar a ela notoriedade, visando projetos voltados para a equiparação da mesma a instituições internacionais e aos interesses de homens, mulheres e crianças, visando à formação leitora, educativa e cultural da sociedade. (SILVA; CASTRO, 2012, p. 35).

Mesmo apresentando significativo sucesso na gestão de Lobo, principalmente, no que tange ao reconhecimento da sociedade, a biblioteca pública continuou sem um prédio com as acomodações necessárias para a guarda de seu acervo e para melhor atender ao seu público no desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma, a construção de um prédio próprio era uma das reivindicações e sugestões dos intelectuais que reconheciam a importância dessa instituição.

O tão requerido prédio próprio se concretizou em 1951. Com o decreto nº 1316 de 08 de abril de 1958, ela passou a se chamar Biblioteca Pública Benedito Leite, em homenagem ao político maranhense responsável por sua reorganização. (LANÇAMENTO..., 2017). Com a estrutura adequada necessária e com a cultura já sendo gestada em âmbito federal como política pública através da atuação do INL, a BPBL estaria entrando no eixo do desenvolvimento cultural de que o país já experimentava, mas do qual, infelizmente, nem toda a população se beneficiava.

Desde 1980 a BPBL funciona como sistema, coordenando, no Maranhão, as bibliotecas públicas criadas em convênio com o INL. Quando a criação deste é revogada pelo decreto que institui a Fundação Biblioteca Nacional e esta se incumbiu de coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, a BPBL passou a ser, não de forma oficializada, a coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas³⁰ para aquela Fundação. A partir daí começou a ter uma atuação mais presente na operacionalização de políticas, programas, projetos e ações, tanto em nível estadual, quanto no federal, voltados para o livro, leitura e literatura e para as bibliotecas públicas municipais implantadas ou modernizadas no Estado.

O Sistema Estadual de Bibliotecas do Maranhão, coordenado pela Biblioteca Pública Benedito Leite, desde 1980 vem atuando no sentido de elaborar e coordenar a política de Bibliotecas Públicas do Estado, compreendendo implantação, modernização, atualização de acervos, supervisão, formação de gestores e mediadores de leitura e dinamização das ações das bibliotecas municipais. O SEBP-MA é vinculado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, órgão ligado à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, do Ministério da Cultura. Juntos com os demais Sistemas Estaduais, são responsáveis entre outras coisas, pelas políticas públicas de bibliotecas públicas e comunitárias, no Brasil e demais Estados, apoiar os municípios na ampliação e fortalecimento de suas bibliotecas públicas e comunitárias e fomentar a constituição de sistemas municipais de bibliotecas. (BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, 2017, não paginado).

A BPBL, que, sem as condições necessárias, já apresentava atuação presente e ativa no desenvolvimento cultural maranhense, vê-se estimulada e de certa forma obrigada a desempenhar ações, projetos e programas para fazer cumprir as funções requeridas no Manifesto da UNESCO para as bibliotecas

³⁰ Após 37 anos de coordenação não institucionalizada do SEBP, a Biblioteca Pública Benedito Leite tem com a Lei Nº 10.613 de 05 de julho de 2017 a regulamentação desse Sistema. Subsistemas setoriais de cultura (Bibliotecas, Museus e etc.) são componentes do SNC e deveriam ser implantados nos Estados ou Municípios, constituindo o Sistema Estadual de Cultura e o Sistema Municipal de Cultura.

públicas, o qual foi reproduzido pela Biblioteca Nacional na publicação intitulada *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes*³¹ (Fundação Biblioteca Nacional, 1995). Para isso, a BPBL se apropria das próprias oportunidades dadas para o setor cultural através de ações, projetos e programas oriundos da FBN, instituição com a qual a BPBL mantém relações orgânicas por ser coordenadora do SEBP e este está integrado ao SNBP.

A FBN constitui-se a principal via de acesso às ações para a cultura usada pela BPBL, apesar de ser uma instituição cultural da SECMA. No entanto, as bibliotecas públicas sempre encontravam dificuldades de participação nos projetos e programas quando estes envolviam repasse verbas, uso de recursos financeiros diretamente por elas. O que pode ter feito Rubim (2017) incluí-las entre as instituições onde as leis de incentivo não alcançaram, todavia isso não prevaleceu, realizando-se de forma indireta, pois no artigo – *A Biblioteca Pública e a Sociedade de Amigos da Biblioteca: a Lei Sarney* - publicado em 1987, documento criado pelo INL para prestar orientação às bibliotecas públicas de como participar e obter os recursos oriundos dessa lei (*A BIBLIOTECA...*, 1987). Além disso, as doações de publicações contempladas pelas Leis de Incentivo à Cultura para as bibliotecas atestam que nem mesmo elas ficaram de fora do foco das leis. Aliás, no governo Lula, os editais de modernização e implantação de bibliotecas públicas relacionam entre os objetivos que sustentam essa ação, além da FBN, a Lei Nº 8.313 e o decreto de criação do Programa Mais Cultura.

Com a criação, em 1996, da Sociedade de Amigos da Biblioteca Pública Benedito Leite, através da mobilização de sua direção³² e de seus funcionários, além do apoio da população usuária, neste caso de pesquisadores e intelectuais, ela pôde então obter os recursos financeiros garantidos pela Lei 7.505 de 2 de julho de 1986, denominada como Lei Sarney e atualmente das leis de incentivo em uso, Lei

³¹ Essa publicação contou desde sua primeira edição em 1995 com a participação de muitos bibliotecários, suas reedições acompanham as solicitações de dirigentes das bibliotecas públicas e a conjuntura da época, a exemplo da edição de 2010 que traz abordagem sobre técnicas de preservação e uso de novas tecnologias. Ela se constitui como um manual de orientação para as bibliotecas públicas. (DOMINGUES, 2010)

³² Esse fato é confirmado, pois no documento - *Alteração do Estatuto da Sociedade de Amigos da Biblioteca Pública "Benedito Leite" (SABIP)* consta entre as assinaturas a de Rosa Maria Ferreira Lima, diretora da BPBL nesse período e também no período de 2009 a 2014, ambos os períodos coincidem com a gestão da Governadora Roseana Sarney no Governo Estado Maranhense. Desde a criação da SABIP, atualmente Sociedade das Bibliotecas do Maranhão (SAB-MA), que a citada senhora participa de sua organização como presidente ou com outra função constante na organização da SABIP.

Rouanet. A BPBL passou a usufruir das possibilidades de ações mais eficientes e programas e projetos duradouros que os recursos financeiros obtidos por essa Lei proporcionariam. Fato que ocorreu com o projeto Livro na Praça, que foi criado, em 1988, pela SABIP, hoje SAB, e, em 1997, foi premiado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Em 2009, laudos expedidos pela Defesa Civil Estadual e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (CREA/MA) atestam a necessidade de reforma geral no prédio da BPBL, o que culminou com a suspensão de suas atividades para o público, apenas as atividades administrativas funcionariam no Centro Cultural Domingos Vieira Filho. Tal fato nos impinge querer saber sobre as influências disso na participação da BPBL no rumo do desenvolvimento que ela mesma enquanto instituição cultural deveria promover no Estado, principalmente nesse período onde a cultura era o vetor para o desenvolvimento? Nesse caso, a comunidade, já atendida pelos muitos projetos desenvolvidos externamente como o Carro-biblioteca, Livro na praça, poderia ser a mais beneficiada com essa situação, ou não.

Saber conviver com as adversidades, as ameaças, essa instituição já sabia, bem como também sabia e sabe aproveitar as oportunidades que a ela se apresentavam, principalmente no âmbito cultural. Desta forma, a BPBL tinha conhecimento que a gestão cultural, desse período, estava em um momento de redimensionamento de sua ação e atuação para com o próprio *saber e fazer cultural* o que poderia concorrer para que a interrupção de seus serviços e atividades culturais não perdurasse por muito tempo. Ela começou seu atendimento ao público, o que não causou estranhamento, pois seu retrospecto mostra que mesmo sem a estrutura predial ideal, essa instituição não se eximia de contribuir para com o desenvolvimento cultural do Maranhão. Tal fato tem como consequência o engajamento de seus gestores e funcionários e o bom relacionamento e parceria com as outras instituições culturais do Estado. Pois pode ser que ao ter passado uma temporada com outra instituição cultural com expressivo trabalho desenvolvido na cultura popular tenha lhe sido vantajoso e promissor. O próprio contexto vivido pelo estado do Maranhão, onde a cultura se apresentava em um lugar privilegiado na agenda do governo estadual para encaminhar o seu desenvolvimento, não permitiu a BPBL estagnar nesse período, mas a impulsionava a também se

beneficiar a partir da sua cooperação para que a implementação das ações do Programa Mais Cultura se efetivasse no Estado maranhense.

Implementar as ações do Programa Mais Cultura não seria tarefa das mais fáceis, pelos vários desafios diagnosticados em âmbito nacional, pelo MinC e em âmbito local pela SECMA. Onde a Biblioteca Pública ao ser uma instituição cultural desse órgão cultural, era influenciada pelas mazelas que o acompanhavam.

Por outro, a BPBL, não somente pelas funções culturais que desenvolve, mesmo antes delas serem conclamadas pelos organismos máximos da cultura, a exemplo da UNESCO, mas, por justamente, cumprir essas funções com a qualidade, superando os desafios que lhes são impostos pelo próprio Estado, apresentava maiores possibilidades para a implementação do Programa Mais Cultura no Maranhão, o qual a SECMA se comprometeu a colocar em funcionamento ao assinar o Acordo de Cooperação com o MinC.

O trabalho com a cultura envolve criatividade, cabendo a BPBL utilizar-se das ações exequíveis do próprio programa para articular as ações do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca no Estado. Desta forma, valendo-se da força do empreendedorismo cultural proposto com os Microprojetos Mais Cultura, a BPBL, em parceria e colaboração com a SAB, idealizou e elaborou o Projeto Conversas Literárias que se constituiu em uma das ações para o seu intento de sedimentar o Programa Mais Cultura no Maranhão.

4.3.2 A configuração do Programa Mais Cultura na BPBL: ações e implicações para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

Trata-se de uma pesquisa histórica, onde a demarcação do espaço e do tempo nos remete para a recuperação da conjuntura desse período no campo das políticas para o segmento LLL cuja base é formada por um plano – o PNLL – e um programa – o Programa Mais Cultura (FERREIRA, J., 2010) (FIGURA 2). No entanto, esse mesmo período tem se eternizado, pelo governo da época, e referenciado pelos gestores da cultura, como um marco na própria história do país, pois “[...] reconheceu a dimensão estratégica da cultura para um projeto de nação, [...] a cultura passou para o primeiro plano, deixou de ser voltada para poucos.” (FERREIRA, J., 2010). Como isso se apresentou, no estado, para o segmento LLLB é o que essa seção se destina a descortinar.

As seções anteriores já demonstram que o Programa Mais Cultura e o PNLL tem muitas ações em comuns, fato que decorre de tanto um, quanto outro se constituírem de ações, projetos, programas, iniciativas, no campo da cultura, já existentes, para as quais o plano busca ser a sua diretriz e o programa tenta dar-lhes uma lógica específica.

Figura 2 – Base das políticas para o segmento LLL na gestão cultural Lula/Gil/Juca Ferreira



Fonte: Elaborada pela autora

Em linhas gerais, o PNLL é um plano fruto de amplo debate com participação da sociedade civil e do governo, onde o enlace da cultura e educação, além do seu caráter político e conceitual para tornar o Brasil um país de leitores, permitiu a sua projeção política no cenário Ibero-americano. (MARQUES NETO, 2010).

Como um plano para nortear as políticas para o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas, suas estratégias compreendem as ações para atender a esse segmento e se traduzem nos seguintes eixos:

Quadro 1 – Eixos estruturantes do PNLL com suas respectivas ações segundo Marques Neto (2010).

EIXOS	AÇÕES
EIXO 1 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO	1.1 Implantação de novas bibliotecas; 1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas; 1.3 Conquista de novos espaços de

	leitura; 1.4 Distribuição de livros gratuitos; 1.5 Melhoria do acesso ao livro e outras formas de expressão de leitura; 1.6 Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação;
EIXO 2 – FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES	2.1 Formação de mediadores de leitura; 2.2 Projetos sociais de leitura; 2.3 Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; 2.4 Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial; 2.5 Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.
EIXO 3 – VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO	3.1 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado; 3.2 Ações para criar consciência sobre valor social do livro e da leitura; 3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura;
EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO	4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro; 4.2 Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura; 4.3 Apoio à cadeia criativa do livro; 4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada.

Fonte: Elaborado pela autora

As políticas para o segmento LLLB ao estarem compreendidas nas políticas culturais, que, para o período estabelecido na pesquisa, têm se caracterizado por conceber a cultura nas suas dimensões cidadã, simbólica e econômica, também são acionadas nesse segmento, correspondendo respectivamente com a leitura, a literatura e o livro (FERREIRA, J., 2010). O que faz a presente pesquisa, tomar como categorias de análise: **a leitura, o livro, a literatura e a biblioteca**. No entanto, se sabe que as políticas públicas se estabelecem tanto na sua formulação, quanto na sua implementação na forma de

planos, programas, projetos e ações para uma área ou situação onde os desafios lhe impedem de promover o seu desenvolvimento, ou, outros desenvolvimentos, a transformação social desejada. Além disso, em se tratando de políticas culturais para atender ao desafio da diversidade, as ações para sua implementação devem considerar o seu espaço de atuação. Por isso, além de atender a sua proposta estratégica no âmbito nacional deve-se pensá-la enquanto pertencente ao âmbito estadual, logo é preciso se ater que a BPBL é um órgão da SECMA e da FBN e que ambas foram acionadas para implementar as ações do Programa Mais Cultura, respectivamente através do Acordo de Cooperação e da Portaria Ministerial. Além disso, o Programa Mais Cultura “[...] articula ações de diferentes programas do PPA do MinC e se propõe a dialogar com a descentralização e o SNC.” (BRASIL, 2010, p. 176). Desta forma, a BPBL deve equacionar, para a sua implementação no que tange as ações do segmento LLLB, ações do PNLL, da SECMA e do SNBP, que é coordenado pela FBN. Abaixo, apresentam-se organizadas as ações que foram catalogadas e se constituem como ações do Programa Mais Cultura para as políticas do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca implementadas no Maranhão pela BPBL.

- **Leitura**

A leitura se constituía um dos campos que demandavam mais ações estratégicas pelos desafios que se apresentavam para o livro e a biblioteca, esta pela sua ausência ou precariedade no Maranhão (FERREIRA, M., 2010) aquele pelo seu alto custo, não alcançando por isso a grande massa da população em um país que ocupa o 8º lugar na produção editorial mundial (EARP; KORNIS, 2005).

A não existência de bibliotecas públicas era um dos agravantes que se apresentavam em mais da metade dos municípios maranhenses. (MAIS CULTURA..., 2008). Além da ausência delas, a cadeia do livro também se apresentava fragilizada com a inexistência de livrarias no Estado. A capital São Luís é quem conta com algumas livrarias, representações de distribuidoras de livro, gráficas e editoras sendo, talvez, suficiente para atendimento da população com poder aquisitivo de compra de livros, mas se apresentando como um número inexpressivo para a compra de livros, pelo governo do estado, para suprir o acervo

das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias das demandas por informação do povo maranhense.

No Maranhão, além dos fatores acima sinalizados, o elevado índice de analfabetismo se apresentava como fator gritante, principalmente, para o setor cultural e educacional, haja vista o poder que ele possui de aniquilar as possibilidades da leitura em sua funcionalidade crítica e impulsionadora de cidadania. Ele se apresentava, pois como um desafio da seara da cultura e educação, em um tempo em que ambas sabiam que deveriam caminhar juntas para promover o desenvolvimento humano.

As bibliotecas, contempladas no edital de 2006 do Programa Livro Aberto não funcionavam como veículos de leitura e informação Ferreira, M. (2010). Desta forma, pode-se dizer que a hora do conto, que corresponde à atividade de leitura que se sobressai em qualquer biblioteca que possua um projeto de leitura ou que busque ousar em ser um espaço para além da acomodação e preservação do livro, não era realizada nas bibliotecas públicas municipais implantadas. Isso previa que a situação nas bibliotecas públicas maranhenses era calamitosa. No entanto, no Maranhão, ações para fomentar a prática da leitura e sua discussão como política pública têm sido realizadas, principalmente, na BPBL, com o desenvolvimento dos seus projetos de leitura e com a sua participação e o seu apoio na realização dos encontros do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) (QUADRO 2).

Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)

O PROLER constitui-se como uma importante iniciativa para a construção de políticas culturais para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. A elaboração do PNLL é umas das profícuas ações resultantes da sua atuação para esse segmento.

Entre as diversas iniciativas que contribuíram diretamente para a elaboração deste Plano, podem ser lembradas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), o fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura (instituída por decreto presidencial em 2005 e da qual decorreu o atual Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura), o Projeto Fome de Livro (iniciativa do MEC/Biblioteca Nacional), o Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor e o Vivaleitura – Ano Ibero-americano da Leitura (2005), imenso programa desenvolvido pelo MinC, MEC, organismos internacionais e entidades da

sociedade. Merece especial ênfase a contribuição oferecida pelo **Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)**, que, com a experiência acumulada ao longo de mais de quase duas décadas na realização e projetos de fomento à leitura por todo o país, com a promoção de oficinas, cursos, palestras e eventos artístico-culturais das mais diferentes naturezas, pôde fortalecer subsídios para o debate em questão. (MARQUES NETO, 2010, p. 32, grifo nosso).

O PROLER se destacou na elaboração do PNLL, também, pois foi dos programas de incentivo a leitura o que inseriu nas suas ações e discussões, principalmente nessas, as escolas e as bibliotecas. No Maranhão, isso se sucedeu não somente com as bibliotecas públicas, mas com as escolares, especialmente de instituições privadas, e as comunitárias que se inserem em sua proposta através da Rede Leitora Ler pra Valer que passa a apoiar a realização do PROLER no estado.

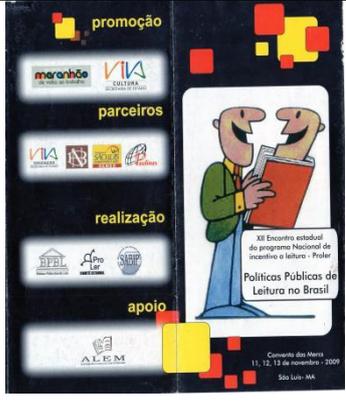
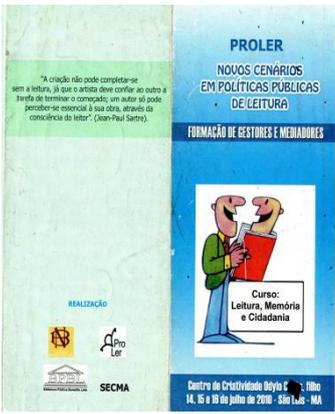
O Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER foi criado em 1992 sob a coordenação da FBN. Sua finalidade é “[...] contribuir para ampliar as condições que garantem aos cidadãos o direito à leitura e promover práticas leitoras variadas de qualidade, que possibilitem escritas e atos críticos e criativos” (BRASIL, 2002, p. 6). Tal finalidade coloca o PROLER como estratégia principal para as ações no campo da leitura, no entanto se sabe que esta deve abranger outros processos e aspectos, que se expressam nas suas diretrizes:

- a) Diversidades de ações e de modos de leitura manifestadas: nas práticas de leitura promovidas; nos locais e instituições abrangidos; nos gêneros textuais considerados; nas atividades organizadas, que refletem os diversos graus de envolvimento com o texto.
- b) Especificidade do ato de ler, entendendo-se que atos de leitura e suas linguagens exigem modos próprios e competências específicas.
- c) Articulação leitura e cultura, não se compreendendo a leitura fora dos contextos sociais nos quais se expressam a riqueza da vida humana e suas produções.
- d) Prioridade das ações para a esfera pública, por esta concentrar o domínio dos espaços que atendem à maioria da população e os agentes de leitura, entendendo-os como irradiadores das práticas leitoras, onde se concretizam ações voltadas aos interesses coletivos de leitores e não-leitores.
- e) Publicidade ao tema da leitura, enfatizando-se que a leitura precisa estar em foco, na cena social.
- f) Democratização do acesso à leitura, pela disponibilização de material de leitura em bibliotecas escolares e públicas, em sala de aula e em salas de leitura em locais públicos em contraposição ao caráter privado com que os acervos se constituem historicamente. (BRASIL, 2002, p. 9,10).

O PROLER era desenvolvido com diversas ações e atividades, das quais se destacam a realização de conferências, mesas redondas, oficinas e cursos, os

quais colocam em discussão e em prática a temática proposta em cada edição do encontro.

Quadro 2 – Folders de alguns encontros do PROLER no Maranhão

ANO DE 2009	ANO DE 2010	ANO DE 2011
		

Fonte: Elaborada pela autora.

O PROLER é um programa de abrangência nacional com representação em todos os estados da federação. No Maranhão, sua criação data do ano de 1996. No folder de sua 6ª edição, em 2002, consta que sua coordenação no estado estava sob a responsabilidade da:

[...] Fundação Cultural do Maranhão FUNCMA, através da BPBL, em parceria com as Gerências de Desenvolvimento Humano – GDH, Gerência Regional de São Luís, Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Fundação Municipal de Cultura – FUNC. (PROLER..., 2002, não paginado).

Quadro 3 – Encontros do PROLER no Maranhão de 2007 a 2011

Edição do PROLER	Data	Tema	Programação (Aspectos notáveis)
X Encontro Estadual do PROLER	21- 23 de Novembro de 2007	Leitura, Literatura e Formação de Leitores	Solenidade de Abertura com a presença dos Secretários de Cultura (Joãozinho Ribeiro), Educação (Estadual-Lourenço Vieira da Silva, Municipal – Raimundo Moacir

			Feitosa), das Cidades (Telma Pinheiro Ribeiro) e dos representantes do Proler (Nacional – Rosana Fonseca Soutinho, Maranhão – Rosa Maria F. Lima) e do Diretor da BPBL (Moisés da C. Silva). Ênfase a leitura literária, experiências de leitura com orientação estética para a educação.
XI Encontro Estadual do PROLER	25 - 27 de Novembro de 2008		Neste ano o Proler aconteceu como evento do I Fórum Estadual do Livro e Leitura. Contou com uma programação diversificada, com discussão sobre a implementação das ações do Livro e Leitura do Programa Mais Cultura. Também ocorreu o I Encontro de Bibliotecas Públicas, Escolares, Comunitárias, Rurais e Especializadas".
XII Encontro Estadual do PROLER	11-13 de Novembro de 2009	Políticas públicas de leitura no Brasil	No texto introdutório do folder demarca o intuito desse encontro no fortalecimento da rede de Bibliotecas. O Programa de Gerenciamento de Informação - Biblivre consta entre as oficinas desenvolvidas.
XIII Encontro Estadual do PROLER	14 -16 Julho de 2010	Novos cenários em políticas públicas de leitura	Centrou-se na realização do Curso Leitura , Memória e Cidadania destinado

			à formação de gestores e mediadores
XIV Encontro Estadual do PROLER	23 -25 de Novembro de 2011		Realizado juntamente com o II Fórum Estadual do Livro e Leitura e o II Seminário Leitores em rede. A diretora da BPBL e coordenadora do Proler no Maranhão destacou entre outras coisas o apoio da Superintendência do Programa Mais Cultura no Maranhão.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações recuperadas no site da SECMA e nos folders do PROLER.

Desde que se realizou o I Fórum Estadual do Livro e Leitura, o PROLER passou a ser um evento compreendido no Fórum nos anos em que este acontece, pois diferentemente do PROLER que acontece todos os anos, ele acontece em anos alternados. Interessa-se saber se esse fato ocasionou algum impacto para a política de leitura no Maranhão? Pois, conforme Santanna (2015), o PROLER trouxe mudanças para a biblioteca e o livro, pois reinventou o conceito de leitura, proporcionou a descoberta da política de leitura e tornou o analfabetismo funcional pauta de professores e políticos. A leitura não é luxo dos literatos é ferramenta para o desenvolvimento.

Pode-se dizer que com o Fórum Estadual de Livro e Leitura a política pública de promoção da leitura literária para o estado do Maranhão se tornaria uma realidade em curto prazo, pois entre as suas mobilizações estava a criação do Fórum Permanente do Livro e Leitura. (FÓRUM ESTADUAL DO LIVRO E LEITURA, 2011).

A resposta à pergunta feita no parágrafo anterior torna-se um bom empreendimento para uma nova pesquisa. Pois, apesar de parecer que a instituição do Fórum do Livro e Leitura foi uma tentativa de adequar esse segmento da cultura a proposta da gestão cultural que tinha o Fórum como principal instrumento de participação da sociedade na elaboração da política cultural, e, considerando-se que

o PROLER adquire o caráter de ser um evento para colocar em discussão a leitura na perspectiva da política, o Fórum de livro e leitura mostra-se como espaço para se efetivar a elaboração da política para o segmento LLLB. Desta forma, só uma pesquisa poderia afirmar tal hipótese.

O II Fórum Estadual do Livro e Leitura, realizado em 2011, foi decisivo para constituição da rede de bibliotecas comunitárias de São Luís - Ilha Literária.

Projeto Conversas Literárias

O Projeto Conversas Literárias foi idealizado pela bibliotecária Marla Silveira que coordenava o SEBP e o Programa do Livro Leitura e Literatura do Programa Mais Cultura no Maranhão. Foi desenvolvido entre os anos de 2007 e 2008 nos municípios de Penalva, Santo Amaro, Matões do Norte Capinzal do Norte (REVISTA..., 2009), que juntamente com outros municípios maranhenses faziam parte dos territórios da cidadania, os quais abrangem os municípios brasileiros com elevados índices de desigualdades sociais e que por isso já se enquadravam nos critérios dos editais das ações promovidas pelo Programa Mais Cultura.

A primeira edição do projeto aconteceu na gestão do então secretário Joãozinho Ribeiro para quem o projeto foi importante para a formação de leitores no Estado, deixando com isso transparecer que muito mais ações se concretizariam com ele para fazer do Maranhão um estado de leitores.

O “Conversas Literárias” cumpriu nesta sua primeira edição, o objetivo a que se propunha: contribuir com a formação de novos leitores, permitindo um diálogo generoso com os autores maranhenses, mediado sempre por um jornalista convidado. Junte-se a este maravilhoso desenho humano a participação entusiasta de estudantes e autores locais, pesquisadores e uma juventude motivada, propiciando o que podemos chamar uma roda de conversa intergeracional. (RIBEIRO, 2009, p. 3).

A elaboração da Revista Conversas Literárias foi um dos seus significativos e representativos resultados para a política de livro, leitura, literatura e biblioteca do Maranhão, pois ela se constituiu como um informativo do Projeto, reafirmando as possibilidades de sua continuidade. Essa ação tem correspondência direta com as que se apresentam no Eixo do PNLL referente à valorização da leitura e incremento do seu valor simbólico que prevê “[...] publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura.” (MARQUES NETO, 2010, p. 54). Também se

apresenta conectada com as dimensões da cultura previstas no Programa Mais Cultura, pois o projeto foi contemplado no edital dos Microprojetos Culturais Mais Cultura que:

Na área de Literatura, o PROGRAMA MICROPJETOS abrangerá ações que contemplem criação literária, revistas, jornais, fanzines e demais impressos, mídias eletrônicas, oficinas literárias, pesquisas e outras formas de criação e apresentação que propiciem a compreensão e o acesso à obra realizada, em todos os estilos literários (conto, romance, crônica, poesia, cordel, histórias em quadrinhos, poesia visual, poesia virtual, entre outras). (EDITAL..., 2009, p. 2).

Esse edital estava sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). O que concorre para se atestar a penetrabilidade da Biblioteca Pública nas diversas linguagens artísticas, e, comprovar como a transversalidade da cultura amplia as possibilidades das instituições realizarem suas ações, mesmo quando para elas não houverem verbas e nem editais. Ser contemplada nesse edital, permitiu a BPBL escrever um pouco da sua própria história na promoção do desenvolvimento cultural a partir do desenvolvimento da leitura e da literatura.

Além disso, possibilitou que a formação do acervo das bibliotecas fosse composta por outros tipos de suporte, garantindo publicações diversificadas. A democratização do acesso à leitura prescinde de um acervo diversificado em conteúdo, gênero e suporte uma vez que a biblioteca pública atende a públicos variados. Além disso, a Revista se constituiu como um registro da memória oral de artistas locais até então anônimos para o próprio município, para outros municípios maranhenses, para o universo das artes e das letras.

Sabe-se que o uso de editais tinha finalidade de imprimir transparência às ações da cultura, permitindo romper com as desigualdades na distribuição dos recursos via lei de incentivo à cultura. No entanto, não se sabe qual critério foi utilizado para a escolha dos autores, escritores e jornalistas na mediação e execução das ações e atividades propostas nas Conversas literárias.

Agentes de Leitura

Foi uma ação desenvolvida com êxito no Estado do Ceará e adotada na política cultural para o segmento LLLB pelo MinC, sendo realizada através de edital sob a coordenação da FBN (MAIS CULTURA...2008). Os agentes receberiam uma

bolsa que no edital do Maranhão previa o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Foi considerado pelo Secretário Estadual de Cultura Joãozinho Ribeiro como o ponto alto do Programa Mais Cultura, pois representava de fato uma ação de cidadania. (MAIS CULTURA..., 2008, não paginado).

Consiste em uma ação importante, haja vista que a formação de promotores de leitura, para atuarem tanto nos espaços das bibliotecas quanto no das escolas, constitui-se como um problema para a efetividade da leitura e que para seu desenvolvimento deve-se contar com profissionais com conhecimentos técnicos. (PERROTTI, 1990). No entanto, segundo esse autor esse profissional deve ser um trabalhador assalariado o que torna esse projeto uma ação remediável, não se constituindo como a mais eficiente e eficaz para superar o problema da falta de formação de agentes culturais nas políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2011) e consequentemente nas políticas para o segmento LLLB, pois a falta de profissional bibliotecário nas bibliotecas públicas é o problema mais comprometedor do planejamento e desenvolvimento dos projetos e atividades de leitura nessas instituições e da participação nos debates e discussões das políticas para bibliotecas nos estados e municípios.

- **Livro**

A referência que as leis de incentivo à cultura assumiram no campo das políticas culturais tem ressonância nas diversas ações das instituições, não sendo diferente com as bibliotecas públicas, que indiretamente participavam dos seus benefícios. O que a partir do governo Lula poderia se realizar diretamente, visto que entre as reformulações realizadas na Lei Rouanet, e que foram efetuadas nesse governo, constam a criação do Fundo Nacional Pró-leitura.

O projeto de criação do Fundo ainda está em tramitação e ele visa dar apoio à produção, edição, distribuição e comercialização de livros.

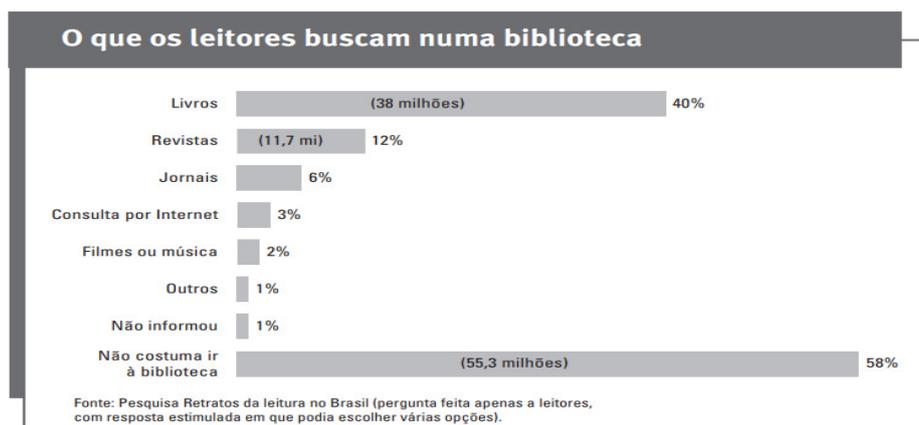
Com as leis de incentivo à cultura, a formação do acervo das bibliotecas públicas brasileiras consolidou-se como principal ação da FBN através da distribuição de livros para essas instituições atendidas através do SNBP.

Engajada na política de acesso à produção cultural, tem atuação profícua na distribuição de publicações advindas da própria Fundação Biblioteca Nacional e da Lei Rouanet (Mecenato). São destinatários bibliotecas

vinculadas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; bibliotecas universitárias federais, estaduais e municipais; bibliotecas dos institutos Históricos e Geográficos, bibliotecas populares de Prefeituras, bibliotecas de tribunais de trabalho; bibliotecas gerenciadas pela FBN – Euclides da Cunha, Demonstrativa de Brasília e a da Casa da Leitura; feiras de livros nacionais e internacionais, nas quais a Instituição promove e participa. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 13)

Os livros mantêm relações com outros livros, com o mercado (GARCIA CANCLINI, 2008). Os livros fazem parte de uma cadeia produtiva, criativa e mediadora, a qual a biblioteca não pode desconsiderar nem enquanto articuladora de políticas culturais para o livro, nem como promotora de ações culturais, serviços e produtos culturais. No desenvolvimento das suas ações culturais da biblioteca, como a Hora do conto, ele é um bem cultural importantíssimo para o estímulo ao ato de ler. No entanto, nessas instituições eles assumem lugar de destaque, principalmente, quando pesquisas, como as realizadas pelo Instituto Pró-Livro (FIGURA 3), comprovam que, entre as motivações da população para o uso das bibliotecas, os livros e as revistas despontam nas estatísticas sobre os demais suportes. Isso é comprovado no gráfico abaixo, com o resultado da pergunta: o que os leitores buscam numa biblioteca, feita por Zoara Failla para compor a publicação Retratos da Leitura no Brasil, que tem como organizador Galeno Amorim.

Figura 3 – O que os leitores buscam numa biblioteca por Failla (2010)



Fonte: FAILLA (2010).

Esse fato pode ser decorrente da cultura impressa ainda muito presente, haja vista a exclusão digital, que, ainda, se apresenta em grande parte das regiões do Brasil. No entanto, a atuação transversal assumida pelas políticas culturais para o desenvolvimento, ou, das políticas de desenvolvimento para a promoção do

desenvolvimento cultural e as tecnologias de informação que deveriam dinamizar as bibliotecas públicas nos serviços e atividades oferecidos aos usuários implicariam a inserção de computadores com acesso a internet em seus espaços. No Maranhão, a BPBL adquiriu, através da parceria com o Programa Viva Cidadão, um telecentro que oferece computadores com acesso a internet para a realização de pesquisas escolares ou como acesso a informações de utilidade pública para a população.

A legislação assume posto de destaque entre as ações para o segmento do Livro, principalmente, por ele, na dimensão da política cultural, em vigência, corresponder com a dimensão cidadã e também com a dimensão econômica da cultura, e, nesta buscava-se não apenas fomentar o mercado livreiro, mercado editorial, mas tornar o livro um bem cultural acessível a todos, não reforçando a reprodução da incongruência do econômico com o social e cultural, tanto na gestão cultural, quanto na gestão para o desenvolvimento, no Brasil, o que comprometia a consolidação da cidadania cultural.

Um conjunto de leis constituiu-se como marco legal para o desenvolvimento da política cultural, o qual tem na Constituição Federal de 1988 o seu início e princípio norteador. No que concerne às políticas para o livro, a leitura e a literatura, a Lei 10.753 de 30 de outubro de 2003, conhecida como Lei da Política Nacional do Livro foi influente na condução de outras leis e ações, a exemplo das leis que impulsionaram a criação do PNLL. Por isso, não é precipitado dizer que, também, essa Lei tem refletido, positivamente em outras ações, no segmento do Livro, nos diversos Estados brasileiros, e, no Maranhão, especificamente, no município de São Luís que ao instituir o dia 15 de junho como “Dia Municipal do Livro”, com a Lei nº 4.884 de 19 de dezembro de 2007 reforça a necessidade do município de São Luís de se lançar a perspectivas mais amplas na política cultural maranhense, reunindo e articulando as cadeias do livro com a realização da Feira do Livro de São Luís (FeLiS).

Feira do Livro de São Luís (FeLiS)

Não se pode desconsiderar a influência dos eventos como ações para implementação de políticas, principalmente, no campo da cultura, onde segundo Rubim (2011), a política cultural só é pública se é elaborada a partir do debate e crivo públicos.

A primeira Feira do Livro de São Luís (FeLiS) foi um dos eventos que tomou a proporção de um expressivo acontecimento na cidade de São Luís para o segmento LLLB. Criada através da Lei Nº 4.449 de 11 de janeiro de 2005. Seu 2º artigo prevê que para a

[...] implementação do evento fica criada uma Comissão Organizadora composta por 02 (dois) membros da Administração, indicados pelos respectivos titulares dos órgãos envolvidos e por 05 (cinco) membros de entidades representativas do setor, pertencentes aos diversos setores da sociedade civil. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2005, p. 34).

Como se percebe a FeLiS contaria com a participação da sociedade civil, o que refletia a conjuntura da política cultural da época. Ela também mobilizou muitas instituições culturais do Maranhão envolvidas diretamente e indiretamente com o livro, o setor livreiro e o setor editorial. Vários órgãos da SECMA, a exemplo da BPBL, Casa de Cultura Josué Montello (CCJM), e de outras instituições culturais do Estado, fizeram-se presentes nessa primeira feira. Na gestão do prefeito de São Luís – Edvaldo Holanda Júnior, a direção da Biblioteca Pública Municipal José Sarney de São Luís tem sido incumbida da sua organização.

A 1ª FeLiS aconteceu de 18 a 27 de outubro de 2007. Teve como patrono Josué Montello e como lema Mirantes de São Luís: a leitura do mundo. Realizou-se com ações diversificadas, colocando em discussão tanto o livro como a leitura e as bibliotecas, promovendo para tanto eventos inéditos como o Seminário de Políticas Públicas do Livro e da Leitura, o Encontro de Mediadores da Leitura e o Encontro da Rede de Bibliotecas Públicas da Grande São Luís, os quais se constituíram como eventos programados para desencadear as discussões em torno da política para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca no Maranhão. Alguns deles tornaram-se eventos realizados continuamente no Estado, se caracterizando como um dos principais mecanismos usados para induzir a participação popular na elaboração das políticas públicas para o segmento LLLB. Esses eventos mobilizaram os atores e as instituições da cultura e da educação interessados com o segmento livro e leitura para a participação na elaboração dos planos estadual e municipal do livro e leitura.

- **Literatura**

Historicamente, no campo literário, o Estado do Maranhão tem sido identificado pelo fato de sua capital, São Luís, receber o epíteto de “Atenas Brasileira” devido à expressiva produção literária e pelos notáveis literatos que aqui residiam. Por isso, a literatura é um campo privilegiado na política cultural do Estado. Aliás, na gestão cultural do Estado maranhense, não apenas os literatos, os acadêmicos, mas outros notáveis da política e da cultura tem segundo Reis (2009) autoridade para fazer política cultural no Estado, para ser “porta-voz” da cultura maranhense que é irradiada para todo o Estado.

A literatura, entre as suas múltiplas possibilidades no campo das artes, das letras e da cultura, dá-se com a existência do sujeito leitor e escritor, por isso priorizar a literatura como um fazer cultural, não apenas do simbólico, mas principalmente, como forma de garantir a cidadania para homens e mulheres, o que se afirma como uma realidade quando o autor passa a considerar a importância do leitor para o reconhecimento de seu papel na formação do leitor-autor. Desta forma, o reconhecimento do papel de autor, de escritor é o reconhecimento do papel do leitor. É a afirmação de que a leitura, a escrita e a literatura estão conectadas e devem ser consideradas como questão cultural e educacional.

Plano Editorial SECMA – Prêmio Gonçalves Dias

O Lançamento do Plano Editorial SECMA – Prêmio Gonçalves Dias aconteceu na Biblioteca Pública Benedito Leite, no entanto, a festa da premiação dos escritores contemplados no Plano ocorreu no Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM). Uma das justificativas para a cerimônia de premiação não ter sido realizada também na BPBL foi o seu prédio oficial já se encontrar, à época, interditado para a reforma, pois a BPBL, desde 2009, desenvolve o projeto Lançamento Coletivo de Obras Maranhenses que se constitui em uma ação com objetivos congruentes com os do Plano editorial, uma vez que o Lançamento Coletivo de Obras Maranhenses se conforma como uma:

[...] ação que reúne escritores de diversos municípios maranhenses, tem como objetivo promover o livro e a leitura, apoiar os escritores do nosso Estado e fortalecer a Biblioteca Pública Benedito Leite como depositária da memória bibliográfica maranhense. (LANÇAMENTO..., 2017, não paginado).

A BPBL não poderia deixar de apoiar o Plano Editorial SECMA, pois ele lhe permitia o desenvolvimento de ações de grande envergadura propiciadas com os novos serviços que lhe foram atribuídos com o Escritório de Direitos Autorais que essa instituição passou a coordenar e resulta da descentralização das ações, uma das características que fundamentaram a política cultural dessa época.

Foi uma ação empreendida durante a gestão cultural de Jackson/Joãozinho Ribeiro, que contou para a sua elaboração com a colaboração de artistas e escritores, que a consideraram uma ação importante, a qual há muitos anos eles esperavam que fosse retomada (RIBEIRO, 2007). No entanto, a premiação aos escritores contemplados com o prêmio se deu na gestão de Roseana/Luís Bulcão que aproveitou a festa para apresentar o Edital de apoio a cultura maranhense: 2010/2011, ação com a mesma natureza do plano editorial SECMA, diferenciando-se dele quanto a homenagem prestada aos escritores, pois enquanto o plano tinha como homenageado apenas um escritor, um literário, que nessa edição, o do escritor Gonçalves Dias; no Edital Universal, para cada área da cultura adotada, prestou-se homenagem a uma personalidade com ações representativas na área. Na literatura, o homenageado foi para o professor e poeta Nascimento Moraes Filho. (SECMA..., 2010).

Figura 4 – Reunião do Secretário de Cultura com os escritores contemplados no Plano Editorial SECMA – Prêmio Gonçalves Dias



Fonte: (LUÍS..., 2009)

O plano editorial SECMA – Prêmio Gonçalves Dias contemplou 20 (vinte) escritores. Entre as obras, uma se enquadrava na literatura infantil, o que reafirma a literatura como um ativo simbólico necessário para o desenvolvimento da leitura, pois alicerça para públicos de faixas etárias variadas e proporciona leituras diversificadas.

A solenidade de premiação das obras aconteceu em datas diferenciadas. No dia 10 de dezembro de 2009 foram premiadas as obras e os seus respectivos autores abaixo relacionados:

1. A Rua da Golada e sua Identidade, de Samuel Barreto;
2. Primeira Lição de Física, de Ricardo Leão;
3. Os dentes Alvos de Radamés, de Ricardo Leão;
4. Poemas do Tempo Comum, de Fernando Braga;
5. As Três Estações da Loucura, de Igor Nascimento;
6. Bacabal: Cenas de um Capítulo Passado, de José Lopes Filho;
7. Cinderela de Berlim, Lenita Estrela de Sá;
8. O Infinito em minhas Mãos, de José Ewerton Neto;
9. O Camaleão que queria ser gente, de Gilmar Pereira da Silva;
10. Cotidiano II, de José Luis Carvalho dos Santos.
(LUÍS..., 2009, não paginado)

Essa ação, além de promover o reconhecimento dos autores, escritores, também, enseja o estímulo ao ato de leitura e permite que a composição do acervo das bibliotecas passe a abranger a cultura escrita local, reconhecendo assim a importância que a cidade tem na gestão da sua própria cultura, isso porque “a cultura da cidade [...] desenvolve-se no sentido de estimular a sua própria produção, independente da qualidade que possa apresentar.” (MILANESI, 2003, p. 188).

O plano também impulsionou a atividade editorial de São Luís, pois Carvalho (2011) na sua pesquisa sobre a atividade editorial de São Luís constatou que a Editora da SECMA entre o período de 2001 e 2010 apresentou crescimento do número de publicações no ano de 2008, tendo nos anos seguintes esse número decrescido, de forma que em 2010 se efetuou a publicação de apenas um título.

• **Biblioteca**

No Maranhão, com o Programa Mais Cultura “[...] as bibliotecas públicas se tornaram membro ativo do cenário cultural, deixando para trás o papel de depositária de informação e passando a agir intensamente como multiplicadoras de conhecimento.” (MAIS CULTURA..., 2008, não paginado). Para isso, essas

instituições deveriam reverter alguns desafios que comprometiam a descentralização das ações do Programa. Nesse caso, a não institucionalização do SEBP pode se dizer que se apresentava como o principal desafio, visto que o Programa Mais Cultura assume o papel de consolidar a concretização do SNC que inclui a criação dos sistemas setoriais de cultura (bibliotecas, museus, etc.).

Para a BPBL, o Programa Mais Cultura implicou em mudança no processo de gestão das suas ações realizadas através do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas/Serviço de Informação e Municipalização. Este, que sempre esteve coordenado pela mesma pessoa com o cargo de direção da Biblioteca, passou com as ações do Livro e Leitura do Programa Mais Cultura a contar com uma coordenação exclusiva na BPBL para essas ações fato que contribuiu, principalmente, para a descentralização das ações no âmbito do segmento LLLB para as bibliotecas públicas municipais maranhenses o que se concretizou com os projetos Biblioteca Aberta e Biblioteca Dinâmica.

A biblioteca pública deve ser acionada para enlevar o projeto de desenvolvimento geograficamente abrangente e universalizante, pois “[...] muito do desenvolvimento de um país depende da capacidade de organização de suas instituições no tocante aos acervos de informações”. (TAKAHASHI, 2000, p. 60) e porque para alcançar o universal o desenvolvimento tem que acontecer localmente. Além disso, a presença das bibliotecas públicas nas cidades comprova uma ação governamental para além das suas preocupações com as garantias básicas da população, como o direito a educação, a oferta de saneamento básico direcionando-se para o cultural que mobiliza e movimenta esses direitos.

Com as bibliotecas acontece o acesso ao livro. E, a presença, tanto da biblioteca, quanto do livro se concretizou no Maranhão com a política para o Segmento LLLB desenvolvida com o Programa Livro Aberto. Com esse programa e as ações de implantação e modernização de bibliotecas do Programa Mais Cultura foram implantadas 69 bibliotecas e modernizadas 24 bibliotecas no Maranhão (RIBEIRO, 2009) no período que corresponde com o governo de Jackson Lago.

No restante desse mandato de 2009 a 2010 e início do mandato seguinte, assumidos por ordem judicial e por voto eleitoral respectivamente pela governadora Roseana Sarney, essas ações sofreram com a tradição de descontinuidade, pois segundo Ferreira, M. (2010, p. 718) “[...] nenhuma das bibliotecas contratadas pelos municípios com a Biblioteca Nacional em 2008 e entregue em 2009 foi implantada.”

Pode ter colaborado para isso a situação vivida pela BPBL com o fechamento do seu prédio, tendo que se abrigar em outra estrutura, onde até as suas ações, atividades e serviços deveriam ser adaptados, comprometendo a realização daquelas ações e obrigando o governo a priorizar a reforma da BPBL.

Projeto Biblioteca Aberta

Projeto criado para que as bibliotecas públicas municipais do Maranhão contempladas nos editais do Programa Livro Aberto tivessem uma atuação permanente, o que só seria possível com a capacitação dos profissionais dessas instituições para o incentivo à leitura. (BPBL, [S. d.], não paginado). A criação desse projeto deu-se durante a gestão de Joãozinho Ribeiro para quem o conceito de biblioteca não corresponde a um mero depósito de livros. (CONVERSAS LITERÁRIAS, [2009]), por isso o projeto agregava ações para o desenvolvimento da leitura e literatura maranhenses, capitaneando ações com esse objetivo como o projeto Conversas Literárias que foi incluído no conjunto de ações do Projeto Biblioteca Aberta.

Figura 5 – Folder do Projeto Biblioteca Aberta

Biblioteca Aberta

As bibliotecas, com seus ricos acervos de livros, jornais, revistas, mapas e outras publicações, são suportes da educação, instrumentos de difusão da cultura e do conhecimento. Mas, para que esse processo de vivência ocorra e seja permanente é necessário um trabalho constante de aprimoramento e atualização dos profissionais dessas casas, visando criar estratégias para atrair o leitor e incentivar a leitura.

Dentro desse pensamento nasce o Projeto Biblioteca Aberta, que será desenvolvido nas 25 Bibliotecas Municipais implantadas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e em mais uma modernizada com o apoio do Programa Livro Aberto, do Ministério da Cultura (MinC), em 2007 – num total de 26 municípios contemplados pela intervenção. Promovido pela Biblioteca Pública Benedito Leite, órgão da Secretaria de Estado da Cultura, por meio da

Execução

O Projeto Biblioteca Aberta será desenvolvido em três módulos que abrangem a Supervisão de Bibliotecas Municipais, a Capacitação de Gestores de Bibliotecas e o Projeto Conversas Literárias.

Supervisão de Bibliotecas Municipais

Este módulo, primeiro momento do projeto, tem por base orientação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que prevê supervisão cinco meses após a inauguração dos espaços para detectar níveis de funcionamento, tratamento do acervo e dirimir dúvidas dos gestores.

Capacitação de Gestores de Bibliotecas

Ministrados por bibliotecários especialistas em leitura e formação de leitores, os cursos de Capacitação de Gestores de Bibliotecas serão realizados em sete municípios-pólo, que receberão os profissionais das demais cidades. No programa, noções de planejamento, administração e dinamização de bibliotecas,

Roteiro

A trilha do Projeto Biblioteca Aberta seguirá levando aprimoramento a todo o Maranhão. No roteiro, estão as cidades de São Pedro dos Crentes, Formosa da Serra Negra, Capinzal do Norte, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão, São João do Carú, Amapá do Maranhão, Centro Novo do Maranhão, Centro do Guilherme, Turiandia, Colinas, Miranda do Norte, Igarapé do Meio, Penalva, Senador La Rocque, Feira Nova do Maranhão, Buriti Bravo, Maranhãozinho,

Projeto Conversas Literárias

Promovendo debates com escritores maranhenses que versam sobre a importância da leitura na construção do cidadão, o projeto será realizado em sete municípios, sempre com participação de um escritor convidado, reconhecido e com livro publicado, e de um autor indicado pela cidade-sede. Os dois falando sobre suas experiências no universo das letras, nas bibliotecas e sobre a descoberta da paixão pela leitura. Conduzido por um mediador, também terá interação com o público por meio de uma atração cultural.

Fonte: BPBL

Projeto Biblioteca Dinâmica

Conforme consta em notícia veiculada no site da SECMA, esse projeto consiste:

em um conjunto de ações técnicas e culturais, compreendendo três etapas: Capacitação de Gestores e Mediadores de Leitura; Supervisão; e Dinamização de Bibliotecas Públicas fazem parte do projeto Biblioteca Dinâmica e que serão executadas com bibliotecas públicas municipais contempladas com o Programa Livro Aberto do Ministério da Cultura, em parceria com o governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura / Biblioteca Pública Benedito Leite, no período de outubro de 2011 a maio de 2012. (BIBLIOTECA..., 2011, não paginado).

Figura 6 – Notícia divulgada no sítio da SECMA sobre o Projeto Biblioteca Dinâmica

BIBLIOTECA DINÂMICA SERÁ IMPLANTADO EM 20 MUNICÍPIOS - 26.09.2011 às 14:06:03

Por: José de Mário Moraes Ferreira



Um conjunto de ações técnicas e culturais compreendendo três etapas: Capacitação de Gestores e Mediadores de Leitura; Supervisão; e Dinamização de Bibliotecas Públicas fazem parte do projeto Biblioteca Dinâmica, serão executadas com bibliotecas públicas municipais contempladas com o Programa Livro Aberto do Ministério da Cultura, em parceria com o governo do estado, através da Secretaria de Estado da Cultura / Biblioteca Pública Benedito Leite, no período de outubro de 2011 a maio de 2012.

O projeto Biblioteca Dinâmica irá contribuir para amenizar uma das carências da população de baixa renda quanto ao acesso às bibliotecas aparelhadas, com espaço adequado, livros de qualidade e pessoal qualificado para possibilitar a prática da leitura e a formação de leitores críticos, visando promover um conjunto de ações necessárias para que equipamentos culturais possam atuar de maneira integrada e eficiente em 20 municípios maranhenses que recentemente tiveram suas Bibliotecas Públicas instaladas, informa Rosa Maria Lima, diretora da BPBL e executora do projeto no Maranhão.

O Projeto será desenvolvido em três etapas, visando incrementar o funcionamento dinâmico e eficiente das bibliotecas.

Durante os sete meses de execução serão realizados três cursos de capacitação para gestores e auxiliares de bibliotecas, visando qualificar profissionais para desenvolverem trabalhos de planejamento e administração de unidades de informação; melhor utilização dos espaços no que se refere ao atendimento ao público; formação e organização do acervo; elaboração de projetos; dinamização e orientação nas necessidades de informação dos usuários. Os cursos com carga horária de 40 horas/aula terão como público alvo, gestores e auxiliares de bibliotecas e serão ministrados por bibliotecários especialistas em Leitura e Formação de Leitores com experiência em organização e administração de bibliotecas, processamento técnico do acervo e elaboração de projetos.

Na segunda etapa o programa supervisionará as 20 bibliotecas públicas municipais contempladas a partir de 2009. Um conjunto de atividades culturais priorizando a leitura e sua integração com as demais linguagens artísticas serão desenvolvidas nessas bibliotecas, na busca de facilitar o acesso de crianças, jovens e adultos aos bens culturais, especialmente ao livro, utilizando o acervo e equipamentos do Carro Biblioteca.

Os municípios contemplados a serem supervisionados pelo projeto são: Aldeias Altas, Alto Alegre do Pindaré, Barão de Grajaú, Barreirinhas, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Bom Lugar, Buriti, Conceição do Lago Açu, Cunuruçú, Dom Pedro, Humberto de Campos, Lago da Pedra, Luís Domingues, Pedreiras, Penalva, São Raimundo do Doaa Bezerra, São Roberto, Viana e Vitória do Mearim.

Outra meta do projeto é contribuir para tornar as bibliotecas espaços dinâmicos, democráticos e atrativos, estimulando a comunidade a frequentar Bibliotecas Públicas, como busca incessante pelo conhecimento e difusão da cultura, além de difundir a literatura infanto-juvenil, integrando as diversas linguagens artísticas, incentivando a prática da leitura entre crianças e jovens, estimulando a imaginação criadora e a prática do exercício de cidadania, aponta Rosa Lima.

Na etapa de Dinamização de Bibliotecas serão realizadas 10 programações culturais com atividades de estímulo à leitura, denominadas Leitura na Praça, utilizando o Carro Biblioteca, equipado com um acervo de cerca de mil livros de alta qualidade, sistema de som, TV, DVD, mesas e cadeiras, nos moldes do projeto Livro na Praça. Em cada programação serão realizadas atividades de exposição de livros, contação de histórias, oficinas de criatividade e criação literária, exibição de filmes, além da apresentação de espetáculos de teatro.

Ainda serão ministradas palestras sobre leitura e formação de leitores, para uma clientela de professores e mediadores de leitura, proferidas por especialistas em Leitura e Formação de Leitores.

Texto: Mario Ferreira (Ascom.Secma)
Foto: Arte/ Divulgação

Fonte: (BIBLIOTECA..., 2011)

Como as dimensões do Programa Mais Cultura eram interdependentes, uma estratégia usada pela biblioteca estava passível de abranger as três dimensões previstas que o sustentavam. Isso é evidente nos dois projetos acima, até porque eles apresentam ações congruentes, apenas apresentam nomenclatura diferenciada, algo que é recorrente no Brasil, nas políticas de governo e, que entre outros fatores, se estabelecem numa tentativa de distinção, que tem relação com a

forma como a política se apresenta e com a representação que cada gestor pretende lhe imprimir. No caso do Projeto Biblioteca Aberta, o fato de ser um projeto, cujas ações se destinavam às bibliotecas públicas municipais contempladas nos editais de implantação e de modernização de bibliotecas públicas do Programa Livro Aberto, certamente concorreu para que essa fosse a sua denominação. Já, o nome, dado para o projeto Biblioteca Dinâmica, pode corresponder ao fato de constar entre os princípios norteadores do PNLL a biblioteca enquanto dínamo cultural, onde sua concepção

[...] assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais, para isso deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações. (MARQUES NETO, 2010, p. 46).

A ação Biblioteca Viva da FBN pode ter influência sobre o planejamento e a execução do projeto Biblioteca Dinâmica uma vez que as suas ações convergem com as ações previstas naquela ação.

A Ação Biblioteca Viva, contida no Programa Mais Cultura, consiste em incentivar e propiciar a ampliação das atividades das bibliotecas públicas municipais, de modo que venham, no decorrer do processo, a se transformarem em espaços culturais multidisciplinares ou interdisciplinares. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 10).

O fato da Ação Biblioteca Viva abranger ações, como os pontos de leitura, que ao se articularem na promoção das atividades culturais, na elaboração e execução dos projetos de leitura, ampliavam as possibilidades de tanto a biblioteca quanto o ponto de leitura se tornarem na prática espaços multidisciplinares.

O Programa Livro Aberto tinha como ação disponibilizar um kit contendo livros e equipamentos eletrônicos que se diferenciava com relação ao edital ser de modernização ou de implantação de bibliotecas públicas. Neste sentido, uma questão vem à tona, qual seja saber se o conjunto de ações, presentes nesses dois projetos, foi planejado tomando como base essa diferenciação dos kits. Isso porque os componentes dos kits eram os insumos que essas instituições iriam utilizar para atingir os objetivos propostos nesses projetos, principalmente, quando o incentivo à leitura e a formação de leitores se apresentavam como objetivos mais perseguidos. Fato que concorreu para que o Projeto Conversas, já em execução, fosse incluído no conjunto de ações do Projeto Biblioteca Aberta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver o projeto de pesquisa acreditava que as fontes para a fundamentação teórica desta pesquisa de dissertação me revelariam uma atuação da biblioteca pública municipal e estadual no desenvolvimento para além do que esta instituição cultural, com todas as dificuldades, já realizava no desenvolvimento da leitura. Por isso, no capítulo 3 (Bibliotecas públicas), talvez, pareça meio pejorativo o que se expressa sobre a história das bibliotecas públicas e sua estreita relação com o livro, até nas políticas para essas instituições. Para além, de refutar o que pensava, compreendi que o caminho trilhado para a escrita da história do Programa Mais Cultura com a BPBL só ganharia sustentabilidade com a pesquisa histórica, sendo esta decisiva para o uso de fontes documentais que me possibilitaram a construção de uma narrativa senão autêntica muito próxima da realidade, pois me vali delas como instrumental associadas à imaginação de uma historiadora que não sou por profissão, mas posso ter me tornado com o desenvolvimento dessa dissertação que está conectada com a proposta interdisciplinar do PGCULT com a sua grade curricular.

A BPBL tem sido objeto de estudo, não apenas no campo da Biblioteconomia, mas também de diversas áreas do conhecimento. Isso decorre, entre outros fatores, da perspectiva interdisciplinar dada por sua função cultural e também de transformações ocorridas no seio das diversas disciplinas, a exemplo da História, que ao revitalizar, principalmente, seus procedimentos metodológicos têm ampliado não apenas o olhar dos historiadores, mas de outros estudiosos que têm se lançado a fazer pesquisa histórica. Aliás, os muitos estudos publicados sobre a BPBL têm como base a pesquisa histórica. São as Histórias de agruras, mas também de resistência e mobilização para a superação de seus desafios e dificuldades no campo da cultura e educação, publicadas nos livros e outros suportes de informação, que têm possibilitado à BPBL avançar na construção de sua própria história cultural no Estado, permitindo-lhe ter histórias para contar.

Confirma-se a hipótese apresentada na pesquisa, de que a BPBL foi estratégica para a implementação descentralizada das ações do Programa Mais Cultura no Maranhão, pelos seguintes fatos:

- a) A BPBL era a Biblioteca que mais desenvolvia ações com correspondência com as propostas do Programa Mais Cultura. Isso se deu em decorrência:

dos papéis que assumia com a coordenação do SEBP que a colocava em contato com as oportunidades para o setor cultural proporcionadas pela FBN e pela DLLLB do MinC e com as bibliotecas públicas municipais maranhenses, principalmente, com os seus desafios; do planejamento de projetos de leitura com qualidade reconhecida por instituições de cultura e de leitura do Brasil, como a FNLIJ que a enobreceu com premiação dada a um de seus projetos de leitura, o Livro na Praça, com mais atendimentos prestados a população maranhense, principalmente, aquela onde o acesso ao livro e a leitura era comprometido pelas desigualdades sociais que a atingem até mesmo na capital, onde a BPBL se localiza.

- b) A BPBL foi contemplada nas estratégias do Plano Estadual de Cultura (2007-2010) e atuava como coordenadora do sistema de cultura das bibliotecas públicas maranhenses, proposta que o estado do Maranhão deveria assumir com o Acordo de Cooperação para a implementação descentralizada das ações do Mais Cultura quando este prever a criação de sistemas subsetoriais de cultura (bibliotecas, museus), assim no caso das bibliotecas o que faltava era institucionalizá-lo, o que ocorreu em 2017.

A pesquisa revelou que a BPBL articulou as ações para o segmento LLLB atendendo às formulações do Programa Mais Cultura e do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). As três dimensões da cultura proposta pelo programa, ao se articularem entre si possibilitaram a implementação de ações diversificadas, concorrendo para isso as características assumidas por ele como: a descentralização das ações, a diversidade cultural, a transversalidade. Assim como a sintonia do programa de governo de Jackson Lago com o do programa de Lula foi o principal impulsionador das muitas ações desenvolvidas por essa gestão, o que nos leva a atestar que, no período que compreende a sua gestão, o Mais Cultura se configurou mais representativo da proposta de política cultural para o segmento LLLB.

O Programa Mais Cultura apresentava muitas características, sobressaindo a sua atuação em territórios brasileiros vulneráveis à pobreza, à violência, às desigualdades diversas para colocá-lo em destaque no cenário cultural maranhense no período de 2007 a 2011. O que não deve ter ocorrido nos demais estados brasileiros haja vista a ênfase dada ao Programa Cultura Viva, apesar do Programa Mais Cultura ter sido apresentado em momentos, eventos como as

conferências de cultura, órgãos da administração pública da maioria dos estados brasileiros, tendo tais atos acontecido com a presença do ministro da cultura ou de seus representantes no MinC.

Nem tudo do Programa Mais Cultura que foi formulado foi implementado, ainda que as ações estivessem determinadas nos documentos Acordo de cooperação e Plano Estadual de Cultura do Maranhão 2007-2010. Assim como as ações, especialmente, as do segmento livro, leitura, literatura e biblioteca, que vinham sendo desenvolvidas na administração da cultura de Jackson Lago, foram comprometidas com a sua destituição do governo do estado, em abril de 2009 e com o fechamento, nesse mesmo ano, da BPBL para reforma. Aliás, para essa instituição o Programa Mais Cultura além de colaborar para essa grandiosa reforma, certamente foi o grande impulsionador da institucionalização do SEBP com a lei Nº 10.613 de 5 de julho de 2017.

As ações implementadas se concentraram em superar os desafios que assolavam o estado do Maranhão para a própria realização da política cultural para o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas, contribuindo para isso os editais Mais Cultura de implantação e modernização de biblioteca que adotavam para a participação das bibliotecas critérios voltados para os desafios que as atingiam.

Para a BPBL alcançar outros desenvolvimentos e, principalmente o desenvolvimento cultural ela teve que se amparar, se estruturar no desenvolvimento da leitura, o qual essa instituição tem larga experiência e para o qual usa de estratégias próprias ou das desenvolvidas com êxito por outras instituições, especialmente pela Fundação Biblioteca Nacional, a exemplo do PROLER que não por acaso se constituiu uma importante iniciativa para a criação do PNLL, e que por isso e por sua realização no Maranhão de forma ininterrupta, desde sua criação em 1996, como principal evento para a discussão e debate da leitura como uma prática social do campo cultural e educacional, foi o evento para a apresentação das ações do segmento LLLB do Programa Mais Cultura para as bibliotecas. As Conferências de Cultura Estaduais e Municipais e os Seminários Territoriais de Cultura também colaboraram para a repercussão do Mais Cultura nas bibliotecas, pois em todos os seus eixos estruturantes constava uma proposta para o segmento LLLB.

Qualquer gestão cultural do Maranhão, tanto do executivo estadual quanto do executivo municipal, tem a consciência da importância estratégica que tem a BPBL para os projetos de desenvolvimento que tomam a cultura como vetor.

Fato que, atualmente, pode ter concorrido para a gestão cultural do governo Flávio Dino de tomar a decisão de colocar os Faróis da Educação sob a sua administração.

Os projetos Biblioteca Aberta (governo Jackson) e Biblioteca Dinâmica (governo Roseana Sarney) demonstram a sensibilidade da gestão cultural para solucionar um dos desafios, o fechamento de bibliotecas, muitas das vezes logo após serem implantadas, que os programas para as bibliotecas enfrentavam, principalmente, segundo Ferreira, M. (2010) com a extinção do INL, no governo Collor. Considerando que uma das propostas previstas no PNLL é a criação do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura (FERREIRA, J. 2010), levanta-se a questão: a criação desse Instituto foi pensada tomando como basilar essa situação?

Mudanças efetuadas apenas nos conceitos, permanecendo-se com as mesmas velhas práticas podem não concorrer para avanços efetivos, significativos, principalmente, quando se trata de um campo complexo como o da cultura. No caso da BPBL, para superar um dos seus problemas mais frequentes, o de tornar as bibliotecas públicas implantadas, participantes ativa da vida cultural do município, ela criou o Projeto Biblioteca Aberta, coincidindo com a gestão da cultura do governo Jackson Lago, e, que no governo de Roseana Sarney, recebeu outra nomenclatura – Projeto Biblioteca Dinâmica. O que nos incitar questionar, se o Projeto Biblioteca Dinâmica se atualizou a partir das deficiências do Projeto Biblioteca Aberta? Pois a instabilidade que tem as políticas culturais no Brasil as tem distanciado de se legitimarem como política de Estado.

Fazer cultura e desenvolvimento caminharem de mãos dadas não foi tarefa fácil nem para a UNESCO e se torna ainda mais complexa quando a própria dinâmica cultural, ou melhor, a cultura política se revela comprometedor da política cultural e mais ainda da relação cultura e desenvolvimento. Fato que se apresenta na política cultural brasileira, e que por longas décadas persiste também no Maranhão e que aqui tem impedido programas como o Mais Cultura de se consolidarem, reafirmando as tristes tradições (RUBIM, 2008) como percalços da política cultural brasileira.

Historicamente, no Brasil, o que se apresentou, condicionando as políticas culturais, foi uma concepção de cultura desnudada das lentes do povo brasileiro, o que se não influenciou, correspondeu incisivamente para se pensar na triste tradição da ausência de políticas culturais, que se mostra ainda mais acentuada pelo fato das ações para a cultura empreendidas pelo Estado nas suas

diversas administrações se apresentarem de forma pontual e concentradas nas manifestações culturais que se apresentavam exitosas, mas não abrangiam todo povo brasileiro, o que também concorreu para que a diversidade se conformasse, ao lado da economia da cultura e do fortalecimento das instituições, como desafio para qualquer governo no campo cultural.

A representação dada à cultura em termos institucionais com a estrutura de ministério se constituiu como uma das ações mais importantes para a cultura no governo Lula e sua gestão da cultura. Seu desejo de realizar uma atuação diferenciada das gestões anteriores, atribuindo ao Estado o papel de formular as políticas culturais a partir dos desejos e necessidades do povo, possibilitou ao MinC ser reconhecido pela população como instrumento indispensável para o desenvolvimento cultural do país. O que concorreu para que uma mobilização em torno dele eclodisse quando da veiculação de sua desativação no Governo Temer.

O Mais Cultura foi um programa com propensão a ser uma promissora política cultural na época do governo Lula. Agregou todas as políticas e ações para a cultura criadas naquele governo. Ao destinar suas ações para as áreas vulneráveis à pobreza e violência, pode-se dizer que se constituiu na esperança de dias melhores para os municípios brasileiros, especialmente, para os maranhenses, cuja história tem sido marcada por um embate contra a pobreza extrema. Isso porque esse programa foi instituído por meio de um decreto, que estabelecia uma participação ampla na política cultural, com destaque para a participação popular, condizente com a transversalidade da cultura e universalidade do desenvolvimento. Vários órgãos, instâncias e programas já consolidados ou em desenvolvimento estavam comprometidos com a sua causa de concretizar novas e melhores consequências, de reverter as adversidades com a diversidade.

Pode-se dizer que no seu intento de expansão do Programa Cultura Viva, o Mais cultura foi bem-sucedido, pois aquele conseguiu abrangê-lo tomando ou retomando o lugar de destaque na política cultural que o próprio Mais Cultura lhe retirou, além de ter se oficializado como uma política nacional para a cultura brasileira em 2012.

A de se reconhecer que ao buscar implementar as ações do Programa Mais Cultura, a BPBL contribuiu para o seu próprio desenvolvimento. O que corresponde dizer que a inclusão da cultura como estratégia do desenvolvimento concorre especialmente para a promoção do desenvolvimento cultural.

O Programa Mais Cultura teve um significado para o desenvolvimento cultural e mesmo social do Maranhão, visto que hoje não se pode conceber o cultural deslocado do social e de outras esferas. E, muitos números demonstram a qualidade desse desenvolvimento. A participação da sociedade civil nos dispositivos utilizados, os Fóruns e Conferências de cultura, Seminários Territoriais de Cultura, para instrumentar a institucionalização da política cultural maranhense.

Ter alinhado o programa de governo estadual ao programa de governo em desenvolvimento na esfera federal pode ter se consumado como a mais eficiente estratégia adotada no Maranhão para que o projeto de desenvolvimento para este Estado caminhasse para sustentabilidade e para universalidade. A legislação que estruturava as ações (Acordos, Decretos, Leis) fizeram com que o Programa Mais Cultura se efetivasse como um organismo de gestão cultural para o Maranhão.

A pesquisa, pela sua proposta metodológica, apresenta as várias ações culturais para o segmento do Livro, Leitura Literatura e Bibliotecas da política cultural do estado do Maranhão. Essas ações que se conformaram não são inéditas, mas buscaram acontecer baseadas numa proposta diferenciada de como vinha sendo praticada nas gestões anteriores, ou, melhor dizendo, principalmente, no Maranhão porque não vinha acontecendo, especialmente, para o segmento LLLB. Logo, a conformação da política cultural se dá por uma gama de fatores para superar os desafios que a impossibilitam de acontecer, e também lhe permitem avançar nas ações, nos projetos e nos programas em desenvolvimento. Desta forma, uma sugestão para futuros estudos constitui-se o Fórum Estadual do Livro e Leitura, pois se acredita que ele foi criado para fazer a política cultural para o segmento LLLB acontecer como construção da participação de todos os envolvidos e com a ampliação do conceito de cultura que se propõe para a promoção do desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda. O Mais Cultura e suas narrativas. In: SILVA, Frederico A. Barbosa da; ABREU, Luiz Eduardo (Orgs.). **As políticas públicas e suas narrativas**: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Brasília, DF: MinC, 2011.

ACORDO de cooperação que entre si firmam a união, por intermédio do Ministério da Cultura – MINC e o estado do Maranhão, partícipes para a implementação descentralizada de ações do Programa Mais Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/acordo-cooperacao-ma.pdf/58b97497-e0d0-4662-96b9-7c171ec76cc6>>. Acesso em: 29 set. 2017.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. Porto Alegre, **Aedos**, v. 3, n. 8, jan./jun. 2011. Disponível em: <seer.ufrgs.br/aedos/article/download/16776/11939>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício (Orgs.). **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da cultura 2003-2010. Rio de Janeiro: Versal, 2016.

ALVAREZ, Vera Cíntia. **Diversidade Cultural e livre-comércio**: antagonismo ou oportunidade. Brasília: UNESCO; IRBr, 2008.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio**: bibliotecas públicas e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2002.

ARÓSTEGUI, Júlio. **Pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ASSIM como maioria das obras de Jackson reforma da Biblioteca Benedito Leite também será feita sem licitação. Blog O Estado, São Luís, 2009. Disponível em: <<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2009/04/01/assim-como-maioria-das-obras-de-jackson-reforma-da-biblioteca-benedito-leite-tambem-sera-feita-sem-licitacao/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BEZERRA, Thays Samara de Castro; GUERRA, Lemuel Dourado. **Breve panorama da literatura sobre políticas culturais públicas no Brasil**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Thais-Samara-de-Castro-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BIBLIOTECA Dinâmica será implantado em 20 municípios. Texto de José de Mário Moraes Ferreira. São Luís: SECMA, 2011. Disponível em: <

http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=bpbl&id=82>. Acesso em: 12 jan. 2018.

A BIBLIOTECA pública e a Sociedade de amigos da biblioteca: a Lei Sarney. Revista bras. Bibliotecon. e Doc, São Paulo, v. 20, n.1/4, p. 157-177, jan./dez. 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18452>>. Acesso em: 13 set. 2017.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBP**. São Luís: SECMA, 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=sebp>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1995.

BOAS, Franz. Os métodos da etnologia. In: _____. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BORGES, Arleth Santos. **Maranhão**: primeiro ano do governo José Reinaldo Tavares, 34º ano de governo pelo grupo Sarney. [S. l.]: [S. n.], [2004]. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2066%3Amaranhao-primeiro-ano-do-governo-jose-reinaldo-tavares-34o-ano-de-governo-pelo-grupo-sarney&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **São Luís**: eleições 2008 na capital maranhense: peças novas para um velho jogo. [S. l.]: [S. n.], [2009]. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/textoArleth.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2. 2001. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/botelho_i_dimensoes_da_cultura_e_politicas_publicas.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm>. Acesso em: 26 abr. 2016.

_____. Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Brasília, DF: [S. n.], 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 maio 2016.

_____. Ministério da Cultura. **Cultura é um bom negócio**. Brasília, DF: MinC, [1995]. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/497833/R ESPOSTA_PEDIDO_cultura%20um%20bom%20negcio.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Programa Livro Aberto. Brasília, DF: MinC, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/programa-livro-aberto-149141/11043/maximized>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. **Guia de orientações para os municípios**: Sistema Nacional de Cultura-SNC perguntas e respostas. Brasília, DF: MinC, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/cartilha_web.pdf/8cbf3dae-0baf-4a30-88af-231bd3c5cd6e>. Acesso em 25 maio 2017.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Programa Nacional de Incentivo à Leitura. **Proler**: concepção, diretrizes e ações. Brasília, DF: MinC, 2002.

_____. Portaria nº 29, de 21 de maio de 2009. Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura. Brasília, DF: MinC, 2009. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/portaria-n%C2%BA-29-2009-minc-atualizada--459138/10883>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. Ministério do Planejamento. Cultura. In: _____. **Balanco de Governo 2003-2010**: desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, [2011]. Volume 1, Caderno 4. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.3_Cultura.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Cultura em números**. 2.ed. Brasília: MinC, 2010. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cultura_em_Numeros_2010\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cultura_em_Numeros_2010(1).pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas, 2007. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 3, 2007, Salvador 23 a 25 de maio de 2007, **Anais...**, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2017.

_____. Políticas Culturais no governo Lula: um estudo do Programa Mais Cultura. 2010. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 6, 2010, 25 a 27 de maio de 2010, **Anais ...**, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24370.pdf>>. Acesso em: 17 abril 2017.

CARDOSO, Leticia Conceição Martins. **O teatro do poder: cultura e política no Maranhão**. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. Disponível em:

<<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/612/1/Leticia%20Conceicao%20Martins%20Cardoso.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

CARVALHO, Roberto Sousa. **A atividade editorial em São Luís do Maranhão: memórias do passado, realidade presente**. 2011. [188 f.]. Dissertação (Mestrado em Estudos editoriais) – Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Cultura, Aveiro, 2011. Disponível em:

<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/7149/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o_final_R_Carvalho.pdf>. Acesso em 13 jun. 2018.

CASTRO, Cesar Augusto; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. A biblioteca pública do Maranhão como instituição educacional.

Perspectivas em Ciência da Informação, v. 16, n. 3, p. 255-269. Jul./Set. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/15.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. Ed. Lisboa: Difel, 1988.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Ayres, ano 1, n. 1. Jun. 2008.

Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

_____. A cidade e os avatares da cultura. In: COELHO, Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUÉLLAR, Javier Pérez de. **Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Tradução de Alessandro Warley Candeas. Campinas (SP): Papyrus; Brasília: UNESCO, 1997.

CULTURA, cidade e desenvolvimento local: como estruturar a política cultural do seu município e acessar os recursos federais. Brasília, DF: MinC, [2009]. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/02/cartilha.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CULTURA do tamanho do Brasil: Mais cultura. Mais futuro. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2014. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MaisCulturaMaisFuturo_PDF-2.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Dimensão cultural da política social**. Recife: Massangana, 1982.

DIRETRIZES aprovadas na I Conferência Estadual de Cultura realizada de 1º a 3 de dezembro de 2005, em São Luís, com base nos eixos estruturantes. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/pec/anexo/pa2005.pdf>>. Acesso em 25 out. 2017.

DOMINGUES, Sandra Maria de Mendonça. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: FBN, 2010. Nota explicativa. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

EDITAL Programa de Apoio a Microprojetos Culturais no Estado do Maranhão. São Luís: SECMA, 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/1364352203986edita-maranhao.pdf/28fecf0e-9a13-4984-9a76-d6ac89adfbba?version=1.0>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

FAILLA, Zoara. Os jovens, leitura e inclusão. In: AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2008.

FERREIRA, Franklin Douglas. A política de participação do governo da frente de libertação: caracterização e análise dos Conselhos de Políticas Públicas do Estado do Maranhão na gestão de Jackson Lago (2007-2009). In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. 4., 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/a-politica-de-participacao-do-governo-da-frente-de-libertacao.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

FERREIRA, Mary. **Informação e desigualdade social no Maranhão**: os arquivos, as bibliotecas e o profissional da informação – desafios para se pensar o Estado democrático de direito. São Luís: [S. n.], 2006. Projeto de Pesquisa.

_____. Políticas públicas de bibliotecas: um balanço crítico sobre a implementação do Programa Livro Aberto no Maranhão. **Extraprensa**, São Paulo, 2010. Edição Especial. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/77205/81067>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FERREIRA, Juca. Pela transformação do Brasil em um país de leitores. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história 2006-2010**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FÓRUM ESTADUAL DO LIVRO E LEITURA, 2., 2011, São Luís.

FRAGO, Antonio Viñao. O discurso bibliotecário sobre a leitura. **Pátio**, São Paulo, ano 4, n.14, ago./out. de 2000.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: FBN, 2000.

_____. **Relatório de gestão 2008**: segundo os programas e ações previstos nos documentos de planejamento do governo federal. Rio de Janeiro: FBN, 2009a. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2008/ano-2008-576.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Prestação de contas ordinárias anual**: relatório de gestão do exercício de 2009. Rio de Janeiro: FBN, 2010. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2009/ano-2009-578.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. Edital de concurso público Nº1/2009 – Edital Mais Cultura de Modernização de Bibliotecas Públicas. Rio de Janeiro: FBN, 2009b. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/12/edital-de-modernizacao-de-bibliotecas-publicas-2009-versao-final-3010091.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil. In: CARDOSO JR, José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (Orgs.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2015. (Pensamento estratégico, Planejamento governamental e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo, Livro 1).

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: CARDOSO JR, José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (Orgs.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2015. (Pensamento estratégico, Planejamento governamental e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo, Livro 1).

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 8.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos estudos**. São Paulo, n. 43, nov. 1995. p.103-112.

A IMAGINAÇÃO a serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/A-imaginacao-a-servico-do-Brasil-Programa-de-Politicas-Publicas-de-Cultura.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. **How do libraries further development?** Netherlands: IFLA, 2017. Disponível em: <<https://www.ifla.org/DE/node/7408>> Acesso em: 12 out. 2017.

JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. **O que é afinal, estudos culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

_____. Por que a cultura é fundamental para o desenvolvimento? In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LANÇAMENTO coletivo de obras maranhenses. São Luís: BPBL, 2017. Folder.

LANÇAMENTO da revista conversas literárias. São Luís: SECMA, 2009. Disponível em:

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=bpbl&id=27>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2005.

LUÍS Bulcão recebe escritores contemplados pelo plano editorial SECMA/prêmio Gonçalves Dias. São Luís: SECMA, 2009. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=sede&id=85. Acesso em: 19 jun. 2017.

MAIS CULTURA Maranhão. São Luís: Fabrika Produções, 2008. 1 CD-ROM.

MARANHÃO. Lei nº 8.319 de 12 de dezembro de 2005. Institui o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC, e dá outras providências. São Luís: [S. n.], 2005. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1728>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Lei estadual nº 8.912 de 23 de dezembro de 2008. Altera e consolida o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC, e dá outras providências. São Luís: SECMA, 2008. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2559>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Gerência de Estado de Planejamento. **Diário oficial**, São Luís, Ano XCVII, n. 254, 31 dez. 2003. 58 p. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Projeto-de-Lei-do-PPA-2004-2007.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. **Plano Estadual da Cultura do Maranhão 2007-2010**: a imaginação a serviço da cidadania e do desenvolvimento. São Luís: SECMA, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/pec/anexo/Plano_Estadual_de_Cultura_2007_2010.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendência de Difusão e Ação Cultural. **Edital de apoio à cultura maranhense**: 2010/2011. São Luís: SECMA, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_sede/download/download_arquivo/2010.06.09-ID.31-EDITAL_UNIVERSAL_DE_APOIO_A_CULTURA_MARANHENSE.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2017.

MARANHÃO no SNC. Brasília, DF: MinC, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/maranhao-no-snc-51463/10883>. Acesso em: 30 mai. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **Plano Nacional do Livro e Leitura**: textos e história 2006-2010. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MELO, Gladstone Chaves de. **Origem, formação e aspectos da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Padrão, 1974.

MENDONÇA, Gilson Martins. **Da tradição à eleição**: o uso político da cultura por meio da festa oficial. 2012. 269 f Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9979/TESE%20GILSON%20MENDON%C3%87A.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MENEZES, Henilton. **A Lei Rouanet**: muito além dos (f)atos. Rio de Janeiro: Associação dos Produtores de Teatro-APTR, 2016.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. **A casa da invenção**: biblioteca centro de cultura. 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MINC lança edital de apoio a bibliotecas em todo país. Brasília, DF: MinC, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_urlTitle=minc-lanca-edital-de-apoio-a-bibliotecas-em-todo-o-pais&_101_groupId=10883&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_type=content&_101_assetEntryId=320514>. Acesso em: 9 jul. 2018.

MORAES, Jomar. **Guia histórico da Biblioteca Benedito Leite**. São Luís: FUNC, 1973.

MOZER, Josiane Aparecida. **Gestão pública em livro e leitura**: revisitando o projeto Uma Biblioteca em Cada Município. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, Gisélia Castro Silva. Estetização política da cultura popular e marketing no governo Roseana Sarney. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, v. 3, n. 6, 2005, p. 1-9.

PARA LULA, Programa Mais Cultura é a primeira política cultural do Brasil. Brasília, DF: MinC, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/para-lula-programa-mais-cultura-e-a-primeira-politica-cultural-do-brasil-121343/10883>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PATURY, Luiz. O MinC e seus programas. In: SILVA, Frederico A. Barbosa da; ABREU, Luiz Eduardo (Orgs.). **As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2011.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do desenvolvimento**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.

POLÍTICAS sociais: acompanhamento e análise. Brasília, DF: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/CULTURA6.pdf>. Acesso em 10 dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. Secretaria de Municipal de Administração. **Ementário das leis do município de São Luís 2000-2007**. São Luís: SEMAD, 2008. Disponível em: <http://www.semad.saoluis.ma.gov.br:8080/leis-municipais/LIVRO_EMENT%C3%81RIO_MUNICIPAL.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

PROGRAMA Cultural para o desenvolvimento do Brasil. Brasília, DF: MinC, 2006. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6837/1/119.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PROLER. **Encontro Estadual do Programa Nacional de Incentivo à leitura**, 6, 2002, São Luís. Folder.

REIS, Eliana Tavares dos. Referencial e mediação na produção de políticas públicas para a cultura no Maranhão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009. S. I., **Anais...** 2009. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt10-22/1869-elianareis-referencial/file>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

RELATÓRIO do desenvolvimento humano: liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: PNUD, 2004. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2004-portuguese.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

RIBEIRO, Joãozinho. Cultura cidadã e o plano estadual de cultura. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 dez. 2007a. Disponível em: <<https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2007/12/17/cultura-cidada-e-o-plano-estadual-de-cultura/>>. Acesso em 17 abr. 2017.

_____. Maranhensidade e literatura. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 ago. 2007b. Disponível em: <<https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2007/08/28/maranhensidade-e-literatura/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Analfabetismo cultural. **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 nov. 2007c. Disponível em: <<https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2007/11/05/analfabetismo-cultural/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. Diálogos com o livro pelo Maranhão. **Revista Conversas Literárias**, São Luís, Ano I, n. 1, 2009.

ROCHA, Sophia Cardoso. A estadualização do Programa Cultura Viva. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 7, p. 26-45, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas** culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1242/1/Antonio%20Albino%20Canelas%20Rubim3.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

_____. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **Matrizes**, São Paulo, v.11, n. 2, p. 57-77, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/123379/133230/>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

SANTA Inês recebe seminário territorial de cultura. São Luís: SECMA, 2009. Disponível em:<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=sede&id=46>. Acesso em: 5 nov. 2016.

SANTANA, Affonso Romano de. **Ler o mundo**. São Paulo: Global, 2015.

SECMA recebe cerca de 600 propostas para edital universal. São Luís: SECMA, 2010. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=sede&id=209. Acesso em: 17 fev. 2018.

SISTEMA Brasileiro de Museus. Brasília, DF: IBRAM, 2018. <<http://www.museus.gov.br/sistemas/sistema-brasileiro-de-museus/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ABREU, Luiz Eduardo (Orgs.). **As políticas públicas e suas narrativas**: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Brasília, DF: MinC, 2011.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Política cultural no Brasil, 2002-2006**: acompanhamento e análise. Brasília, DF: MinC, 2007. (Coleção cadernos Culturais, v. 2).

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (Orgs.). **Cultura viva**: avaliação do programa arte educação e cidadania. Brasília: IPEA, 2010.

SILVA, Diana Rocha da; CASTRO, Cesar Augusto. **Recomeço de uma história**: percurso histórico e a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão na Primeira República. São Luís: Editora UEMA, 2012.

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. Alguns desafios ao planejamento e desenvolvimento do Maranhão, Brasil: contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 37, p. jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/244/231>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: MCT, 2000.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

TAVARES, José Reinaldo. **Íntegra do discurso do governador José Reinaldo Tavares**. São Luís: [S.n.], 2005. Disponível em: <<http://al.ma.gov.br/noticias/369>>. Acesso em 17 nov. 2017.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. [S. l.]: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

UNESCO. **Repensar as políticas culturais**: 10 anos de promoção da diversidade das expressões culturais para o desenvolvimento. Brasília, DF: UNESCO, 2016.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002430/243029por.pdf>>.
Acesso em: 22 nov. 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Acordo de cooperação para a implementação descentralizada de ações do Programa Mais Cultura no Maranhão

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC E O ESTADO DO MARANHÃO, PARTICÍPES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DESCENTRALIZADA DE AÇÕES DO PROGRAMA MAIS CULTURA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC**, inscrição no CNPJ sob o nº. 01.264.142/0002-00, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília – Distrito Federal, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Cultura Interino, Excelentíssimo Senhor João Luiz Silva Ferreira, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº. 742.276, SSP/BA, CPF: 232.111.485-15, residente na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 3º Andar, Brasília – DF e o **ESTADO DO MARANHÃO**, inscrição no CNPJ sob o nº. 06.354.468/0001-60, situado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, São Luís-MA, por seu Governador, Excelentíssimo Senhor Dr. Jackson Kepler Lago, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG 25.854 SSP/MA e CPF: 000.604.533-20, residente domiciliado na Av. Dom Pedro II, s/n, Palácio dos Leões – Centro.

CONSIDERANDO:

Que proporcionar os meios de acesso à cultura é competência comum da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, conforme art. 23, Incisos III, IV e V da Constituição Federal;

Que o Programa Mais Cultura, criado pelo Decreto 6.226, de 4 de outubro de 2007, tem como objetivos ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e aos meios necessários para a livre expressão simbólica, qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural e gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores, para micro, pequenas e médias empresas e para empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro, promovendo com suas ações a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;

Que por meio de uma estratégia de implementação descentralizada das ações, viabilizada pela conjugação de esforços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal se torna possível a execução em escala do Programa Mais Cultura em todo o território




Carlos José Correia dos Santos
Chefe de Assessoria / SECMA
Mat. 811.588 - CPF: 104.533.20-2-53

nacional;

Que a implementação descentralizada do Programa Mais Cultura, com base nos princípios da Administração Pública, conforme especificado no artigo 37 da Constituição Federal, constituirá um processo importante para o desenvolvimento e fortalecimento da gestão cultural compartilhada entre os entes federativos, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** visando a implementação, consolidação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Acordo de Cooperação tem por objeto a pactuação de compromissos para a implementação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura, instituído pelo Decreto nº 6.226, de 04 de outubro de 2007, estruturado nos seguintes eixos:

- I- Cultura e Cidadania: Cidadania, Identidades e Diversidade;
- II- Cidade Cultural: Qualificação do Ambiente Social e Direito à Cidade;
- III- Cultura e Renda: Ocupação, Renda e Financiamento da Cultura.

Parágrafo único. As ações componentes dos eixos do Programa Mais Cultura, serão implementadas, quando for o caso, nos estados, municípios e no Distrito Federal, por meio de instrumento jurídico próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DOS PARTICIPES

Os Partícipes, no âmbito de suas competências, comprometem-se a criar condições de natureza legal, administrativa, orçamentária e participativa, mobilizando esforços e recursos institucionais cooperativamente, sem prejuízo das seguintes obrigações:

I - Incumbe ao Ministério da Cultura:

- a) Formular as ações componentes do Programa Mais Cultura, respectivos objetivos, público-alvo, critérios de territorialização, estratégia de implementação e instrumentos legais, em consonância e em articulação com as demais políticas públicas do governo federal;
- b) Definir os modelos de instrumentos que viabilizarão a implementação descentralizada das ações do Programa Mais Cultura;




Carlos Jorge Correa dos Santos
 Chefe de Assessoria / SFC/Min. da Cultura
 Matr. 811.588 - CPF: 104.127.113-53

- c) Apoiar o governo estadual na constituição do Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura, nos termos da Cláusula Quinta;
- d) Selecionar dentre as ações apresentadas pelos estados, aquelas que poderão ser incorporadas ao Programa Mais Cultura, nos termos da Cláusula quarta;
- e) Dar ampla divulgação, tornando transparente a forma como os Estados, Municípios e o Distrito Federal poderão tomar parte na implementação descentralizada de ações componentes do Programa Mais Cultura;
- f) Promover a implementação de ações do Programa Mais Cultura por meio de consórcio público, quando for conveniente e oportuno;
- g) Desenvolver modelo de gestão orçamentária-financeira para o Programa Mais Cultura que assegure um fluxo de recursos compatível com os compromissos assumidos;
- h) Coordenar as oficinas de planejamento estratégico para a elaboração conjunta do Plano de Implementação do Programa Mais Cultura a serem realizadas nos estados, municípios e no DF;
- i) Acompanhar a implementação das ações realizadas com recursos do Programa Mais Cultura, avaliando os resultados alcançados;
- j) Acompanhar a execução das demais obrigações assumidas com o presente Acordo;
- k) Estabelecer e manter parcerias com entidades públicas ou privadas, com atuação em todo o território nacional, para ampliar a capacidade de as instituições culturais apresentarem projetos e gerirem seus recursos com efetividade e transparência;
- l) Implantar o Sistema de Informações e Gestão do Programa Mais Cultura, desenvolvendo modelo de inserção e atualização permanente de dados;
- m) Promover, de forma direta ou por intermédio de instituições parceiras, ações de capacitação das equipes responsáveis nos Estados, Municípios e no Distrito Federal pela execução descentralizada, visando assegurar visão e procedimentos comuns para a devida realização das ações previstas;
- n) Aprimorar e fortalecer os mecanismos de financiamento da cultura, no âmbito da União, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC.
- o) Implantar subsistemas e redes setoriais de cultura para a articulação e integração das diversas áreas da cultura brasileira - bibliotecas, museus, centros culturais, linguagens artísticas, patrimônio cultural, entre outras, atendendo aos princípios de participação e controle social;

II – Incumbe ao Estado:

- a) Estabelecer ou consolidar unidade de gestão, no plano do poder executivo estadual, responsável pelo planejamento, execução e monitoramento das ações do Programa Mais Cultura;
- b) Constituir e implantar, juntamente com o Ministério da Cultura, Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura no estado, nos termos da Cláusula Quinta;
- c) Identificar, dentre as ações previstas no Programa Mais Cultura aquelas que que estejam em consonância com as políticas públicas estaduais e locais.

Carlos Jorge Correa dos Santos
 Chefe de Assessoria / SECM
 Matr. 811.588 - CPF- 100.000.000-53

- d) Mobilizar os recursos necessários para realizar, junto com o Ministério da Cultura, oficina de planejamento estratégico para a elaboração conjunta do Plano de Implementação do Programa Mais Cultura no estado;
- e) Assegurar recursos que viabilizem as contrapartidas necessárias para a implantação das ações do Programa Mais Cultura no estado, com as quais vier a se comprometer;
- f) Apoiar, inclusive financeiramente, a participação da equipe estadual de coordenação do Programa Mais Cultura nas atividades de capacitação promovidas pelo MinC;
- g) Mobilizar e articular parceiros, conforme identificados no Plano de Implementação do Programa Mais Cultura, no âmbito do estado;
- h) Estabelecer parcerias com o Conselho Regional de Administração e Conselho Regional de Contabilidade para o assessoramento técnico às instituições culturais na elaboração de projetos, gestão de recursos públicos e apresentação da prestação de contas;
- i) Utilizar e respeitar os padrões de identidade visual do Programa Mais Cultural, no desenvolvimento de todas as ações pactuadas, aplicando, inclusive, as regras vigentes durante os períodos eleitorais;
- j) Aprimorar e fortalecer os mecanismos de financiamento da cultura, no âmbito do Estado, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC.
- k) Apoiar a implantação de subsistemas e redes setoriais de cultura para a articulação e integração das diversas áreas da cultura brasileira - bibliotecas, museus, centros culturais, linguagens artísticas, patrimônio cultural, entre outras, atendendo aos princípios de participação e controle social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação das ações do Programa Mais Cultura no Estado será detalhada em Plano de Implementação, a ser elaborado em comum acordo entre os partícipes num prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo de Cooperação.

Parágrafo primeiro. O Plano de Implementação do Programa Mais Cultura no Estado, acrescido dos respectivos insumos e custos elaborados pelos Partícipes orientará o Termo de Convênio para transferência de recursos no qual será especificado, entre outros aspectos, o objeto e metas a serem alcançadas e o cronograma a ser cumprido.

Parágrafo segundo. A implementação descentralizada do Programa Mais Cultura no Estado do Maranhão terá início com a realização do Projeto Piloto de Pontos de Cultura no seu território a ser executado nos termos e condições a serem definidos em instrumento jurídico próprio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS AÇÕES CULTURAIS DESENVOLVIDAS PELO ESTADO

Projetos e ações culturais desenvolvidas pelo Estado poderão ser integrados ao Programa Mais Cultura, a critério do MinC, desde que sejam apresentadas até o mês de julho de cada ano, a partir de 2009.




Carlos Jorge Correia dos Santos
Chefe de Assessoria / SFRM
Mat. 811.588 - CPF: 104.522.513-53

Parágrafo Primeiro – A execução das ações selecionadas pelo MinC para integrarem o Programa Mais Cultura será precedida de avaliações e negociações específicas para pactuação de metas, prazos e recursos necessários.

Parágrafo Segundo – As ações incorporadas ao Programa Mais Cultura, de comum acordo entre os Partícipes, poderão ser alteradas quanto a nome, territorialização, modelo de implementação, entre outros aspectos.

CLÁUSULA QUINTA – DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO

O Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura, instância consultiva responsável por auxiliar o Ministério da Cultura e o Governo do Estado no planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução das ações do Programa Mais Cultura, será instituído conjuntamente pelos partícipes mediante instrumento jurídico específico.

Parágrafo Primeiro – O Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura, terá no mínimo doze (12) e no máximo dezoito (18) membros e deverá ser composto por representação paritária entre integrantes indicados pelos governos federal, estadual e municipal, pelo Poder Legislativo Estadual e/ou Federal, e pela sociedade civil, preferencialmente ligada ao campo cultural do estado, sendo a ela reservada metade das vagas.

Parágrafo Segundo - O governo estadual organizará, mediante um processo democrático e transparente, a obtenção das indicações dos representantes da sociedade civil.

Parágrafo Terceiro - A designação dos membros, o funcionamento e as competências do Comitê de Acompanhamento e Gestão serão estipulados e definidos pelo instrumento jurídico de que trata a presente cláusula.

Parágrafo Terceiro. O Comitê de Acompanhamento e Gestão deverá ser instalado num prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

O Estado acordante indicará formalmente ao MinC um representante e seu substituto para gerenciar a implantação deste Acordo, acompanhar sua execução, fornecer informações e zelar pelo cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

Os partícipes deverão dar ampla divulgação das ações e dos resultados alcançados em decorrência deste Acordo, de modo a manter a sociedade informada e integrada ao Programa Mais Cultura de forma ativa, respeitadas as políticas institucionais respectivas.

Carriús Dantas
Chefe de Assessoria | SECMA
Mat. 811.888 - CPF: 104.532.813-53

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Protocolo é da data de sua celebração até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado, subsequenteemente, mediante termos aditivos.

CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO

O presente instrumento poderá ser modificado, a qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, por intermédio de Termo Aditivo, mantido o objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

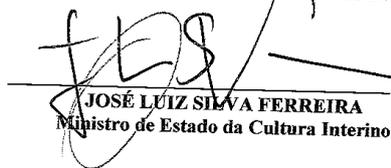
O presente instrumento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

O foro para dirimir quaisquer litígios na execução deste Protocolo, que não possam ser compostos pela mediação administrativa, é da Justiça Federal, Seção de Brasília, Distrito Federal.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas:

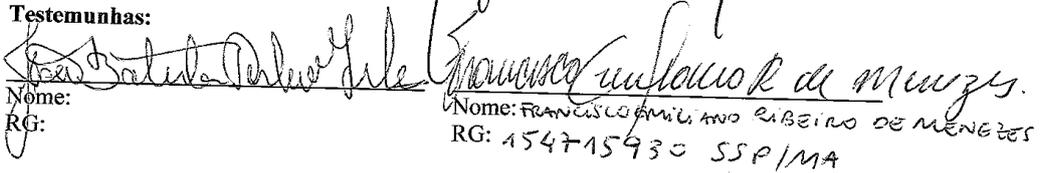
São Luiz - MA, 13 de dezembro de 2007.


JOSÉ LUIZ SILVA FERREIRA
 Ministro de Estado da Cultura Interino


JACKSON KEPLER LAGO
 Governador do Estado do Maranhão

Testemunhas:

Nome:
 RG:


 Nome: FRANCISCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES
 RG: 154715930 SSP/MA

ANEXO B - Programação da I CMC de São Luís

I Conferência Municipal de Cultura de São Luís do Maranhão

17 de outubro de 2005Uncategorized

Confira aqui a programação completa. Para maiores informações: conferenciamunicipaldeculturaslz@yahoo.com.br, zemaribeiro@gmail.com

19/10/2005, quarta-feira

19h – Solenidade de abertura (Auditório Central – UFMA)

· Assinatura do protocolo de intenções pelo Prefeito de São Luís, Excelentíssimo Sr. Tadeu Palácio

19h30min – Conferência: “Plano Nacional da Cultura”

· Márcio Meira (Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura)

20/10/2005, quinta-feira

8h15min – Mesa redonda (Auditório Central – UFMA): “Educação, comunicação e cultura”

Palestrante: Prof. Dr. Gilmar de Carvalho (Comunicação Social/UFC)

Coordenador: Prof. Dr. Arão Paranaguá de Santana (Artes/UFMA)

Debatedores: Prof^a. Dr^a. Ester Marques (Comunicação Social/UFMA) e Humberto de Maracanã (Produtor Cultural) *10h – intervalo*

10h30min – Grupos de trabalho (Centro de Ciências Humanas (CCH) – UFMA)

· GT 1 – Comunicação e cultura

· GT 2 – Educação e cultura

13h – almoço

14h30min – Mesa redonda (Auditório Central – UFMA): “Memória e patrimônio cultural”

Palestrante: Antonio Vieira (Doutorando em Antropologia, Universidade de Barcelona)

Coordenador: Jeovah França (Especialista em Políticas Culturais, Poeta e Pesquisador)

Debatedores: Margareth Figueiredo (Especialista em Museologia, PRODETUR) e Ananias Martins (Mestre em História, PRODETUR-MA)

16h – intervalo

16h30min – Mesa redonda (Auditório Central – UFMA): “A cultura como direito”

Palestrante: Bernardo Novaes da Mata Machado (Mestre em Ciências Sociais, Cientista Político do Centro de Estudos Históricos e Culturais Fundação João Pinheiro/MG)

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Arleth Santos Borges (Ciências Políticas/UFMA)

Debatedores: Luís Fernando Cabral Barreto Junior (Promotor, Titular da Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) e Joberval Bertoldo (Vereador, Câmara Municipal de São Luís) *18h – Grupos de*

trabalho (Centro de Ciências Humanas (CCH) – UFMA)

- GT 3 – Memória
- GT 4 – Plano diretor para a cultura
- GT 5 – Cultura e cidadania

20h – Atração artística

21/10/2005, sexta-feira

8h15min – Mesa redonda (Auditório Central – UFMA): “Economia da Cultura”

Palestrante: Luis Carlos Prestes Filho (Coordenador do Núcleo de Estudos de Economia da Cultura da Incubadora Cultural Gêneses PUC-Rio)

Coordenadora: Maria do Socorro Araújo (Secretária Adjunta da SETUR – Secretaria Municipal de Turismo de São Luís)

Debatedores: Itevaldo Junior (jornalista, Fórum Municipal de Cultura de São Luís), Jaubas Alencar (Gerente de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste – BNB/MA) e Letícia Franco (CVRD)

10h – intervalo

10h30min – Grupos de trabalho (Centro de Ciências Humanas (CCH) – UFMA)

- GT 6 – Geração de trabalho e renda na área cultural
- GT 7 – Mecanismos de financiamento culturais público e privado

13h – Almoço

14h30min – Mesa redonda (Auditório Central – UFMA): “Gestão pública da cultura”

Palestrante: Hamilton Faria (Poeta, Mestre em Ciências Sociais, Instituto Polis, Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), Faculdade de Artes Plásticas – FAP/SP)

Coordenador: Josias Sobrinho (Produtor Cultural, Poeta e Compositor)

Debatedores: Lúcia Nascimento (Produtora Cultural e Atriz, FUNC), Joãozinho Ribeiro (Especialista em Propriedade Intelectual, Poeta, Compositor, Fórum Municipal de Cultura de São Luís)

16h – intervalo

16h30min – Grupos de trabalho (Centro de Ciências Humanas (CCH) – UFMA)

- GT 8 – Processos de participação popular
- GT 9 – Sistema municipal de cultura

18h30min – Atração artística

22/10/2005, sábado

8h30min – Plenária e relatório final (Auditório Central – UFMA)

12h – Encerramento